

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Verônica Werle

**QUESTÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE  
ESPORTES DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Teoria e Prática Pedagógica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Oliveira Saraiva

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

W489q Werle, Verônica

Questões de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis [dissertação] / Verônica Werle ; orientadora, Maria do Carmo Oliveira Saraiva. - Florianópolis, SC, 2011.

150 p.: grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Inclui referências

1. Educação física. 2. Sociedades. 3. Políticas públicas. 4. Esportes. I. Saraiva, Maria do Carmo Oliveira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

CDU 796

Verônica Werle

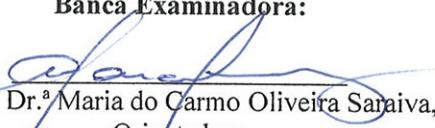
**QUESTÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE  
ESPORTES DE FLORIANÓPOLIS**

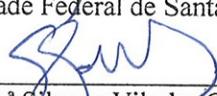
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Educação Física”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Educação Física.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Guilherme Antonacci Guglielmo  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Maria do Carmo Oliveira Saraiva,  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Silvana Vilodre Goellner,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Carmen Silvia Rial,  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha família. Ao meu pai e a minha mãe pela educação e pelo amor que fizeram com que eu sempre tivesse força para buscar meus sonhos. A minha irmã pelo carinho e pela atenção nas nossas conversas sobre a vida e a caminhada acadêmica.

Ao meu companheiro agradeço os colos e o amor, que foram fundamentais para tornar esta caminhada mais tranquila e especial.

Agradeço também aos/as mestras da graduação e pós-graduação, em especial aquelas que estiveram diretamente ligados às aprendizagens relacionadas ao exercício da pesquisa: prof<sup>o</sup> Atos Falkenbach (*in memoriam*) e prof<sup>a</sup> Maria do Carmo Saraiva. Igualmente aos/as que se disponibilizaram em contribuir para o trabalho por meio da avaliação: prof<sup>as</sup> Carmem Rial e Silvana Goellner e prof<sup>o</sup> Giovanni Pires.

Aos/as amigas e colegas com quem compartilho aquilo que foge da razão e da cientificidade: os sentimentos. Afinal, “a amizade é um amor que nunca morre” (Mário Quintana).

Um muito obrigada à Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis e, em especial, aos funcionários que aceitaram participar do estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC e ao CNPq pela bolsa de estudos que permitiu com que eu vivesse ainda mais intensamente este sonho.



## RESUMO

Transversalizar as temáticas de gênero e de políticas públicas de esporte e lazer é uma tarefa necessária para a discussão das (des) igualdades de gênero na atualidade, considerando que tanto a política como o esporte e o lazer são, destacadamente, práticas sociais constituídas por/constituintes dos diferentes papéis sociais determinados para homens e mulheres. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo na Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis, SC (Brasil) objetivando compreender como as questões de gênero estão incorporadas (ou não) nas políticas públicas de esporte e lazer desta instituição pública. Especificamente, buscou-se analisar como as questões de gênero estão contempladas nos documentos oficiais, quais as percepções dos sujeitos (dirigentes e técnicos da FME) sobre as políticas públicas de esporte e lazer que desenvolvem em relação ao gênero, e como homens e mulheres são contempladas no atendimento da Fundação. A coleta de informações deu-se a partir de entrevistas semi-estruturadas com oito funcionários e da pesquisa e análise de documentos. Os principais resultados apontam que apesar da perspectiva de gênero não ser contemplada pelos documentos legais da FME, estes apresentam princípios e medidas que favoreceriam a igualdade de gênero se fossem viabilizados na prática; os sujeitos consideram que as políticas são igualitárias, atribuindo a maior participação masculina a aspectos culturais naturalizados; ao serem desconsideradas as diferenças e diversidades concernentes ao gênero evidencia-se a organização de políticas genéricas que conformam um atendimento generificado, este pode ser percebido, por exemplo, nas diferenças dos números de atendimentos de homens e mulheres e na valorização diferenciada das modalidades e dimensões esportivas. A reduzida e frágil incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas investigadas refletem, em certa medida, o novo paradigma biopolítico de governo.

Palavras-chave: Gênero. Políticas públicas. Esporte.



## ABSTRACT

The mainstreaming of gender issues and public policy for sports and leisure is a necessary task for the discussion of (dis) equalities of gender nowadays, considering that both politics and sport and recreation are, prominently, constituted by social practices / constituents some of the different social roles for men and women. Therefore, was performed a qualitative research study on the Fundação Municipal de Esportes (FME) in Florianópolis, Santa Catarina (Brazil) in order to understand how gender issues are incorporated (or not) in public policies for sport and leisure in this public institution. Specifically, it aimed to examine how gender issues are included in all official documents, the perceptions of individuals (FME's leaders and technicians) about the sport and leisure public policies they develop in relation to gender, and how men and woman are contemplated in the service of the Fundação. Data collection took place from semi-structured interviews with eight employees and document analysis. The main results indicate that, despite the gender perspective is not contemplated by legal documents of the FME, they present principles and measures that could favor gender equality if they were made possible in practice, the subjects of research consider that the policies are equal, and attribute the male higher participation to naturalization of cultural aspects, the disregard of differences and diversities concerning to genre is evident in the organization of general policies that constitute a gendered care, this can be seen, for example, in the numerical differences of attendance men and women, and differentiated recovery of modalities and dimensions of sports. The small and weak gender perspective incorporation in public policies reflect, to some extent, the new biopolitical paradigm of government.

Keywords: Gender. Public policies. Sports.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 PRIMEIRAS PALAVRAS .....	13
1.2 O PROBLEMA: RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA .....	16
<b>2 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>27</b>
2.1 O SISTEMA DE GÊNERO E A AS RELAÇÕES COM O ESPAÇO E A PRÁTICA POLÍTICA.....	28
2.2 RELAÇÕES ENTRE O ESTADO BRASILEIRO, ESPORTE E GÊNERO .....	33
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER .....	40
2.4 CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER .....	43
2.5 BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL .....	47
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>59</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	59
3.2 SUJEITOS DO ESTUDO .....	60
3.3 TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS.....	61
3.4 ANÁLISES .....	64
3.5 CONTEXTO .....	65
<b>4 ANÁLISES.....</b>	<b>77</b>
4.1 ORIENTAÇÕES POLÍTICAS.....	78
4.1.1 Políticas genéricas.....	79
4.1.2 Esporte de rendimento .....	87
4.2 EFETIVIDADE POLÍTICA .....	92
4.2.1 Atendimento generificado.....	92
4.2.2 Naturalização e Cultura .....	109
4.3 HORIZONTES POLÍTICOS .....	115
4.3.1 Frágeis perspectivas/potenciais alternativas .....	115
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>147</b>



# 1 INTRODUÇÃO

*Escrevo diante da janela aberta.  
Minha caneta é cor das venezianas:  
Verde!... E que leves, lindas filigranas  
Desenha o sol na página deserta!*

*Não sei que paisagista doidivanas  
Mistura os tons... acerta... desacerta...  
Sempre em busca de nova descoberta,  
Vai colorindo as horas quotidianas...*

Mario Quintana – Escrevo diante da janela aberta.

## 1.1 PRIMEIRAS PALAVRAS

O presente estudo envolve duas grandes temáticas que vêm ganhando espaço acadêmico e social na área da Educação Física, principalmente a partir da década de 1980, trata-se das políticas públicas e do gênero. A primeira guarda estreita relação com a minha<sup>1</sup> trajetória profissional, já que a minha primeira experiência, ainda no início do curso de Educação Física, se desenvolveu em uma Secretaria municipal de esporte e lazer de uma cidade de pequeno porte no interior do Rio Grande do Sul. Na ocasião eu não imaginava nem compreendia qual o papel daquele órgão, que muito se aproximava à organização de um clube com uma série de atividades pré-estabelecidas, executadas repetidamente, ano após ano, conforme o orçamento disponível. As reflexões sobre o cotidiano daquele espaço e os estudos na área, em especial o trabalho de conclusão de curso na graduação, clarearam algumas questões referentes ao entendimento do esporte e do lazer como bens culturais historicamente construídos e garantidos como direitos sociais, bem como aos papéis e as formas de organização que o Estado vem assumindo nas relações que estabelece com estes direitos.

Entre os resultados levantados na monografia referida observei a preocupação da instituição com a repercussão política das atividades,

---

<sup>1</sup> Devido ao caráter pessoal desta parte do trabalho, sinto necessidade de me comunicar na primeira pessoa do singular nestas primeiras palavras.

portanto a ênfase nos resultados quantitativos e na espetacularização das ações desenvolvidas, a centralidade das decisões localizadas no gestor e um maior volume de atividades que compreendem a parcela populacional formada por jovens, do sexo masculino, residentes na região central da cidade e de classe baixa e média (WERLE, 2006).

Este último aspecto que se refere ao público beneficiário das políticas de esporte e de lazer suscitou questionamentos do tipo: por que alguns grupos são privilegiados no que tange ao acesso ao esporte e lazer? E por que outros segmentos, como as mulheres, ficam a margem no processo de garantia destes direitos?

Este foi um dos pontos que originou em mim curiosidades e inquietações sobre a outra temática deste estudo, as questões e relações de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer, mas que haviam ficado adormecidas até então. Com a entrada no curso de pós-graduação em nível de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob a orientação da professora Maria do Carmo Saraiva, a temática do gênero renasceu mais fortemente como possibilidade de pesquisa, devido a produção da orientadora na área e sua aproximação com o tema. A tradição que outros departamentos da UFSC possuem nos estudos de gênero, incluindo história, antropologia, educação e também a educação física foi outro aspecto que influenciou na opção do estudo, pois se apresentaram como excelente possibilidade de apoio teórico necessário ao trabalho, o que foi confirmado por meio da minha participação nas disciplinas destes cursos que abarcavam o tema.

Com as inquietações suscitadas pelo trabalho monográfico e o contexto acadêmico favorável, a idéia de investigar as políticas públicas de esporte e lazer através de uma perspectiva de gênero tornou-se possível. A concretização veio, no entanto, com o encontro de um novo e desafiante cenário a ser investigado, não mais a instituição pública esportiva de uma cidade interiorana do Rio Grande do Sul, na qual eu já se estava inserida, mas a Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis, em Santa Catarina, órgão público responsável pelo esporte e pelo lazer na cidade e que representava um espaço até então desconhecido.

A opção deste estudo também guarda relação com o entendimento de que, apesar das dimensões tomadas pelo “fenômeno das práticas corporais<sup>2</sup>” na sociedade contemporânea, a quantidade, a

---

<sup>2</sup> Ao estudarem o modo como o termo “práticas corporais” vem sendo utilizado na produção acadêmica, Lazzarotti Filho e colaboradoras (2010) constataram que de modo geral o termo indica diferentes formas de atividade corporal que vão desde as mais tradicionais, como as

qualidade e os sentidos que representam para cada um, estão ligadas a diferenças de acesso, de oportunidades, de espaços e materiais. Diferenças estas que se configuram em desigualdade seja entre faixa etária, gênero ou classes sociais. Neste contexto, o Estado por meio das políticas públicas de esporte e lazer não deve ser apenas mais uma (im) possibilidade, mas uma garantia de que, diferentemente das demais instituições voltadas para a área (academias, clubes...), assegure o acesso a estes bens sociais/culturais de forma democrática e igualitária, orientada para, não apenas a reprodução, mas para a (re) construção destas práticas como direito e pela importância cultural de sua existência.

Nesse sentido, a presente pesquisa tentou caminhar com vistas a desvelar questões de gênero presentes no âmbito estatal, tendo como exemplo a Fundação Municipal de Esportes (FME), o que poderá suscitar novas reflexões e fornecer subsídios para que as políticas esportivas e de lazer se orientem para efetivar a igualdade entre os gêneros.

Apesar dos limites quanto à metodologia e análise devido às dificuldades de diversas ordens no acesso às informações do campo e pelo caráter embrionário da transversalidade das temáticas, a intenção é trazer a tona a problemática e contribuir com reflexões que ajudem a incorporar a perspectiva da igualdade de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer.

Para tanto, a dissertação foi organizado em quatro momentos: introdução, construções teóricas, metodologia e análises. Para melhor situar o leitor, ainda nesta introdução são minimamente apresentadas as situações atuais e algumas considerações sobre os estudos de gênero e de políticas públicas na Educação Física, bem como são conceitualizados os termos aos quais estão relacionados os conteúdos deste trabalho para, então, ser apresentado o problema e as perguntas que norteiam a pesquisa. Em seguida, optou-se por apresentar as construções teóricas, antes dos caminhos metodológicos, em virtude de que os últimos já contêm dados e compreensões trazidas do campo e por isso sentiu-se a necessidade de aproximá-los das análises. Entre os aspectos teóricos são expostos fundamentos do sistema de gênero na

---

competitivas, até as ressignificadas por diferentes culturas. É neste sentido que o termo será utilizado neste trabalho, acrescentando-se que se fundamenta numa compreensão de corpo que se opõe ao biologicismo, como indicam os pesquisadores preocupados com a conceituação do termo (LAZZAROTTI FILHO et al, 2010).

sociedade e suas influências na prática política, nos esportes e no lazer, passando pela caracterização atual das políticas da área abordada e por contribuições filosóficas sobre as maneiras de governar. Ao apresentar-se a metodologia trilhada para pensar o problema de estudo deu-se atenção especial para a caracterização e contextualização do campo. Por último, as análises dos dados do campo são expostas por meio de três eixos interligados onde se destaca a orientação, a efetividades e as perspectivadas das políticas públicas analisadas tendo a perspectiva de gênero como fundamento.

## 1.2 O PROBLEMA: RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

Os dois campos de estudos que constituem o presente trabalho, políticas públicas e gênero, embora razoavelmente desenvolvidos nas ciências sociais e humanas, carecem de abordagens que os pense em sua transversalidade. No que se refere ao estudo destes temas na área do esporte e do lazer, as lacunas são mais evidentes e, portanto, mais necessárias.

A Educação Física/Ciência do Esporte (EF/CE) tem a sua prática e sua produção de conhecimento historicamente marcada pela ciência positivista associada à saúde corporal, de modo que antes da década de 1980 os estudos de caráter biofisiológicos indicavam as diferenças e semelhanças nas capacidades físicas de homens e mulheres, sugerindo a separação dos sexos nas atividades e práticas corporais (LUZ JÚNIOR, 2003). É na década de 1980 que surgem novas contribuições teóricas e científicas: os estudos sobre mulheres passam a estabelecer a perspectiva de gênero e em contraponto ao postulado biológico, pelo qual se justificava uma condição feminina, surgem as compreensões sociais e culturais da construção do gênero. A partir de então, o gênero é entendido, e aqui considerado, como “categoria social imposta sobre o corpo sexuado” (SCOTT, 1990, p.3).

Na área da EF/CE é na década seguinte que os estudos da temática se intensificam, concentrando-se inicialmente “na análise de condições empíricas da formação de conceitos, a partir de estereótipos relacionados às diferenças entre os sexos” (LUZ JÚNIOR, 2003, p. 62). Posteriormente os estudos passaram a se aproximar de novas perspectivas, as quais superavam o caráter fixo das identidades sexuais, entendendo que são “múltiplas formas que podem assumir as

masculinidades e feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas, dos símbolos, etc.) constituem hierarquias entre os gêneros” (LOURO, 1997, p. 24).

Os estereótipos sexuais e os preconceitos reforçados pela Educação Física ao longo da história e evidenciados nos primeiros estudos de gênero na área resultaram em menos experiências de movimentos para meninos e meninas e, como afirma Maria do Carmo Saraiva (2002), no impedimento de uma aprendizagem intercultural nas práticas esportivas<sup>3</sup>. Assim, as análises de gênero surgem como uma forma importante tanto para desconstruir a idéia naturalizada de que as diferenças corporais determinam masculinidades e feminilidades e justificam papéis sociais e práticas esportivas desiguais para cada sexo (GOELLNER, 2007), como para elaboração de alternativas pedagógicas que possibilitem mudanças nas relações de poder entre os sexos (SARAIVA, 2002).

Atualmente os estudos de gênero vêm ganhando cada vez mais espaço na EF/CE, desenvolvendo importantes análises tanto sobre as práticas esportivas como educativas. Destacadamente pode-se citar estudos sobre a história das mulheres no esporte (MOURÃO, 2000; GOELLNER, 2005b), as influências da mídia esportiva para conformação de estereótipos (SOUZA; KNIJNIK, 2007), a formação de subjetividades em homens e mulheres por meio dos discursos e das técnicas de promoção da saúde e da beleza (ALBINO; VAZ, 2008) e especialmente as relações de gênero na escola e as práticas pedagógicas e co-educativas da educação física (SARAIVA, 2005 e 2002).

Os estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer também tiveram um significativo impulso nas últimas décadas, decorrente, inicialmente, da inclusão destas manifestações corporais como direitos constitucionais brasileiros, em 1988<sup>4</sup>, e da criação do Ministério do

---

<sup>3</sup> Aqui se esta referindo tanto aos impedimentos e preconceitos em relação a atuação masculina em atividades com movimentos suaves e expressivos como por exemplo na ginástica e na dança como em relação a atuação feminina nas atividades que exigem mais força e contato corporal. Concorde-se com Saraiva (2002) quando explica que o ideal seria que ambos os sexos pudessem se inserir na cultura do outro sexo aprendendo a atribuir igual valor às práticas de esporte.

<sup>4</sup> O sexto artigo do segundo capítulo da Constituição Federal define o lazer como um direito social, adquirido juntamente com outros mais popularmente conhecidos como a moradia, a educação e a saúde. O esporte ganha respaldo constitucional no artigo 217

Esporte em 2003. Os programas federais desenvolvidos pelo Ministério têm sido simultaneamente tomados como veículo de disseminação de políticas sociais de esporte e lazer e como objeto de estudo de pesquisadora<sup>5</sup> e grupos de estudo<sup>6</sup>. Também contribuiu para o desenvolvimento da área a criação de um grupo de trabalho temático específico sobre políticas públicas no Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte em 1997<sup>7</sup>, sendo que os anais produzidos pelo grupo nos congressos científicos são importantes fontes de conhecimento.

Apesar destes espaços de aprofundamento teórico e prático, autoras entendem que os debates sobre políticas públicas, de uma forma geral, ainda são poucos projetados para o esporte e lazer, direcionando-se aos setores de trabalho e economia (SUASSUNA et al, 2007) e que a produção de conhecimento da área ainda é discreta e voltada aos relatos de experiências, necessitando de maior diálogo com as teorias (STAREPRAVO, 2007). A emergência dos estudos na área de políticas públicas de esporte e lazer também se dá, conforme Telma Menicucci (2008), em decorrência da ausência de princípios e objetivos nacionais que efetivem estes direitos, o que faz com que governos locais estabeleçam diretrizes próprias e muitas vezes de forma frágil<sup>8</sup>, diferentemente do que acontece na Educação e na Saúde que possuem sistemas nacionais.

No que se refere à problemática como um todo, ou seja, as políticas públicas de esporte e lazer sob a perspectiva do gênero, ela mostra-se bastante incomum, apesar de outras áreas já apresentam importantes movimentos, tanto na produção científica como em ações concretas. Na área da segurança tem-se o exemplo da criação de programas que atendem mulheres vítimas de violência, incluindo a Lei

---

do terceiro capítulo e oitavo título da Constituição ao ser afirmado que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” e, no mesmo artigo, reforça o incentivo do lazer como promoção social.

<sup>5</sup> O símbolo a será usado ao longo do texto para se referir a ambos os sexos.

<sup>6</sup> Dentre estes programas, cabe ressaltar a Rede CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, que reúne grupos de pesquisa das Instituições de Ensino Superior com objetivo de produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.

<sup>7</sup> Ver em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas.forme>. Conforme informações contidas no site do Grupo, as aproximações acadêmicas da Educação Física com a temática das políticas públicas são observadas desde a década de 1980.

<sup>8</sup> Cabe destacar que há esforços para a elaboração de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer por meio das Conferências Nacionais do Esporte, ocorridas em 2003, 2006 e 2010, no entanto, não há nada consolidado até o momento.

Maria da Penha<sup>9</sup> e as Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (FARAH, 2003). Na educação houve a reformulação de livros didáticos objetivando eliminar referências discriminatórias e também a inclusão da sexualidade como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (VIANNA; UNBEHAUM, 2004). Na saúde, há avanços nas discussões sobre os direitos reprodutivos dos homens e ampliação do tempo de licença paternidade (LYRA-DA-FONSECA, 2008). Muito tem contribuído para o desenvolvimento destas reflexões e ações a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres em 2003, órgão federal que se dedica às questões de gênero por meio de programas, prêmios e da manutenção de um sistema de informações que visa disseminar, valorizar e propor ações de igualdade de gênero de modo transversalizado com os setores governamentais<sup>10</sup>.

Levando em consideração os avanços concretos quanto aos aspectos de gênero das políticas públicas de outras áreas em decorrência de estudos, decidiu-se investigar a situação das políticas esportivas e de lazer de maneira a tentar perceber como os aspectos de gênero se manifestam, influenciam e são incorporados, ou não às práticas governamentais. Para isso a investigação foi organizada a partir da formulação de um problema que define a direção do estudo: Como as questões de gênero estão incorporadas (ou não) às políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis?

A importância que as práticas corporais assumem na construção da ordem de gênero, ou melhor, nas identidades de gênero é evidente, não apenas por refletir as diferenciações da sociedade e do cotidiano, mas também por determinar relações e papéis hierárquicos entre homens e mulheres. Como bem explica Silvana Goellner (2007), estas construções que se acomodam nos corpos e que nos constituem como femininos e masculinos são calcadas no conjunto de discursos e práticas sociais atreladas a redes de poder que determinam, inclusive, o modo de cada sexo viver e experimentar as práticas corporais.

Apesar de homens e mulheres serem prejudicados, em termos de liberdade de movimento, pode-se dizer que enquanto que a construção de masculinidades no esporte por meio de tais discursos de

---

<sup>9</sup> Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

<sup>10</sup> Vale destacar o Observatório Brasil de igualdade de gênero, setor criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que atua de forma mais específica na visibilidade e fortalecimento das ações do Estado Brasileiro, em todos os níveis governamentais, com foco em cinco áreas de temáticas: violência, trabalho, educação, poder e decisão e saúde. Para mais informações acessar: <http://www.observatoriodegenero.gov.br>.

poder se deu mais pela participação e incentivo aos homens, as feminilidades deram-se muito mais por restrições à prática, já que os esportes na sua forma moderna constituíram-se originariamente como expressão e símbolo da masculinidade tradicional (DUNING; MAGUIRE, 1997), exigindo das mulheres estratégias variada para sua inserção. Com as mudanças de perspectivas, muitos avanços são visíveis, como a participação de homens e mulheres em práticas que antes não lhes eram permitida, entretanto, isso não significa que, especialmente no caso das mulheres, tenha sido alcançada uma igualdade. As marcas deixadas pela supremacia masculina no esporte e nas atividades de lazer, ainda que muito minimizadas atualmente, são visíveis pelo espaço diferenciado que homens e mulheres ocupam na mídia e nos parques e praças, na ênfase em associar as atletas às características ditas como femininas e e pela internalização destas atividades, tanto por homens quanto por mulheres, como um direito e um dever masculino<sup>11</sup>.

Com a inclusão do esporte e do lazer como direitos sociais na Constituição brasileira de 1988, teoricamente as desigualdades produzidas deveriam ser minimizadas, se não eliminadas, pois a dimensão social representa um caráter universal e democrático, sendo que tais direitos deveriam ser de todas, o que nem sempre acontece, pois, como explica Telma Menecucci (2006), a atividade política pressupõe escolhas, decisões e interesses diversos, imersos em relações de poder desiguais.

Antes de entrarmos na reflexão sobre a intervenção estatal, faz-se necessário abrir um parêntesis para explicar o entendimento de esporte e de lazer aqui adotados. Primeiramente a opção de manter o lazer, juntamente com o esporte, na contextualização e análise da pesquisa, apesar de a Fundação abarcar apenas a palavra “esporte” em seu nome, deve-se a forma como ele esteve presente no campo, estando incluído em muitos documentos legais e nas próprias ações da FME, mesmo que em menor medida em relação ao esporte. Para além do

---

<sup>11</sup> Como exemplo deste “direito” masculino ao esporte, pode-se situar a tradição da participação dos homens aos grupos de esporte e lazer nos finais de semana e o que Claudia Kugelmann (2006) explica como “fenômeno do *old men's grup*”, na qual o círculo de amizade proveniente destas atividades também possibilita melhorias nas relações políticas e profissionais. Como exemplo do “dever”, Erik Dunning e Joseph Maguir (1997), explicam sobre as fortes pressões em favor da prática de esporte para os homens britânicos, e acrescenta-se aos brasileiros, como prova de virilidade, sendo que, caso não sigam esta norma, arriscam-se a serem insultados de afeminados ou homossexuais. No caso das mulheres esportistas, os insultos tendem à qualifica-las como masculinas ou lésbicas.

entendimento do esporte e do lazer como objetos de direito, considera-se-os importantes manifestações da cultura corporal de movimento que historicamente, e por diversos motivos e interesses, alcançaram este status. Entre as diferentes perspectivas e formas heterogêneas que o esporte assume na modernidade, destaca-se aquela apontada por Mauro Betti (2002), na qual o esporte é percebido como ação social institucionalizada, podendo ser desenvolvido lúdica e competitivamente, respeitando regras convencionais e assumindo uma perspectiva de comparação de desempenho e atribuição de títulos. Acompanhando esta perspectiva, concorda-se com Valter Bracht (2005), quando este classifica duas formas pelas quais o esporte tem mais fortemente se manifestado: trata-se do esporte de alto rendimento ou espetáculo e o esporte enquanto atividade de lazer. O autor explica que apesar de haver cada vez menos diferenças entre estas duas formas, devido ao processo de esportivização<sup>12</sup>, o primeiro se aproxima de característica ligadas ao espetáculo esportivo e ao mundo do trabalho, sendo pautado nos sentidos de vitória/derrota, racionalização dos meios e maximização dos resultados, enquanto o segundo orienta suas ações no sentido do prazer, da sociabilidade e da saúde.

Estas características referentes ao prazer e sociabilidade também são as principais marcas das atividades de lazer, que compreendem outras práticas, além das esportivas modernas. Apesar da complexidade do tema, procurou-se adotar uma perspectiva de lazer que se afastasse de uma visão compensatória e utilitarista, na qual o lazer é percebido como contraponto ao trabalho ou estratégia de manutenção da ordem social. Portanto, aproximou-se da perspectiva de lazer elaborada por Nelson Marcellino (2006) que o relaciona com o descanso, o divertimento e o desenvolvimento pessoal, compreendendo-o pela associação dos aspectos tempo e atitude. Segundo o autor, o lazer se desenvolveria no que chama de um “tempo desocupado”, que possibilitaria a escolha do sujeito por uma atividade ou pelo ócio, a relação entre o sujeito e suas escolhas, que é pessoal, é que se configuram na atitude. Ainda conforme Vitor Melo e Edmundo Alves Júnior (2003), o lazer engloba diferentes interesses humanos, são realizadas na busca pelo prazer, podendo acontecer no tempo livre das obrigações cotidianas.

---

<sup>12</sup> O termo esportivização refere-se aqui a transformação de atividades corporais não competitivas em modalidades com características do esporte de rendimento. Ver Fernando J. Gonzáles (2005).

Apesar da relevância social e cultural, foi o respaldo legal que formalizou a intervenção estatal sobre o esporte e o lazer, passando a demandar a ação do Estado por meio de políticas públicas para sua concretização. Por políticas públicas entende-se o conjunto de práticas de governo, estratégias e intervenções do Estado com e para a população, com ou cuja finalidade é de alcançar determinados resultados que deveriam abarcar a afirmação da cidadania<sup>13</sup> de todas, permitindo a igualdade de gênero. Todavia, concorda-se com Menicucci (2006) que as políticas públicas não se caracterizam apenas pelos atos de uma autoridade pública, mas também pelos seus “não atos” e, a partir do pressuposto de que políticas públicas envolvem escolhas, mesmo que formadas por diferentes fatores, entende-se que elas:

[...] não são casualidades nem respondem a necessidades inelutáveis dos governos. Em consequência, o fato de que algumas questões (e não outras) passem a ser objeto de decisões e ações públicas é algo que precisa ser explicado em cada situação específica e está relacionado à construção social de propostas no âmbito societário e ou governamental (MENICUCCI, 2006, p.143-144).

A partir do momento em que se entende que somos constituídos pelo gênero, é preciso considerar que as instituições também o são, pois estas são as (não) escolhas, as (não) decisões dos sujeitos que a formam. Sendo assim, o Estado, por diferentes meios, inclusive pelas práticas corporais, também produziu desigualdades de gênero ao manter por muito tempo, se não até hoje, valores e práticas fundadas na ideologia patriarcal<sup>14</sup>. Esta noção da generificação das instituições é sustentada por Guacira Louro (1997, p. 25), quando explica:

Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelo gênero: essas instâncias, práticas ou

---

<sup>13</sup> A noção de cidadania é explicada por Menicucci (2006) apoiada no trabalho de Marshall, pelo conjunto dos direitos civis, políticos e sociais, sendo que este último, no qual se insere o esporte e o lazer, “permitem reduzir os excessos de desigualdades geradas pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem estar para todos” (p. 138).

<sup>14</sup> Por Ideologia Patriarcal entende-se o conjunto de normas elaboradas e impostas como verdades e que representa a supremacia dos homens, brancos e heterossexuais e, portanto, a inferioridade dos grupos sociais que não fazem parte daquele.

espaços sociais são generificados – produzem-se, ou engendram-se, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.).

Inicialmente, mesmo os estudos de gênero não se preocuparam com a análise da prática política, pois além de não “combinarem” com os aspectos “sérios” da área política<sup>15</sup>, esta se formou como um lugar de resistência às questões sobre mulheres e gênero (SCOTT, 1990). Atualmente, como já foi referido, há estudos que analisam a prática governamental com o olhar de gênero e também há avanços contra as resistências da inserção da mulher e das questões de gênero neste espaço. Na tarefa aqui apreendida mostrar-se-á a realidade destes aspectos na Fundação Municipal de Esportes (FME), considerando as marcas e progressos do esporte e da política como espaços e práticas generificadas e generificantes.

Além de a política e o esporte constituírem-se historicamente como espaços e práticas sociais, onde as características tidas como masculinas e as masculinidades prevaleceram como fundamentais para seu desenvolvimento, a forma como tradicionalmente os Cursos de Educação Física se desenvolveram também nem sempre contribuiu para a superação das relações hierárquicas de gênero e para a formação crítica sobre o trato público com o esporte e o lazer. Em uma primeira análise sobre o currículo dos cursos de graduação, tanto a temática do gênero como as políticas públicas parecem esquecidas ou desconsideradas. Em relação à primeira, numa observação inicial dos currículos dos cursos de Graduação do Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>16</sup> constata-se que não costuma aparecer sob o aspecto formal das disciplinas curriculares. Ao contrário, é corrente observar que, mesmo num ambiente supostamente formador e crítico como a

---

<sup>15</sup> Os primeiros estudos de gênero trazem como objetos de análise questões mais subjetivas e do cotidiano das mulheres na época, o que se configurou mais tarde, com a legitimação da categoria gênero, como categoria útil de análise histórica, como inovações na maneira de fazer ciência, ver Scott (1990) e Louro (1997).

<sup>16</sup> Para esta constatação foi feita uma busca informal nos sites dos cursos de Graduação em Educação Física das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Até o momento foi encontrada apenas uma disciplina de gênero optativa na Universidade Federal de Santa Catarina. No entanto, sabe-se que há uma disciplina obrigatória, intitulada Educação Física e Gênero, na UNIVATES, universidade particular no Rio Grande do Sul.

universidade, relações desiguas de gênero aparecem em situações de tratamento e comportamento diferenciados entre alunas e professoras<sup>17</sup>.

Quanto à temática das políticas públicas, a problemática é ainda maior, pois quando abordada nos cursos de graduação, aparece de forma frágil nas disciplinas de gestão ou organização esportiva, muitas vezes se restringindo aos manuais de eventos e conhecimentos administrativos, restringindo o espaço de reflexões críticas sobre as transformações e relações entre o Estado brasileiro e o esporte e o lazer. Esta situação faz pensar que as estudantes de educação física saem do curso sem a compreensão de que seus principais objetos de estudo e intervenção são direitos constitucionais e sem saber como trabalhar estes direitos nas instâncias públicas.

Todavia, concorda-se que o processo de definição de políticas públicas deveria pressupor também a participação popular, não dependendo, portanto, só da formação ou interesses das profissionais e gestoras, mas também da intervenção da sociedade civil, o que poderia favorecer a universalização e igualdade destes direitos, através do compartilhamento de idéias. No entanto, alguns estudos (AMARAL, 2005; ROCHA et al, 2007; STAREPRAVO, 2007) vêm demonstrando que esta participação popular não vem se efetivando no caso das políticas de esporte e do lazer, seja por falta de iniciativa do poder público seja pela desvalorização do tema pela sociedade.

Mesmo com reações políticas contrárias às práticas discriminatórias e aos tratamentos diferenciados para cada sexo, incluindo-se, no caso das mulheres, a conquista do direito ao voto, as cotas eleitorais na política e sua inserção nos esportes, sabe-se que leis não são suficientes para diminuir as marcas de subordinação feminina e garantir uma cidadania plena e que a perspectiva da construção social dos gêneros não foi assimilada e conscientizada por todas. Tanto é autêntica a afirmação que recentes pesquisas têm mostrado, por exemplo, que a entrada da mulher no mercado de trabalho não diminuiu o seu tempo de dedicação às atividades domésticas (IPEA, 2010)<sup>18</sup>, e que,

---

<sup>17</sup> Para esta afirmação a autora valhe-se de experiências próprias no Curso de Educação Física em que se lembra de maior tempo disponibilizado para os meninos praticarem os fundamentos do futebol nas aulas práticas e uma menor exigência quanto a estas aprendizagens para as meninas; o contrário era perceptível nas aulas de ginástica e dança, quando os movimentos tidos como femininos eram realizados pelos meninos e motivavam piadas e brincadeiras por parte dos colegas.

<sup>18</sup> O comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tem como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram que as mulheres trabalham 23,9 horas semanais em atividades domésticas, contra 9,7 horas para os homens.

mesmo tendo mais tempo de escolaridade, o salário das mulheres trabalhadoras continua sendo inferior<sup>19</sup> (IBGE, 2010). Os dados mostram que a atribuição do cuidado com a casa e com a família permanece centrada nas mulheres de forma naturalizada, tendo influência em diferentes instâncias, tanto na entrada e ascensão no mercado de trabalho, já que possuem menos disponibilidade de tempo, como nas próprias atividades de esporte e lazer, o que foi observado em alguns estudos da área que serão abordados posteriormente.

A permanência e renovação de estigmas de gênero acrescentadas à falta de diretrizes para as políticas de esporte e lazer, o histórico sexista das práticas corporais, as lacunas na formação profissional, o caráter ainda recente nos estudos e a falta de canais de participação popular são argumentos que, juntos, fazem refletir sobre quais perspectivas as práticas políticas de esporte e lazer são estabelecidas e em que medida estão atentas às diferenças e às desigualdades, neste caso, em especial às desigualdades de gênero.

Diante disto, reitero a pergunta problema e organizo as perguntas norteadoras, as quais contêm no seu âmbito o direcionamento da pesquisa: Como as questões de gênero estão incorporadas (ou não) nas políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis?

- De que formas as questões de gênero estão contempladas nos documentos oficiais?
- Quais as percepções dos sujeitos (dirigentes e técnicos da FME) sobre as políticas públicas de esporte e lazer que desenvolvem em relação ao gênero?
- Como homens e mulheres são contemplados no atendimento da Fundação? há igualdade no atendimento?

Para buscar responder estas questões foi fundamental o envolvimento com a realidade empírica por meio de uma pesquisa de campo na Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis, onde os documentos e os 8 funcionários participantes foram os protagonistas do estudo. Mas antes de partir para o campo é importante entender os fundamentos teóricos que sustentam o trabalho e que foram construídos a partir dos cinco pontos apresentados a seguir.

---

<sup>19</sup> As mulheres trabalhadoras com ensino médio são 61,2%, para 53,2% dos homens. Com nível superior são 19,6% de mulheres e 14,2% dos homens. Apesar de mais tempo de estudos, as mulheres recebem remuneração equivalente a 72,3% do que recebem os homens.



## 2 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

*Sábias agudezas... refinamentos...*

*- não!*

*Nada disso encontrarás aqui.*

*Um poema não é para te distraíres  
como com essas imagens mutantes de caleidoscópios.*

*Um poema não é quando te deténs para apreciar um detalhe*

*Um poema não é também quando paras no fim,  
porque um verdadeiro poema continua sempre...*

*Um poema que não te ajude a viver e não saiba preparar-te para a morte  
não tem sentido: é um pobre chocalho de palavras.*

Mario Quintana – Projeto de prefácio

Diferentemente da comum dicotomização entre teoria e prática, aqui entende-se que uma é complementar e necessária a outra. A teoria como a trajetória do pensamento que permite a compreensão dos sentidos, dos fenômenos da realidade, e a prática como a própria realidade em movimento. Considerando que os contextos analisados em cada pesquisa são diferentes, a teoria permite que sejam feitas relações e comparações entre estes com o que já foi estudado, além de facilitar novas reflexões. Sendo assim, as construções teóricas são aqui entendidas como alavancas que permitem compreender para além da intuição e do senso comum, e como lentes que abrem, mas não engessam o olhar para que os diferentes aspectos da realidade sejam percebidos.

Partindo desta reflexão e das questões norteadoras organizadas procurou-se estudar e construir um referencial teórico que ajudasse na compreensão da relação entre as políticas públicas e o esporte e o lazer, especificamente na FME, considerando a perspectiva do gênero.

Para este exercício, resgata-se os aspectos que justificaram - e ainda justificam - as desigualdades entre homens e mulheres e as estratégias em busca de reconhecimento e visibilidade feminina nos espaços públicos, sendo considerado, em especial, o papel do Estado e da política neste processo.

Tendo os fundamentos de gênero como pano de fundo, tentou-se costurar aspectos que envolvem as relações entre Estado, esporte e as práticas corporais, destacadamente as femininas, no Brasil. Também são

destacadas as características atuais da organização das políticas públicas de esporte e de lazer, bem como as contribuições que ajudam a pensá-las a partir da perspectiva de gênero.

Por último, buscou-se compreender a racionalidade política tematizada por Michel Foucault, e os conceitos de governamentalidade, biopolítica, capital humano e cultura do empreendedorismo para entender o novo papel biopolítico dos governos estatais.

## 2.1 O SISTEMA DE GÊNERO E A AS RELAÇÕES COM O ESPAÇO E A PRÁTICA POLÍTICA

Para pensar as relações entre gênero e política, partiu-se de fundamentos teóricos que tem contribuído para os estudos que fazem uma análise de gênero em diversas áreas. Tais fundamentos são alicerçados no conceito de diferença de Jacques Derrida (apud SCOTT, 1999) e no que Pierre Bourdieu (1998) chama de “necessitação pela sistematicidade”. São questões que ajudam a entender como as construções sociais partem das diferenças sexuais e se transformam em desigualdades na presença e na participação de homens e mulheres nos espaços públicos e privados.

As construções sociais sobre o homem e a mulher os colocam constantemente em situações, espaços, características e interesses notadamente opostos, de forma que geralmente o que é definido como sendo de domínio feminino, é construído pela contradição aos aspectos considerados masculinos. Para Bourdieu (1998 e 1999) a construção destas diferenças de sexo e gênero integra uma realidade formada por um sistema de oposição observado na lógica interna da sociedade. Neste sistema os significados são construídos por pares binários que se opõem entre si, e por uma visão e experiência de mundo apoiada na confirmação natural desta contradição como o dia e a noite, o céu e a terra...Com base nas diferenças corporais, as diferenciações sociais sobre os sexos também foram construídas em oposição e estabeleceram uma norma na qual o homem é dominante sobre a mulher. Incorporada como natural esta norma se instituiu na maioria dos espaços e relações sociais, como a escola, a família, a política, entre outras.

Neste sentido, porém centralizando a linguagem, Jacques Derrida (apud SCOTT, 1999) elabora o conceito de diferença, onde explica que os sentidos das palavras também são construídos pelo contraste com outras, e assim hierarquizados. Dentro da estrutura lingüística ocidental baseada em dicotomias, há uma linguagem de

dominação, em que alguns termos (relacionados ao universo masculino) assumiram o sentido de superioridade em relação ao seu oposto (relacionados ao feminino), gerando sentidos valorativos diferentes que se transformam em desigualdades. Estas diferenciações linguísticas são incorporadas de forma que os espaços e as “coisas” atribuídas aos homens, como a esfera pública, o trabalho “fora”, a política, a racionalidade e a tomada de decisões, estejam numa posição superior dentro de uma escala hierárquica. No caso das mulheres, as questões que historicamente lhes foram atribuídas, como os papéis e espaços privados, a maternidade, a educação dos filhos, os trabalhos domésticos e, inclusive, as emoções, assumiram o sentido de inferioridade, sendo menos valorizadas que as ditas masculinas.

A definição destes espaços e as diferenças sociais foram coladas fortemente em cada sexo de acordo com suas características físicas e reforçadas, posteriormente, pelos ideais hegemônicos das ciências biológicas. Assim, o “aparelho” biológico da mulher que possibilita com que conceba e alimente os filhos determinava seu destino de mãe e cuidadora, seu espaço como sendo o privado e seus interesses. O conceito de gênero nasce em rejeição a esse determinismo que define os modos de ser masculino e feminino, fazendo entender que os papéis atribuídos aos sexos são de origem histórica e social, como explica Miriam Grossi (1998).

De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos, usadas nos exemplos mais corriqueiros como ‘mulher não pode levantar peso’ ou ‘homem não tem jeito para cuidar de criança’ (p.4).

Dessa forma, tanto a história oficial da humanidade como a ciência que ganhou legitimidade foram produzidas a partir destes pressupostos naturais, onde o modelo dominante era o do homem branco, ocidental e heterossexual. Tendo a razão como forma de pensamento e o positivismo<sup>20</sup> como abordagem, o padrão científico

---

<sup>20</sup> Na abordagem positivista o conhecimento científico, baseado nas ciências naturais, é tido como a única forma de explicação para os fenômenos. Caracteriza-se pela objetividade, precisão, metodicidade, empirismo e explicação (CUPANI, 1985). A hegemonia desta abordagem científica é rompida pelas novas formas de fazer ciência surgida no século XX, que

hegemônico definiu o que merecia ser pesquisado e como deveria ser interpretado, a partir de seus interesses, de forma que as relações sociais, os sentimentos, as mulheres, a família, ou seja, as questões subjetivas não foram consideradas objetos científicos. Neste contexto, foram os conhecimentos biológicos que adquiriram força e passaram a estabelecer as verdades sobre a vida e os indivíduos e também criaram teorias para provar biologicamente as diferenças sociais entre homens e mulheres enfatizando as “distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos de cada gênero” (LOURO, 1997, p.45).

Estas considerações não pretendem colocar a mulher em posição de vítima<sup>21</sup>, mas esclarecer que as diferenças, apesar de construídas socialmente, se basearam nas diferenças biológicas e geraram profundas desigualdades à medida que reforçaram a idéia, como já foi dito, que alguns indivíduos (homens) e algumas características (ditas masculinas) eram superiores, mais importantes que outras. Nos discursos e nos saberes que determinaram as “preferências” e o destino das mulheres, a política definitivamente não fazia parte.

Na Idade Média, o entendimento que a mulher era movida principalmente pela emoção, tendo como base a distinção natural dos sexos, reforçava a subordinação ao homem e a restrição da mulher à esfera privada, além do repúdio àquelas que tentavam se aproximar dos territórios masculinos, entre eles a política (PEDRO; PINSKY, 2003). Referindo-se a mesma época, Joan Scott (1990) destaca a irrelevância atribuída à mulher na vida política e pública, e considera que não é o Estado que reflete a organização social, mas “que a mudança nas relações de gênero pode acontecer a partir de considerações sobre a necessidade do Estado” (p.6). Para sustentar esta afirmação, a autora traz o exemplo das razões pelas quais o divórcio foi por tanto tempo proibido pelo Estado: o rompimento da ordem patriarcal na família corresponderia ao rompimento da ordem autoritária do Estado, com a instalação da democracia. Assim, por necessidade, ou melhor, por interesse em manter a ordem patriarcal, o Estado impõe uma série de

---

passam a valorizar novos objetos e procedimentos de estudo, implicando formas subjetivas e pessoais de análise.

<sup>21</sup> O sentido de denúncia e da mulher vitimada foi importante para os primeiros estudos feministas. Atualmente os estudos têm avançado em outros sentidos como a análise de gênero e das múltiplas feminilidades e masculinidades. Ver Louro (1997 e 2004).

leis e dispositivos de controle sobre as mulheres e a família, mesmo no tempo atual:

[...] os dirigentes emergentes, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziam literalmente este código em leis (proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres) que colocavam as mulheres em seu lugar (SCOTT, 1990, p.6).

As concepções consolidadas nas leis, mas também na opinião e nas políticas de Estado, negaram ao longo da história, o reconhecimento da mulher como sujeito, como cidadã possuidora de direitos e deveres políticos e sociais. Como explicam Joana Pedro e Carla Pinsky (2003), ainda no século XIX as mulheres casadas eram consideradas menores perante a lei, submissas à guarda e autoridade do marido, sem quaisquer direitos sobre a propriedade e inclusive sobre a família, enquanto que as solteiras maiores, as viúvas e as separadas adquiriam liberdade jurídica. No entanto, o direito de participar da política em âmbito nacional era negado a todas “em nome dos males e perturbações que tal desafio às leis da natureza sobre os papéis do sexo traria a sociedade” (PEDRO; PINSKY, 2003, p. 273). São estes exemplos históricos que confirmam a ideia de que as instituições também são constituintes, além de constituídas de gênero, tal como explica Louro (1997).

Gradativamente as mulheres foram rompendo com as imposições que lhes restringiam à esfera privada e passaram a circular também nos espaços públicos. Alguns fatos históricos contribuíram significativamente para a entrada da mulher na esfera pública, como as revoluções francesas (1789) e americanas (1776), quando as mulheres tiveram que cuidar sozinhas dos filhos, administrar as propriedades e inclusive assumir funções de trabalho ditas masculinas, enquanto os homens estavam em guerra. A expansão industrial do início do século XIX também fez surgir a necessidade de mão-de-obra das mulheres como força de trabalho e para o sustento da família. Apesar de as revoluções contribuírem para dar um novo grau de importância à

mulher, este foi apenas um ganho de poderes relacionado ao papel de mãe e não como cidadã, por isso, passada a revolução, muitos direitos foram revogados, as vozes das mulheres silenciadas, e reafirmada a proibição de atuarem na política e terem seus direitos atendidos (PEDRO; PINSKY, 2003).

Porém, foi justamente através da “aquisição” deste poder relacionado ao papel de mãe - papel de cuidar e proteger - que a mulher conseguiu acessar outros espaços da sociedade. Os trabalhos filantrópicos e a necessidade de instrução para melhorar a educação das filhas foram as justificativas para requisitarem o direito à educação formal e começar a fazer parte dos espaços escolares e fundações assistenciais.

Acrescida à demanda por mão-de-obra na expansão industrial, a substituição dos homens pelas mulheres na indústria, durante a Primeira e Segunda Guerra, foi a prova de que elas não eram naturalmente destinadas somente para a esfera privada e para o papel de mãe; foi a partir de então que a maioria dos países ocidentais passou a garantir o direito ao voto para as mulheres.

A trajetória histórica das mulheres em busca da cidadania e igualdade demonstra como o Estado vem se legitimando como instituição generificada e generificante, quando contribui para reforçar formas de superioridade entre os sujeitos dos diferentes sexos na sociedade. É como explica Joan Scott (1990) “O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado” (p. 9).

Estas observações são recorrentes inclusive entre formas de governos mais atuais. Tanto os regimes autoritários como os ditos democráticos do século XX têm exercido controle sobre as mulheres e a família (SCOTT, 1990), o que pode ser percebido na forma de leis, restrições, discursos, e mecanismos de controle que se justificam pela manutenção de uma determinada ordem social que ainda é patriarcal.

Sendo o Estado uma instituição generificada e generificante, cabe refletir como e em que medida estes processos tem influenciado suas ações atualmente? E no caso das políticas de esporte e lazer da FME, como e por qual meio isto acontece? Para refletir sobre estas questões, é interessante primeiramente entender as intervenções do Estado brasileiro para e por meio do esporte e do lazer antes e após a Constituição de 1988 e como as questões de gênero se faziam e se fazem presentes nestas relações.

## 2.2 RELAÇÕES ENTRE O ESTADO BRASILEIRO, ESPORTE E GÊNERO

A partir de quais interesses e de que maneiras os setores esportivos foram assumidos pela gestão pública no Brasil? Quais as questões de gênero podem ser observadas neste processo?

Tendo estes questionamentos como ponto de partida, procurou-se contextualizar primeiramente as relações entre o Estado, as práticas corporais e o gênero no Brasil desde o início do século XX até a Constituição Federal de 1988, pois esta é entendida como um marco, a partir do qual os direitos sociais, incluindo-se o esporte e o lazer, ganham respaldo, exigindo mudanças no modelo de intervenção estatal que se configura em políticas públicas.

Cabe atentar que não se pretende conferir linearidade a estas relações, portanto, nem tampouco determinar pólos opostos que posicionem as mulheres apenas como vítimas, subordinadas, dominadas, e o Estado como detentor absoluto de poder. Mesmo que estas tenham sido posições predominantes, o esforço aqui empregado foi de compreender as formas e as representações sob os quais homens e mulheres foram diferentemente incluídos, ou não, nas ações estatais dirigidas para os setores esportivos e da educação física.

Embora ainda não houvesse uma legislação ou outros documentos que materializassem uma intenção ou ação do Estado para ou por meio das práticas corporais no início do século, algumas intervenções podem ser constatadas tanto no âmbito da educação formal como nas práticas informais do esporte amador.

A defesa da Educação física por representantes estatais é um exemplo. Pautados nos ideais higiênicos e eugênicos<sup>22</sup> já consolidados na sociedade e na família, intelectuais e educadores como Rui Barbosa e Fernando de Azevedo passam a ver a escola como local ideal, e a educação física como um instrumento privilegiado, para construir e manter corpos saudáveis e harmoniosos permitindo assim o

---

<sup>22</sup> Ligado a grande influência médica no Brasil, a partir do século XIX, o higienismo consistiu na disseminação e na aplicação de novas práticas e hábitos sanitários com vistas a assegurar não só a saúde, mas garantir uma educação moral, física, intelectual e sexual compatíveis com o processo de desenvolvimento e modernização do país. Soma-se aos ideais higiênicos, as concepções eugênicas, que correspondem a um esforço para o melhoramento da raça por meio do controle familiar e da procriação e à identificação da população com os ideais nacionalistas. A Educação Física ganha relevância na aplicação destes princípios com o papel de “criar o corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 42).

fortalecimento da raça e o desenvolvimento do país (CASTELLANI FILHO, 1988).

Por meio de um conjunto de práticas e hábitos relacionados ao espaço, ao corpo e à mente, os higienistas educavam e adequavam a sociedade a uma ordem e a um modelo de sociedade na qual homens e mulheres ganharam papéis distintos. Estas diferenças marcadas pelos estereótipos sexuais foram reforçadas pela educação física na medida em que proporcionava atividades ginásticas distintas que serviriam para moralizar o corpo masculino e prepará-lo para o trabalho, enquanto que, no caso das mulheres, deveria garantir as exigências físicas para a futura maternidade (GOELLNER, 2005b). Estas diferenciações também foram decisivas para a construção de anatomias modelos conformadas com o projeto eugênico de sociedade, de forma que os corpos masculinos deveriam manifestar o equilíbrio muscular e a virilidade enquanto que os corpos femininos deveriam apresentar características de força e saúde necessárias à maternidade, contudo, sem ultrapassar os atributos femininos de beleza e delicadeza (GOELLNER, 2003).

Ao incorporar tais concepções e implantá-las na escola, o Estado torna-se corroborador de uma educação diferenciada para homens e mulheres, no entanto, suas ações não se reservam ao ambiente educacional.

No ambiente informal, a intervenção estatal pode ser exemplificada pelo incentivo empregado ao futebol, em substituição à capoeira. Tal medida justificou-se pelo caráter desvirtuante atribuído à capoeira<sup>23</sup> e, também, como forma de “entreter” os trabalhadores para dispersar as mobilizações operárias e as greves (LINHALES, 1996). Esta ação também expõe um atendimento estatal voltado ao masculino, já que, como explica Meily Linhales (1996), o caráter marcadamente masculino do futebol acabou gerando desinteresse às mulheres como praticantes, espectadoras ou torcedoras naquela época.

É com esta visão eugênica e instrumental que se inicia na década de 1930, um maior interesse do Estado pelo esporte no Brasil. Sob o comando de Getúlio Vargas, o governo exige um plano para organização do esporte nacional, de maneira que o Estado também pudesse intervir neste âmbito, já que a educação física era antes

---

<sup>23</sup> A capoeira foi criminalizada em 1980 pelo Código Penal Brasileiro por representar um ato de resistências ao sistema de dominação, sendo considerada prática de marginais e desocupados. A descriminalização aconteceu somente em 1934, quando começa a ganhar consistência como uma cultura popular. Para mais informações sobre a capoeira, ver a tese de Pedro Abib (2004).

coordenada pelos militares e os esportes eram organizados de forma independente e precária, dificultando o bom desempenho do país em competições, aspecto importante naquele governo como forma de exaltação do sentimento nacionalista (CASTELLANI FILHO, 1988 e 2008). Linhales (1996) explica que, apesar de uma aparente desorganização e de conflitos internos no setor esportivo, a sociedade estava minimamente organizada em relação ao esporte, não necessitava ou demandava serviços ou espaços para as práticas naquele momento. Mesmo a justificativa da intervenção do Estado no esporte sendo a de minimizar conflitos e democratizar o acesso, que ainda era elitizado, a autora acredita que as primeiras relações entre Estado e esporte se deram muito mais por interesses político ideológicos, cujo objetivo era construir uma nova ordem política e social que legitimasse o Estado, do que por reivindicação da população.

Tanto é correta a análise que nas décadas seguintes prevaleceram as relações corporativistas, a exaltação ao nacionalismo e à modernização sociopolítica, onde o esporte se “transforma” num instrumento importante para fortalecer a representatividade do país, consolidando a analogia entre êxito esportivo e êxito político e coletivo da nação. Estas relações ficam claras na instauração e na redação da primeira legislação referente ao esporte, onde a perspectiva nacionalista pode ser observada no artigo 48: “A entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico. É proibido a organização e funcionamento de entidade desportiva, de que resulte lucro para os que nela empreguem capitais sob qualquer forma” (BRASIL, 1941, Decreto-lei nº 3.199).

O referido Decreto estabeleceu as bases de organização do setor instaurando o Conselho Nacional de Desportos (CND) como instância máxima do sistema esportivo e também normatizando claramente a visão do Estado sobre a participação das mulheres no esportes: “Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”

Reafirmando o impedimento contido no decreto de 1941 e também no imaginário social sobre a determinação biológica feminina, o CND baixa a Deliberação nº 07 em 1965, proibindo as mulheres de praticarem algumas modalidades esportivas como lutas, saltos e futebol,

e impondo condições, regulando a intensidade e finalidades de outras<sup>24</sup>. Tal impedimento foi revogado somente em 1979, com a publicação da Deliberação nº 10, a qual instruía às entidades desportivas da seguinte forma: “Às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação” (BRASIL, 1979).

Apesar das interdições, as mulheres conseguiram acessar o esporte de alguma forma, o que procedeu, de acordo com Ludmila Mourão (2000), sem contestações ou lutas pela equalização de gênero no esporte, mas por meio de uma “movimentação autônoma da mulher”. A autora destaca as atletas, Eva Vargas, Maria Lenk e Piedade Coutinho na natação, Yara Vaz na ginástica e Aida dos Santos no salto em altura, entre as quais pode-se acrescentar Maria Esther Bueno no tênis, pelas suas contribuições para alterar as representações que restringiam a participação feminina. Também dá destaque aos Jogos da Primavera, exclusivamente femininos, iniciados em 1949, como evento importante para a democratização esportiva.

Esta movimentação feminina pela inserção no esporte também aparece nas experiências em modalidades coletivas e amadoras, como são exemplos os estudos de Luiz Rigo e colaboradoras (2008) e Karine Dalsin e Silvana Goellner (2006). No caso da equipe de futebol feminino, a proibição do CND só foi exigida quando as equipes passaram a se organizar com maior autonomia e “representar um afronte aos costumes sociais da época” (RIGO et al, 2008, p. 183). Quanto ao voleibol, apesar de não ser legalmente proibido as restrições partiam da família na medida em que as atletas eram solicitadas para integrar clubes profissionais ou viajar para fora da cidade (DAL SIN; GOELLNER, 2006).

A partir dos estudos, pode-se perceber que o impedimento das mulheres praticarem esportes já não se justificava com argumentos biológicos, como os prejuízos ao organismo em função da maternidade, pois já eram praticados de forma socializadora e amadora. As situações sugerem que os impedimentos do Estado e da sociedade situavam-se na não transgressão da ordem social, na qual o profissionalismo e o caráter

---

24 Como exemplo: “O remo, por exemplo, poderia ser praticado desde que não fosse competitivo e objetivasse a correção de defeitos orgânicos; várias provas do atletismo poderiam ser exercitadas desde que exigissem menos esforços que as masculinas” (GOELLNER, 2005, p.93).

competitivo deveriam continuar pertencendo ao universo masculino. O posicionamento do Estado, de interditar e não incentivar pode também indicar que o segmento feminino da população não pertencia aos grupos de interesses do Estado em relação ao esporte, já que, além da burocratização a intervenção estatal “estabelecerá, com alguns grupos esportivos, uma relação de interesses baseada na troca de privilégios como forma de minimização de tensões. Aqueles que não se encaixaram nesse jogo ficaram excluídos do sistema esportivo oficial” (LINHALES, p. 109, 1996).

O cenário de disputas de interesses que marcava o setor esportivo caracterizava-se por investimentos diferenciados e vantagens concedidas a certas modalidades, clubes e organizações esportivas bem como a setores econômicos que iniciavam seu desenvolvimento. Em decorrência destas relações tem-se a ênfase no esporte de rendimento, nos eventos e na busca de talentos esportivos, resultando em benefícios para os diferentes interessados e convertendo-se em propaganda e apoios políticos para o Estado (CASTELLANI FILHO, 2008; LINHALES, 1996).

Além da perspectiva regulatória e de legitimação, outra relação estabelecida entre Estado e esporte se dá pelo uso da educação física e das práticas corporais como uma estratégia para o desenvolvimento capitalista (MONTAÑO, 2008; CASTELLANI FILHO, 2008). Para Carlos Montaña (2008), as políticas esportivas e de lazer, juntamente com outras como as políticas de saúde e de assistência surgem em virtude de um forte período de expansão do capital após a Segunda Guerra, tendo como função a produção e reprodução da força de trabalho, a diminuição do custo para reprodução desta força e como estratégia para ampliar o consumo. Por outro lado, o autor atenta que, para além dos interesses do capital, tais políticas exercerem uma função social ao suprir necessidades de grupos carentes, além de estabelecerem o Estado como instituição fundamental de resposta a sociedade e, portanto, também representaram as conquistas dos trabalhadores em favor da cidadania.

A descrição do último trecho no masculino é proposital, pois se sabe que a noção de cidadania ainda guardava diferenças que resultavam em olhares e políticas diferenciadas para homens e mulheres. As mudanças de concepções em relação às construções sociais sobre os sexos e as desigualdades de gênero começam a avançar com o evento

conhecido como lutas libertárias de 1968<sup>25</sup> e com as conseqüentes discussões sociais e acadêmicas sobre a relação de dominação/exploração da mulher pelo homem. O reflexo das discussões foi perceptível também na área esportiva, sendo exemplo os bons resultados femininos em competições nacionais e internacionais, especialmente em relação aos esportes coletivos nos Jogos Olímpicos e pela inserção feminina nos esportes considerados mais violentos e masculinos, como as lutas e o futebol nas décadas de 1970 e 1980 (GOELLNER, 2005b).

Estes avanços, que significaram mais uma ruptura sobre os argumentos biológicos e que, entre outros, restringiam a prática esportiva feminina em função da maternidade, devem-se também aos efeitos da popularização dos modernos métodos contraceptivos no paradigma da dominação masculina, segundo Françoise Héritier (2004). Ao apontar a fecundidade como o lugar central da dominação, a autora explica que a retomada do controle feminino sobre a procriação, especialmente por meio da pílula anticoncepcional, pelo menos nos países ocidentais, “beneficiou as mulheres em matéria de liberdade e dignidade” (p. 16), modificando as condições e os costumes femininos, configurando-se numa verdadeira alavanca para a conquista da igualdade.

Apesar dos avanços e de não haver mais a interdição legal e dos argumentos da maternidade sobre as práticas corporais femininas, novas resistências e representações sociais surgem e outras reaparecem com nova roupagem, especialmente no que se refere ao temor da masculinização e à espetacularização do corpo feminino. Os argumentos sobre as mudanças que as práticas corporais poderiam provocar nos corpos das mulheres, aproximando-os dos modelos corporais tidos como masculinos, além de serem cada vez mais incompatíveis com as exigências dos esportes profissionais, tem comumente associado a prática à identidade sexual das participantes. Sobre este aspecto, Fabiano Devid e Sebastião Votre (2005) descrevem como, nas décadas de 1960 e 1970, período de participação intensa e, portanto, de mudanças nos modelos corporais das atletas, a preocupação em identificar possíveis

---

<sup>25</sup>As lutas libertárias de 1968 são conhecidas como um marco para o surgimento da problemática de gênero, já que se caracterizaram por uma série de protestos por uma vida melhor, mais justa e igualitária, nas quais são exemplos as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, e a luta contra a ditadura militar no Brasil (GROSSI, 1998).

desvios morais e sexuais, chegou a ponto de fazer exigir exames e testes para verificar a feminilidade.

A forte determinação social por um modelo de beleza e feminilidade a ser preservado pelas atletas atualmente é representada pelo modo como elas vêm sendo destacadas pela mídia. Sob o argumento de manter os esportes femininos no mercado, os corpos das atletas são erotizados como parte do espetáculo, enquanto que suas habilidades como jogadoras e a modalidade em si ficam num segundo plano (GOELLNER, 2005a). Responder a dupla expectativa social, em relação à adequação ao modelo corporal feminino e ao rendimento profissional, constitui-se num verdadeiro dilema para as atletas (DEVIDE; VOTRE, 2005).

Apesar deste paradoxo, de modo geral, não se estabelecer para os homens, já que o modelo corporal esportivo é extremamente compatível com as características masculinas, as masculinidades produzidas pelo esporte também são constantemente atualizadas. Se o corpo forte e robusto, proporcionado pelo esporte, não é mais exigido em virtude da necessidade de força física para compor os postos de trabalho, como no início do século XX, continuam a representar a afirmação da virilidade e da heteronormatividade e também são alvos de determinações sociais que impõem o imperativo do belo e do saudável. Muitas vezes, a forma de incorporação da maculicidade pelo esporte é a dor, a resistência ao sofrimento e o uso da força, como mostra o estudo sobre rugby e judô desenvolvido por Carmen Rial (1998). A autora explica que “o trabalho sobre o corpo é importante na definição da identidade de gênero e a dor, presente também na construção da feminilidade, das mulheres ou dos travestis, o é ainda mais na construção da masculinidade” (p. 248).

A aprendizagem destas maculicidades também acontece no ambiente escolar, destacadamente nas aulas de educação física, por exemplo, quando aplicada a idéia de que os homens precisam resistir a dor e não chorar ao se machucarem, já que isto “não é coisa de menino”, e que as meninas não podem brigar porque o uso da força física “não é coisa de menina”. Apesar destes aspectos serem encarados positivamente por alguns meninos/homens, nem sempre são compartilhados por todos, mas mesmo assim configuram-se como imposições de gênero para a maioria, acarretando experiências esportivas nem sempre positivas.

Os aspectos apresentados até aqui permitem entender que as intervenções estatais direcionadas ao esporte e ao lazer no Brasil

partiram de um conjunto de instituições estatais, ou com aval estatal – não um órgão específico como um Conselho, Secretaria, etc. - ou ainda de ações estatais isoladas que interviam nas práticas corporais formais e informais. Estas tinham diversas justificativas, tal como o melhoramento da espécie com a eugenia, a difusão ideológica e de sentimentos nacionalistas, a legitimação política, a defesa militar, o desenvolvimento produtivo e econômico do país. A atribuição destes objetivos, alheios à prática em si, conferiu ao esporte e ao lazer características funcionais, utilitárias e compensatórias, que ainda podem ser notadas nas políticas públicas e privadas atualmente.

As diferenças corporais, que geraram as diferenciações entre homens e mulheres e justificaram as desigualdades entre ambos em muitas instâncias sociais, foram, em muitas situações orientadas por e orientadoras dos setores públicos vinculados ao esporte e à educação física ao longo da história do Brasil. As desigualdades ficaram bastante claras pelo enfoque funcionalista e utilitário dado para ao esporte e para ao lazer pelo Estado, o que corroborou para a diferenciação de gênero na educação física escolar e, também pela perspectiva regulatória, como as restrições legais à participação feminina nos esportes. Para refletir sobre o Estado como instituição generificada e generificante e suas influências nas práticas corporais na atualidade, segue-se apresentando como as ações públicas se organizaram após a Constituição de 1988, que marca a “legalização” dos direitos sociais no Brasil e a intervenção do Estado para sua concretização.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

No período de transição do sistema político autoritário para o democrático, pelo qual passou o país na década de 1980, lideranças ligadas ao esporte de alto nível propuseram reformulações no sistema esportivo que deram origem ao texto final da Constituição de 1988, incluindo o esporte e o lazer como um direito de toda, além de liberar o esporte de alto nível do controle estatal (LINHALES, 1996). Esta nova relação estabelecida entre Estado e sociedade é caracterizada pelo neocorporativismo, modelo que favorece tanto as organizações esportivas - que mesmo atuando livremente no mercado, muitas vezes são mantidas economicamente pelo Estado - quanto o próprio Estado, que além de comumente transferir suas responsabilidades sociais para o trabalho de base destas instituições, aumenta seus índices de desempenho de representatividade esportiva do país (BRACHT, 2005).

Apesar das maiores forças de interesse esportivo se direcionassem em prol do desenvolvimento de mercado, a aquisição dos direitos sociais na Constituição de 1988 também significou conquistas dos movimentos populares que reivindicavam igualdade e melhores condições de vida, como bem explicou Carlos Montañó (2008). Tanto que, após a redemocratização do país, foram observados avanços significativos na interação do Estado com o esporte e o lazer. São exemplos o aumento da incorporação destes elementos nas agendas pública com a criação de órgãos específicos a nível municipal, estadual e federal e sua efetivação por meio de políticas públicas específicas.

Apesar do comprometimento de diversos setores com a democratização social no país, as constantes crises econômicas e políticas enfrentadas pelo país, no final dos anos de 1980, alteraram radicalmente a forma de governar, já nos anos seguintes à promulgação da Constituição, por meio da adoção de princípios neoliberais como forma de assegurar o modo de produção capitalista. Em acordo com esta lógica, as ações do Estado devem conduzir para o fortalecimento do mercado e a privatização dos serviços sociais, de modo que estes passem a ser pagos pela classe média, enquanto que a classe mais baixa os recebe não como direitos, mas como favores. Portanto, a política neoliberal não eliminou a política social, mas a transformou em relação a seus valores, fundamentos e funções, tal como explica Montañó (2008): “Aquilo que a Constituição Brasileira estabeleceu como dimensão universal da política social, o modelo neoliberal vai focalizar. A política social pública passou a ser focalizada no pobre. Seguida pela lógica da refilantropização e remercantilização” (p.91).

Observa-se, portanto dois direcionamentos da ação do Estado: o enfraquecimento das políticas sociais de Estado com a centralidade destas somente nas classes sociais menos favorecidas e o fortalecimento do mercado com o incentivo de serviços privados. O primeiro é facilmente identificado nas políticas públicas de esporte e lazer; mais especificamente, na promoção de programas nas regiões periféricas das cidades, recompondo o caráter utilitarista das práticas corporais, como alternativas profiláticas para tirar os jovens das ruas e evitar que se encaminhem para as drogas e o mundo do crime, em vez de possibilidade de acesso a um direito de todas. O segundo no direcionamento das ações do Estado a espetacularização esportiva e à abertura cada vez maior de espaço para o mercado se organizar e direcionar os bens culturais e sociais conforme seu interesse.

Para Bracht (2005), a dinâmica da produção e consumo de bens sociais e culturais, neste caso a cultura corporal de movimento, deve-se à valorização desta como estilo de vida legítimo e almejado, produto não só de uma redescoberta e revalorização do corpo mas de uma indução da indústria cultural<sup>26</sup>, acarretando na privatização e comercialização dessas necessidade. O reconhecimento das práticas corporais como produtos e serviços também é um dos motivos pelos quais, conforme o autor, o esporte de rendimento continua sendo a prioridade do investimento estatal. Neste sentido, a crítica é que ao adotar as exigências da indústria esportiva, “o setor público incrementa e expande os interesses econômicos, ao invés de operar como agente mediador nos processos de superação das disparidades sociais” (LINHALES et al, 2008, p. 17).

Para Mascarenhas (2008) as conseqüências e as transformações decorrentes da implantação do novo modelo político também se apresentam no formato de um novo modelo de gestão pública do esporte que compreende: a organização sob os moldes de agencias ou fundações que, por desburocratizarem os serviços, facilitam o financiamento da iniciativa privada; a descentralização dos deveres sociais do estado, que significa a transferência dos deveres para o terceiro setor<sup>27</sup>, o que pode fragmentar e desqualificar o trabalho; a ausência ou fragilidade do controle social sobre os órgãos públicos e privados; as avaliações de caráter meramente quantitativo, destacando o número de participantes e os índices de desempenho esportivo. Em acordo com estas compreensões, a principal atribuição do Estado seria os investimentos em infra-estrutura esportiva, com vistas a atender a demanda mercantil dos mega eventos o que também funciona como forma de publicidade eleitoral.

Estudos recentes têm problematizado alternativas e apontado caminhos para os avanços no sentido da democratização das políticas pública de esporte e lazer tais como o trabalho em rede através da perspectiva da intersectorialidade (ZINGONI, 2009) a descentralização das decisões públicas como prerrogativa para a co-gestão (ROCHA, 2007) e a reorientação das prioridades a partir do aspecto do lazer como

---

<sup>26</sup> O entendimento de indústria cultural neste texto refere-se aquele elaborado por representantes da Escola de Frankfurt e explicado por Vaz (2006) como “um conjunto de artefatos produzidos para as massas consumidoras [...] a cultura passa a ser produzida na esfera da circulação e do consumo para o entretenimento e ocupação do tempo livre” (p. 25).

<sup>27</sup> O terceiro setor é composto por instituições não governamentais e sem fins lucrativos que procuram suprir dificuldades sociais não sanadas pelo Estado. O Estado constitui o primeiro setor e as instituições privadas compõe o segundo setor.

conteúdo da cultura (LINHALES et al, 2008; BRACHT, 2005). Movimentos neste sentido podem ser observados no âmbito nacional desde 2003 com a criação do Ministério do Esporte e das Conferências Nacionais que configuram-se como espaços democráticos de debate e formulação das políticas públicas de esporte e lazer, do Sistema Nacional de Esporte e do Conselho Nacional de Esporte. São proposições e ações que ajudam a pensar políticas mais qualificadas com e para a população e a transformação de paradigmas centrados numa única dimensão da prática corporal.

Considerando os aspectos e direcionamentos do novo modelo político/econômico na organização do esporte e do lazer enquanto políticas públicas, questiona-se sobre as conseqüências que tem para homens e mulheres, de que maneira incidem para cada sexo. A FME de Florianópolis foi o contexto onde se buscou refletir sobre estes aspectos.

## 2.4 CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Apesar de ainda ser um processo em construção, a inclusão da problemática da desigualdade de gênero nas agendas políticas iniciou-se na década de 1980, como parte do processo de redemocratização do país (FARAH, 2003). Esta problematização do tema por alguns segmentos, não significou, no entanto, a sua incorporação em todos os campos políticos, nem consensos de opiniões sobre a forma de governar. Entre as vertentes estabelecidas, uma tem caráter mais funcionalista e “vê a mulher sobretudo a partir de sua função na família, devendo as políticas públicas “investir” nas mulheres pelo efeito multiplicador que tal ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo”, a outra é baseada nos direitos à cidadania e “trata-se de garantir a ampliação do espaço da cidadania, pela extensão de direitos a novos segmentos da população e pela inclusão destes novos segmentos na esfera do atendimento estatal” (FARAH, 2003, p. 14).

Como foi visto o esporte e o lazer ainda não tem sido temas das políticas públicas que buscam a igualdade de gênero, pelo menos no âmbito federal, e os estudos de políticas públicas de esporte e lazer também não tem se debruçado sobre a questão do gênero. No entanto, alguns estudos podem contribuir para se pensar a problemática, especialmente aqueles que estabelecem relações entre a participação e as preferências esportivas e de lazer, de homens e mulheres, com a categoria gênero.

Como referido no ítem que faz o panorama histórico cultural da participação de homens e mulheres nas práticas corporais, os processos educacionais formais - destacadamente a educação física - e informais, corroborados pelo Estado, foram decisivos para que ambos se mantivessem nos padrões de masculinidade e feminilidade estabelecidos. De maneira geral, pode-se dizer que, sendo os esportes práticas que se adéquam as características tradicionalmente tidas como masculinas, aos homens foi favorecida maior aproximação e facilidade de acesso às atividades ligadas aos esportes e as práticas corporais como um todo, em comparação com as mulheres. Também como foi visto, a superação de alguns preconceitos e estereótipos tem proporcionado uma participação cada vez maior das mulheres no âmbito esportivo, sem, porém, que estejam livres de representações que circulam entre a masculinização e espetacularização dos seus corpos.

Apesar dos avanços e para além das dificuldades referentes às representações estereotipadas que permanecem especialmente nas atletas profissionais, estudos têm mostrado como outros fatores permanecem interferindo para uma menor participação das mulheres, em relação aos homens, em atividades esportivas e de lazer.

Com objetivo de avaliar a relação entre gênero e atividade física de lazer, Rosana Salles-Costa e colaboradoras (2003) aplicaram questionários a 3740 adultos, funcionários técnico-administrativos de uma universidade do Rio de Janeiro. Os resultados mostraram que 40,8% das mulheres faziam alguma atividade física nos momentos de lazer contra 52% dos homens. Quanto ao tipo de atividade, foi constatado um percentual elevado da prática de futebol, corrida e musculação entre os homens e de ginástica, dança e hidroginástica entre as mulheres; além da caminhada para ambos os sexos.

Ao mapear as atividades desenvolvidas em um parque público de Porto Alegre, Silvana Goellner e colaboradoras (2009) perceberam distinções de gênero parecidas com o estudo descrito acima, ou seja, grande participação de homens na prática do futebol, de mulheres nas práticas de ginástica e alongamento e de caminhada para ambos. Em outro momento, analisaram os questionários aplicados a 140 mulheres e 109 homens pela Coordenação de um Projeto de esporte e lazer<sup>28</sup> em algumas comunidades da cidade. Além de constatarem um percentual maior de mulheres que não realizavam nenhuma atividade física ou de

---

<sup>28</sup> Trata-se do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido pelo Ministério do Esporte em parceria com prefeituras municipais.

lazer (55% contra 25% dos homens), o entendimento de lazer também era distinto, sendo que as mulheres o associavam com o descanso, as atividades em família e no espaço doméstico, enquanto que os homens o associavam com a diversão, as atividades fora da rotina e aquelas realizadas em locais públicos (GOELLNER et al, 2009).

Um maior afastamento das mulheres das práticas lúdicas foi também constatado por Simone Pyrlo e Cláudia Rossetti (2005) ao aplicarem questionários em 101 homens e 112 mulheres estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo. As principais ocupações de ambos os sexos no tempo livre durante a semana referiam-se a atividades de estudo, leitura e trabalho, no entanto as tarefas domésticas eram significativamente mais referenciadas pelas mulheres, e as físicas e esportivas pelos homens.

Reforçando os outros estudos, a preferência feminina pela caminhada e pela ginástica foi constatada por Cíntia Bim (2007). Em pesquisa realizada com amostragem de 885 mulheres adultas em Guarapuava, Paraná, a autora evidenciou que dentre as 36% que realizam alguma atividade física, 28% eram praticantes de caminhada e 5% de ginástica.

Com exceção do último estudo, o qual se teve acesso apenas ao resumo, todos os estudos evidenciaram que a menor participação feminina deve-se a limitação do tempo das mulheres em virtude das obrigações com tarefas domésticas e familiares. Sob a perspectiva da divisão social do trabalho Salles-Costa et al (2003) e Goellner et al (2009) argumentam que o trabalho doméstico ainda é atribuído à mulher, de forma a multiplicar sua jornada de trabalho, tendo assim o tempo de lazer diminuído. Este aspecto foi reforçado por uma recente pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), já referida anteriormente, que constatou que a entrada da mulher no mercado de trabalho não diminui o seu tempo dedicado às atividades domésticas.

Associado a questão acima, o aspecto econômico também surge como um fator importante. No estudo de Salles-Costa et al (2003) a renda familiar per capita mais elevada aparece como um favorecedor da prática para ambos os sexos, mas particularmente entre as mulheres, já que, como afirmam as autoras, possibilita que elas adquiram produtos e serviços que as liberem por mais tempo das atividades domésticas. À maior disponibilidade de tempo proporcionada por melhores condições econômicas, acrescenta-se a possibilidade de maior acesso aos bens e

serviços esportivos e de lazer privados, o que é, no mínimo, fator motivador para a prática.

Quanto as preferências das atividades, observa-se certa manutenção de estereótipos sexuais que marcam as prática corporais. Salles-Costa et al (2003) associam a preferência feminina pela caminhada devido aos incentivos médicos recebidos desde o final do século XIX, tanto por ser uma atividade natural e menos perigosa para a mulher como pelos seus benefícios para a maternidade. Já a escolha feminina pela ginástica as autoras traíbem às cobranças em relação aos padrões de beleza e delineamento corporal proporcionado por esta atividade. No caso dos homens, a argumentação das autoras é que a prevalência do futebol pode dever-se a incentivos familiares recebidos desde a infância, por ser reconhecido como esporte nacional, juntamente com o fato de apresentar características tidas como masculinas, como a força e a coletividade.

Entende-se que problematizar a igualdade de gênero no campo esportivo e de lazer não se resume a questionar a quantidade de participações, o que visivelmente vem se equiparando, mas também a qualificação das participações. Os aspectos que se referem às preferências referidas pelas mulheres nestes estudos trazem elementos para esta discussão, fazendo refletir em que medida tais práticas estão associadas a uma apropriação da cultura corporal de movimento ou à pressões externas para atender-se ao padrão corporal exigido. Neste sentido, Salles Costa et al (2003), apoiadas em Goldenberg ressaltam que “o comportamento das mulheres em busca de uma silhueta definida e um corpo perfeito, reflete sua vulnerabilidade à influência da cultura da estética na nossa sociedade (p. 331).

Não quer se dizer que todas as escolhas e os interesses femininos e masculinos estejam subordinados aos processos da indústria cultural, já que homens e mulheres também são receptores ativos, tornando suas escolhas legítimas de fato. Evidências disso são as preferências de mulheres pelo futebol e pelas lutas e de homens pela dança, que se conhece, mesmo quando encontram dificuldades e preconceitos de diversas ordens que estas escolhas acarretam. Porém, tendo em vista os estudos apresentados, concorda-se que, assim como os esportes de rendimento:

[...] as atividades físicas praticadas no tempo destinado ao lazer, representam um domínio da vida cotidiana organizado segundo determinadas convenções, entre

elas as concepções acerca do ideal de corpo segundo o gênero, onde homens e mulheres apresentam comportamentos distintos no que se refere à prática de exercícios físicos (SALLES-COSTA et al, 2003 p. 332).

Apesar da maioria dos estudos abordados não tratarem especificamente de políticas públicas, contribuem ponderando sobre fatores que interferem para uma maior ou menor adesão de homens e mulheres nas práticas lúdicas e esportivas. Esses elementos fazem retomar o problema elaborado por este estudo o qual indaga sobre a incorporação das questões de gênero na elaboração e implementação das políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis, já que “este marcador identitário interfere, sim, na adesão e na permanência de homens e mulheres de formas distintas e desiguais” (GOELLNER et al, 2009, p.60).

Apesar das novas concepções resultantes de toda uma teorização e discussões sociais acerca das questões de gênero, dos discursos políticos e politicamente corretos em favor da igualdade de gênero, e da incorporação dos direitos civis e sociais, incluindo homens e mulheres sob a mesma perspectiva de cidadãos pela constituição, alguns estudos mostraram que ainda persistem fatores que dificultam o acesso feminino ao esporte e ao lazer, especialmente deste como manifestação cultural.

## 2.5 BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Apesar de ter-se destacado o Estado como contribuinte das relações desiguais de gênero na política e no esporte, quer-se também refletir sobre o entendimento de Michel Foucault quando diz que “O Estado não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar” (FOUCAULT, 2008a, p.9), no qual o autor analisa como se desenvolveram as maneiras de governar, sem fazer do Estado uma máquina de repressão. A opção de estudar este autor deve-se por ele ajudar a compreender o modo de pensar e agir da instituição estatal, inclusive na contemporaneidade, quando esta se expressa por meio da biopolítica e da governamentalidade neoliberal.

Como é sabido, a questão do poder foi estudada por Foucault através de um novo olhar, desmistificando a idéia do poder como objeto, fixo, central, negativo e intransponível, mas ao contrário, como relações

e práticas sociais e históricas, heterogeneas no espaço e no tempo, que adquirem múltiplas formas, que também produzem saberes, verdades e subjetividades que são passíveis de resistência. De forma que o poder:

Não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem (FOUCAULT, 1992, p.183).

Estas contribuições de Foucault têm sido importantes nos estudos de gênero para explicar como masculinidades e feminilidades inscrevem-se por meio de relações de poder e do uso de mecanismos e técnicas de disciplina, controle e normatização do corpo e da vida. Tal perspectiva aponta o gênero “como um modo primeiro de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990), ajudando a entender questões como “a normalização da conduta de meninos e meninas, a produção de saberes sobre a sexualidade e os corpos, as táticas e as tecnologias que garantem o ‘governo’ e o ‘autogoverno’ dos sujeitos...” (LOURO, 1997, p.42). Ao escancarar esta relação a intenção é desestabilizar uma relação vertical de dominação masculina sobre a feminina e desconstruir discursos e práticas hegemônicas sobre sexo, gênero e sexualidade.

No entanto, a opção de utilizar as contribuições deste autor para o presente trabalho situa-se especialmente na análise que faz da racionalidade governamental, com a qual pode-se repensar o Estado e as políticas públicas como macro estruturas centralizadoras de poder.

Se nos seus estudos iniciais, Foucault desfocaliza e descentraliza a idéia da instituição estatal como única detentora de poder, deslocando a análise das relações de poder para a periferia e, ao contrário das análises tradicionais, mostra a rede ininterrupta e impessoal que os sistemas de poder atuam, ultrapassando e complementando o poder do Estado (MACHADO, 1992), o faz como uma alternativa metodológica para provocar novas análises sobre o poder, e não a diminuição da importância do Estado como um dos seu agente, inclusive na construção da sexualidade e das relações de gênero. Tanto que o tema das relações de poder que envolvem o governo estatal passa a ser analisado mais especificamente, em dois cursos ministrados

no Collège de France, “Segurança, território e população” (1977 -1978) e o “Nascimento da biopolítica” (1978 – 1979), além do último capítulo de “Microfísica do poder” (1979) intitulado “A governamentalidade”.

A idéia bastante difundida de que o Estado e as políticas sociais estariam a serviço da reprodução do modo de produção e acumulação capitalista é refutada por Foucault (2008b), pois pensar o Estado a partir da sua função de “desenvolvimento das forças produtivas” ou de “reprodução das relações de produção” seria uma redução do próprio Estado. Por meio de um estudo Genealógico do Estado, o autor explica a história do Estado não a partir de si mesma, mas como consequências das práticas e modos de pensar dos homens (FOUCAULT, 2008b), as quais resultam em diferentes formas de poder exercido pelo Estado sobre a população. A respeito desta nova perspectiva de análise do Estado, o autor esclarece:

Creio que essa não é, [certamente], a única possibilidade de análise que temos quando queremos fazer a história do Estado, mas é uma das possibilidades, a meu ver, suficientemente fecunda, fecundidade essa ligada, no meu entender, ao fato de que se vê que não há, entre o nível do micropoder e o nível do macropoder, algo como um corte, ao fato de que, quando se fala de um, [não] se exclui falar no outro (2008b, p. 481).

Desta forma, Foucault analisa o processo de desenvolvimento dos modos de governar do Estado a partir da pastoral cristã, denominando de governamentalidade a constituição da racionalidade como forma predominante de pensamento para governar desde a Razão de Estado até a arte liberal de governar. Com objetivo de manter e fortalecer o poder estatal, esta nova forma de pensamento expressa uma prática ligada a uma nova preocupação do governo, que se refere à conduta pública dos homens e das mulheres. Assim, Foucault define a governamentalidade como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a

economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

A população como alvo, a economia política como forma de saber e o dispositivo de segurança como técnica de poder são as bases pelas quais, a partir das tensões com o pensamento liberal do século XVIII, se estabelecerá uma nova racionalidade na gestão estatal que irá conduzir e influenciar toda uma forma de governar na contemporaneidade expressa sob a forma da biopolítica e do neoliberalismo.

A biopolítica é um sistema de regulação/controlado complexo que se constitui quando o saber produzido sobre a população no liberalismo, significará mais especificamente um saber sobre a vida da população, a partir da dimensão biológica.

Quando o poder político assume a tarefa de gerir e controlar a vida por meio desta da regulação biopolítica, o mecanismo de disciplina não desaparece, mas anda junto a ela (FOUCAULT, 1999 e 1992b). A disciplina, no entanto, é voltada à administração do corpo dos indivíduos através de técnicas de poder que envolvem a distribuição e esquadramento do corpo no espaço, o controle dos gestos, a vigilância e o registro. Este conjunto de práticas visa uma maior eficácia, utilidade econômica e docilidade política do indivíduo, tornando-se um mecanismo fundamental ao capitalismo industrial e ao

tipo de sociedade correspondente e por isso é entendida por Foucault (1992b) como a “grande invenção da sociedade burguesa” (p. 188).

Já através da biopolítica, o Estado atuará sobre a população estabelecendo verdades e produzindo interesses coletivos que façam com que ajam de certo modo, que seja possível intervir na consciência das pessoas para geri-las e transformá-las.

Vai ser preciso manipular, vai ser preciso suscitar, vai ser preciso facilitar, vai ser preciso deixar fazer, vai ser preciso, em outras palavras gerir, e não mais regulamentar. Essa gestão terá essencialmente por objetivo, não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações que possibilitem as regulações naturais (FOUCAULT, 2008b, p. 474).

A regulação e o controle se dirigem ao corpo global, não mais ao “indivíduo individual”, mas ao indivíduo espécie, a população. O que antes era uma política sobre o corpo, agora é uma política sobre a vida, ou biopolítica. Tal mecanismo faz da população, ao mesmo tempo, “objeto de saber” e “alvo de controle”, tanto do Estado (FOUCAULT, 1999, p. 290), como também da mídia e da hegemonia dos discursos médicos e científicos. O saber sobre a população, ou a população como forma de saber, surge por meio do registro e acompanhamento dos seus fenômenos coletivo, ou seja, taxas de reprodução, fecundidade, natalidade, mortalidade, longevidade, demografia, entre outros, o que permite que se saiba onde é preciso intervir e onde se quer controlá-la.

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça (FOUCAULT, 1992c, p. 284).

Assim, os objetivos do governo continuam conduzindo para a utilidade e a maximização das forças, como no mecanismo disciplinar, mas por outros meios, os fenômenos coletivos.

Foucault (1999 e 1992b) atenta para que ambos os mecanismos, disciplina e controle, pertencentes à arte de governar não se excluem, mas se sobrepõe, juntamente com o poder soberano. E, embora as formas disciplinares estejam mais presentes no ambiente e nas práticas das instituições (prisões, escolas, hospitais...), as formas de controle se encontram mais nas práticas do Estado, podendo estar articuladas ao mesmo tempo, já que se situam em níveis diferentes. O elemento comum às técnicas disciplinares e da regulamentação é a norma, já que esta se aplica tanto no corpo quanto na multiplicidade biológica que é a população. O efeito do conjunto destas técnicas é a regulamentação da sociedade, formando o que o filósofo chamou de sociedade normalizada (FOUCAULT, 1999).

A normalização da sociedade se vinculará não às leis, mas a normas e discursos de saberes, que se tornam verdades. Como o investimento sobre o aspecto biológico é central na biopolítica, a medicina se torna uma das principais técnicas políticas para a manutenção e também o controle da vida. A normalização da sociedade acontece pela intervenção sobre a loucura, as anomalias, a criminalidade, a sexualidade... assegurando a função do biopoder de proteger e assegurar a vida, baseado nos princípios de evolução e fortalecimento da raça (FOUCAULT, 1999). Porém, o paradoxo da normalização biopolítica é que ao mesmo tempo em que intervém para assegurar a vida de alguns, estabelece uma seleção discriminatória, pois permite que o Estado e outras instituições de biopoder classifiquem e decidam o que está dentro ou fora da norma, o que representa perigo biológico, o que deve ser afastado, eliminado ou não da sociedade, a partir de uma determinada perspectiva do que seja o ideal.

A governamentalidade é, portanto, exercida na forma de biopoder e seus elementos, que envolvem as formas de disciplinar os corpos, o controle da população, com funções de prolongar a vida, fortalecer a espécie, torná-la mais eficaz e dócil; esses aspectos conduzem para pensar que as mulheres são alvo fundamental nesta engenharia do poder, pois, tal como explica Foucault, elas foram uma, dentre as quatro grandes linhas sobre as quais a política (do sexo) avançou:

A histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à

solidez da instituição familiar e a salvação da sociedade (FOUCAULT, 1988, p. 137).

Estas relações de poder e suas técnicas, inclusive aquelas que partem do Estado, se configuram em desigualdades que conferem a mulher um caráter utilitário. Afinal, voltando às idéias de Foucault, apesar das formas disciplinares e de controle terem sido indispensáveis no desenvolvimento da sociedade capitalista, devido à necessidade de corpos disciplinados para o trabalho e um controle sobre a população, para o crescimento econômico e eugenia da raça, essas formas também provocaram formas de hierarquização e de segregação social.

Se algumas formas disciplinares e de controle foram exercidas sobre as mulheres a fim de manter uma “norma” na qual o objetivo era preservar a integridade da espécie através do seu papel social, as práticas corporais, os esportes e as atividades de lazer foram um meio importante de administrar os corpos para alcançar estes objetivos.

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metuculoso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio (FOUCAULT, 1992a, p. 146).

Tendo em vista as noções de Foucault sobre a governamentalidade, se reconhece que elas ajudam a refletir sobre a trajetória da relação entre o Estado brasileiro e o conjunto de práticas corporais, especialmente as femininas, já apresentadas em tópico anterior. Como exemplo, no Decreto-lei de 1941, o controle aparece na forma de lei, indicando o uso da lei como tática, como diz Foucault, para a proibição da participação feminina em alguns esportes. Já naquelas modalidades permitidas, os discursos e as representações sobre as mulheres eram as formas de controle para que não desviassem das suas obrigações de mulher e mãe ou transgredissem a ordem social. O incentivo médico às práticas esportivas e higiênicas para a população e em especial para as mulheres devido as contribuições na saúde mirando o aprimoramento da raça, foram incorporadas pelo Estado e pela

Educação Física, sendo esta última um dos meios mais importantes utilizados pelo Estado no que se refere a disciplinarização e controle dos corpos. Fazem parte também da biopolítica as campanhas e programas estatais de incentivo a atividade física.

Estes fatos tornam ainda mais evidente o quanto o corpo e as práticas corporais, passam a fazer parte daquilo que Foucault (1992c) nomeou de “governamentalidade”, que intervém nos modos de vida da população e cujo um dos efeitos é a generificação das práticas corporais.

No entanto, a partir da liberação dos setores econômicos e esportivos, as formas de controle biopolítico adquirem novas formas, passando também a ser gerenciadas pelos setores privados e sociais, o que pode ser facilmente observado, por exemplo, pelos novos espaços e formas tomadas pela mercadorização das práticas corporais. Os mais variados programas, modalidades e produtos de atividade física, saúde e lazer são exemplos que, em sua forma e objetivos pertencem à práticas disciplinares e de controle. Em alguns casos, há atividades destinadas especificamente para mulheres e que são marcadas por uma série de mecanismos de controle do peso<sup>29</sup>, das medidas biométricas, dos cálculos de massa corporal e, também, de autocontrole, como os discursos proferidos sobre alimentação, hábitos higiênicos, informações sobre doenças, a necessidade de realizar exercícios extras, entre outras.

A partir do exposto é de se questionar as formas pelas quais o mercado passou a ter tal dimensão no exercício das formas de controle biopolítico e quais os papéis e/ou posturas que o Estado assume neste contexto. Para isso, parece bastante profícuo apreender a análise foucaultiana sobre a governamentalidade neoliberal<sup>30</sup> e as formas como a biopolítica tem nela se expressado.

O neoliberalismo constitui-se na retomada dos princípios de liberdade de mercado econômico após o período de Estado intervencionista e de bem estar que sucedeu o segundo pós-guerra. Para os neoliberais o intervencionismo feria o princípio de liberdade e igualdade que mantinha a livre concorrência e, juntamente com os

---

<sup>29</sup> Como exemplo da importância que o controle sobre o peso possui, destacam-se os programas de atividade física, onde as alunas pesam-se antes e depois da aula, com o cuidado de retirar os calçados para terem maior precisão. Sabe-se que atletas de alto rendimento também têm esta prática, mas o interessante aqui, é que se trata de pessoas comuns, com interesses bem menos audaciosos.

<sup>30</sup> No livro “Nascimento da Biopolítica”, Foucault irá tratar do neoliberalismo alemão e americano. Aqui nos referimos ao segundo cuja influência é proveniente da Escola de Chicago, que estabeleceu a teoria do Capital Humano.

gastos no setor social e o poder reivindicatório dos movimentos trabalhistas era responsável pelas crises no modelo de produção capitalista, de modo que se estabeleceu uma política econômica de privatizações e redirecionamento dos investimentos sociais para a produção.

Para Foucault (2008a), diferentemente do liberalismo, no neoliberalismo o mercado não aparece mais como limitador da ação do Estado, mas como fundamento que orienta e avalia as suas práticas. Trata-se de uma inversão na relação entre Estado e mercado onde se observa “[...] um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado [...]” (p.159), onde “É necessário se governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (p.165).

Para explicar como o mercado adquire este status de normatizador e condutor da população e de toda uma forma de governar, Foucault mostra que no neoliberalismo os discursos de verdade antes produzidos pela economia política interna e pela medicina, com efeitos próprios, mas também regulados pelo Estado, agora são ditados também pelo livre mercado econômico, que se torna, no pensamento de Foucault, e segundo as palavras de André Duarte (2009) “a instância suprema de formatação da verdade no mundo contemporâneo”. O Estado reconhecerá que deve agir o mínimo possível sobre o mercado para que ele formule sua verdade e a proponha como norma à prática governamental (FOUCAULT, 2008a).

Como consequência desta arte neoliberal de governar tem-se a generalização das análises e interpretações em termos econômicos sobre os fenômenos sociais da população e sobre a própria ação governamental (Idem). Este tipo de análise sobre comportamentos, relações e condutas sociais mostrará como estas podem e devem ser modificadas e transformadas a fim de se tornarem cada vez mais proveitosas. Para tanto, a população será alvo de uma regulação que se dará por meio de discursos que responsabilizem os sujeitos pelo “aperfeiçoamento” das próprias condutas. Foucault (2008a) continua explicando que, nessa lógica, como empresárias de si, ou como “homo economicus”, as sujeitas devem trabalhar e agir no sentido de elevar seu próprio “capital humano”, o que significa investimentos incontáveis e ininterruptos com educação, aparência, saúde... de modo que, tal qual uma empresa, tornem-se competitivos, rentáveis e eficientes, moldando-se a “sociedade de mercado”.

Reconhece-se que o controle não está mais apenas nas mãos do Estado, mas ele continua sendo instância de poder e controle, agora baseado em princípios econômicos. O mercado atua como “uma espécie de tribunal econômico perante em face do governo” (FOUCAULT, 2008a, p.339), já que as próprias ações estatais são analisadas economicamente sendo avaliadas em termos de custo e benefício, mesmo quando voltadas às áreas sociais, provocando efeitos desastrosos nas políticas sociais.

As limitações estatais perante o mercado e, ao mesmo tempo, o aumento de seus poderes na arte neoliberal de governar é uma contradição explicada por Michael Peters (1994), como o paradoxo do Estado liberal:

Embora as políticas neoliberais de privatização dos recursos estatais e de comercialização da esfera pública possam ter levado a um estado mínimo, ou ao menos, a uma ‘diminuição’ significativa, o Estado tem retido seu poder institucional através de uma nova forma de individualização, na qual os seres humanos transformam-se em sujeitos de mercado, sob o signo do Homo economicus (p. 213).

A maneira como os problemas da vida e da população foram postos no interior desta tecnologia de governo, aplicando-lhes em todos os níveis a forma racionalizada da análise de mercado, é a forma como a biopolítica se expressa no neoliberalismo ocidental.

A vida continua sendo centro das questões políticas como objeto e investimento, porém não mais o capital físico e material (o número de trabalhadoras, o número de horas trabalhadas e a força de trabalho), mas o capital humano (educação pessoal, competências profissionais, escolarização, prolongamento da saúde, aparência, conhecimentos culturais), e nesse sentido que estão se orientando as políticas econômicas e também as sociais (FOUCAULT, 2008a).

O papel e a gestão estatal se estabelecem no conjunto das práticas biopolíticas, tanto na condução da população para a autoresponsabilização e aperfeiçoamento do seu capital humano por meio do incentivo aos serviços privados, como na orientação de políticas, também as sociais, baseadas na racionalização de mercado e direcionadas para que sejam empresárias de si: “O indivíduo moderno, a

que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A” (COSTA, 2009, p.177).

No limite desta governamentalidade está “a pretensão de transmutar os indivíduos em sujeitos-microempresas e de comercializar todas as relações humanas, a qualquer hora e em qualquer lugar, mediante sua inscrição em relações de tipo concorrencial” (COSTA, 2009, p. 179).

Ao transferir estas reflexões para o âmbito da cultura corporal de movimento brota uma série de questionamentos, tais como: Quais seriam os desdobramentos ou os efeitos da governamentalidade neoliberal nas políticas públicas de esporte e lazer? Haveria um capital humano a ser adquirido por meio destas políticas? Que sujeitas, homens e mulheres são conformados em relação ao universo esportivo e de lazer por estas políticas?

Entender a biopolítica enquanto governamentalidade neoliberal, bem como toda a análise foucaultiana sobre as relações de poder/saber contribuem para que novas compreensões e olhares sejam lançados sobre a instituição estatal e suas ações, afastando-se, em certa medida, das análises que partem puramente dos fenômenos econômicos e da função estatal de reprodução do capital.



### 3 METODOLOGIA

*A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa,  
Como se estivessem abertos diante de nós todos os caminhos do mundo.  
Não importa que os compromissos, as obrigações, estejam ali...  
Chegamos de muito longe, de alma aberta e o coração cantando*  
Mario Quintana – A verdadeira arte de viajar

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Feitas as construções teóricas e considerando que os caminhos práticos para abordar a realidade levam em consideração que a técnica é a própria teoria em ação (GAMBOA, 1995), o presente estudo se ajusta às características do modelo qualitativo de investigação. Nesta modalidade de estudo, não há a preocupação em quantificar as informações e sim, aprofundar os relatos e descrições da realidade dos fatos sem elaborar um juízo de valor.

No entanto, não se pretende estabelecer um dualismo técnico entre qualitativo e quantitativo. Já que não se trata de escolher alguma posição radical, “mas de definir intensidades neste continuum” (GAMBOA, 1995, p. 100). Neste sentido, o presente trabalho não desconsidera dados quantitativos, mas olha-os também qualitativamente.

Ainda sobre o enfoque qualitativo, entende-se que representa “a investigação que produz dados descritivos: as próprias palavras das pessoas, faladas ou escritas, e a conduta observada” (TAYLOR; BOGDAN, 1987, p.20). Compartilha-se da opinião destes autores que consideram a pesquisa qualitativa uma arte, devido à flexibilidade permitida para adequar o estudo de acordo com o seu desenvolvimento.

Procurando responder às indagações sobre a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis, a busca das informações deu-se de forma empírica, no próprio contexto da Fundação, e descritiva, por meio do registro e análise dos documentos oficiais e das falas dos próprios agentes públicos da FME, que vivem o contexto e que atribuem sentidos e significados aos problemas e fenômenos que o envolvem.

A escolha desta instituição deu-se primeiramente pela localização e facilidade de acesso, visto que se encontra no atual município de moradia da autora e também por acreditar-se que a esfera municipal estabelece relações e intervenções mais diretas e intensas junto à população.

### 3.2 SUJEITOS DO ESTUDO

Com a finalidade de compreender e analisar as percepções daquelas que desenvolvem as políticas públicas de esporte e lazer quanto as questões de gênero, foram selecionados 8 sujeitos que cumpriam os critérios de serem responsáveis pela área técnica, incluindo a superintendência, e de concordarem em participar da pesquisa. Sendo assim, foram sujeitos de pesquisa:

Superintendente Geral  
Superintendente Técnico  
Diretor de Esportes  
Diretor de Eventos  
Coordenador de Paradesporto  
Coordenador de Eventos Escolares  
Chefe de Departamento Técnico e Desportivo  
Chefe de Departamento de Projetos de Recreação e Lazer

Os sujeitos selecionados são todos homens, já que não há nenhum cargo técnico/diretivo ocupado por mulheres. Sobre este aspecto, constatou-se por documentos e pelas entrevistas realizadas que, desde sua instituição, apenas uma mulher acessou um cargo técnico/diretivo, na coordenação da área de recreação e lazer.

Em relação à formação, 1 sujeito é graduado em Educação Física, 5 são graduados em Educação Física com pós graduação na área, 1 é graduado em História e 1 possui Ensino Médio. A idade varia entre 38 e 57 anos e o tempo de trabalho na FME é bem variado, os dois funcionários concursados têm 10 e 17 anos na Fundação, enquanto que aqueles que possuem cargos em comissão estão na entidade de 1 ano e meio à 7 anos.

É importante destacar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. Desta forma, todos os procedimentos éticos foram

seguidos, incluindo a declaração de autorização da FME (APÊNDICE A) e as declarações de consentimento livre e esclarecidas (APÊNDICE B) assinadas pelos sujeitos de pesquisa, na qual fica garantido seu direito ao anonimato por meio do uso de nomes fictícios.

### 3.3 TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS

Para definir a forma pela qual as informações necessárias foram recolhidas, considerou-se o modelo de pesquisa qualitativa e os objetivos da pesquisa de modo a mediar a abordagem teórico-metodológica com o contexto (MINAYO, 2006). Assim, definiu-se a entrevista semi-estruturada e a pesquisa documental como técnicas para coleta de dados da FME.

#### **Entrevistas:**

A entrevista é tomada neste trabalho com a finalidade de contribuir para aprofundar e ampliar o conteúdo investigado, fazendo emergir os pontos de vista e as percepções dos sujeitos (MINAYO, 2006). Portanto, o foco principal deste instrumento foi a compreensão dos gestores e funcionários sobre a relação entre as políticas que elaboram e realizam com as questões de gênero que as envolvem. Optou-se pela entrevista semi-estruturada por esta permitir modificações no seu roteiro original, possibilitando novos questionamentos além daqueles pré-organizados.

Ainda seguindo as recomendações de Maria Cecília Minayo (2006) o roteiro de entrevista (APÊNDICE C) foi elaborado como um guia, a partir de alguns temas e tópicos que induzam a uma conversa sobre as experiências do participante e com as finalidades da pesquisa.

Desta forma, as entrevistas foram realizadas individualmente na própria FME, com uso de questões fechadas e também abertas para permitir respostas abrangentes. O registro foi feito por gravação consentida pelo entrevistado. Após a transcrição, as entrevistas foram encaminhadas para os respectivos entrevistados que as devolveram com as alterações que acharam pertinentes, as quais foram acatadas.

Após a pronta autorização e consentimento do Superintendente para que a pesquisa fosse realizada na FME, procedeu-se com uma conversa explicativa com cada um dos sujeitos, estabelecendo assim as primeiras relações. Todos concordaram em participar, porém, percebeu-se que alguns viam a pesquisa como algo positivo, uma forma de se

obter maior conhecimento e reflexões sobre a Fundação, enquanto outros a encaravam com olhos mais desconfiados, o que foi sendo superado a medida que eram explicados os objetivos reflexivos e analíticos em vez de avaliativos da pesquisa e os procedimentos éticos que esta cumpre. A seguir apresenta-se uma tabela demonstrativa das entrevistas realizadas:

Tabela 01 – Demonstrativo das entrevistas

Nome	Data	Tempo
Pedro	16/06/2010	1 hora
Tiago	16/06/2010	35 minutos
Lucas	22/06/2010	1 hora
Matias	24/06/2010	41 minutos
Davi	01/07/2010	40 minutos
João	06/07/2010	1 hora e 10 minutos
Caio	08/07/2010	32 minutos
Raul	23/09/2010	30 minutos

### **Pesquisa documental:**

Para Robert Bogdan e Savi Biklen (2003) é a análise de documentos que permite o acesso à perspectiva oficial da instituição, bem como a maneira como são comunicadas estas perspectivas. O modo mais fácil de acessar os documentos oficiais da FME foi por meio do sistema de busca on-line do site da Câmara Municipal de Florianópolis<sup>31</sup>. Tendo como filtro as palavras “esporte” e “lazer” foram encontrados 127 documentos que, na sua maioria referem-se às declarações de utilidade pública a entidades que incluem o esporte ou o lazer entre seus serviços. Apesar de estas declarações trazerem informações interessantes, principalmente de nível histórico<sup>32</sup>, suas descrições são bastante simplificadas, muitas vezes restringindo-se ao nome da entidade; não se referem, portanto, à legislação da Fundação. Estes documentos não foram descartados para o entendimento geral da Fundação, porém, após leitura cuidadosa de todos, foram selecionados 12 deles para análise, já que se referem a leis que instituíram a FME e os

<sup>31</sup> Site da Câmara Municipal de Florianópolis: <http://www.cmf.sc.gov.br/>

<sup>32</sup> A primeira Declaração é do ano de 1953 e se refere ao Clube Atlético Catarinenses (Lei Lei 165/1953).

órgãos anteriores a ela como responsáveis pelo esporte no município e que regulamentam suas atividades. São eles:

Lei 475/1960a que cria Comissão Municipal do Esporte;

Lei 1420/1976 que transforma a Comissão Municipal de Esporte em Conselho Municipal de Esportes;

Lei 2600/1987 que institui a Fundação Municipal de Esportes;

Lei 4277/1993 que possibilita abate de 4% dos impostos devido a investimentos no esporte;

Lei 4347/1994 que cria pólos desportivos nos distritos;

Lei 4465/1994 que a FME instituirá a Escola Municipal de Jogos de Xadrez e Dominó;

Lei 4858/1996 que concede o uso das quadras esportivas das escolas para a comunidade;

Lei Complementar 150/2004 que institui e incentiva a implantação de áreas de esporte ao ar livre;

Lei 7279/2007 que dispõe sobre a Política Municipal de Esporte;

Lei Complementar 355/2009 desvincula a FME da Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Esporte e a vincula ao Gabinete do Prefeito;

Lei 8003/2009 que Institui a Semana Municipal do Esporte

Lei 8090/2009 que cria Conselho Municipal do Esporte e Lazer

Outro documento oficial analisado foi o Estatuto da Fundação Municipal de Esportes datado de 1987 fornecido pelos próprios funcionários da Fundação, totalizando portanto, 13 documentos referentes a legislação e organização da FME.

Além dos documentos oficiais, foram analisados os relatórios das atividades correspondentes ao ano de 2009. Optou-se pelos relatórios das atividades correspondentes aquele ano para que se pudesse analisar um ano completo, já que a pesquisa transcorreu em 2010. Apenas o relatório correspondente ao campeonato Joguinhos Abertos de Santa Catarina é do ano de 2008, pois em 2009 o respectivo campeonato não aconteceu em virtude dos riscos de infecção da Gripe H1N1. Estes relatórios foram solicitados para todos os entrevistados, de modo a tentar-se conseguir o máximo possível. No entanto, os relatórios individuais dos eventos não foram disponibilizados e para informações quanto aos projetos esportivos sociais foram repassados os contatos telefônicos das responsáveis. Portanto, apresentam-se os relatórios disponibilizados que correspondem à balanços anuais das atividades da

Fundação, a participação das equipes representativas do município em campeonatos e à um projeto de lazer:

Balanco sócio ambiental de 2009

Programa de participação classificatória Joguinhos 2008

Relatório Final PARAJASC 2009

Relatório JASC Estadual 2009

Relatório OLESC 2009

Relatório OLEF 2009

Relatório Eventos FME 2009 (listagem de eventos realizados)

Projeto Brinca Comunidade

As informações coletadas por meio dos relatórios foram de extrema importância para contextualizar o ambiente investigado e elaborar a Tabela 02 – Quantidade de atendimentos de homens e mulheres pela FME, apresentado na análise. Esta Tabela foi fundamental para responder a questão norteadora sobre a igualdade ou não no atendimento da FME.

### 3.4 ANÁLISES

Compreendendo a investigação como um processo de constante diálogo entre teoria, metodologia e contexto, entende-se que a análise de dados acontece durante todo o caminho de investigação, não apenas em um momento estanque, apesar de haver uma dedicação mais intensa após a coleta de dados.

Tendo como apoio os estudos de Christian Laville e Jean Dionne (1999), destacou-se, a análise de conteúdo como forma de análise dos dados. A fim de alcançar o sentido profundo e as idéias essenciais, o procedimento iniciou com o recorte e organização do conteúdo em categorias, em função do tema e da significação das informações, constituindo as unidades de análise. A definição das categorias seguiu o modelo de abordagem aberta de forma que: “[...] o pesquisador parte com um certo número de unidades, agrupando as de significação aproximada, para obter um primeiro conjunto de categorias rudimentares. Esse conjunto constitui o ponto de partida de um procedimento que, por etapas sucessivas, conduzirá as categorias finais” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 219).

As unidades de análise foram constantemente revisadas criticamente, procurando atender a observação de Minayo (2006) quando explica que não se trata de simplesmente somar respostas de cada indivíduo, mas atrelar significados que se conformam em uma ou múltiplas lógicas. Assim, a análise foi organizada a partir de 3 eixos: 4.1 - Orientações políticas; 4.2 – Efetividade política e 4.3 – Horizonte político.

Para não empreender-se uma análise desconectada ou fragmentada do contexto, segue a descrição da cidade de Florianópolis e da FME, bem como dos primeiros contatos com o campo.

### 3.5 CONTEXTO

Certamente a tarefa de entender o lugar onde se estuda, seu contexto, sua história, as sujeitas com seus hábitos e representações, faz parte de qualquer processo investigativo, no entanto, contextualizar e sobretudo compreender a Fundação Municipal de Esportes constituiu-se numa tarefa especialmente particular e exaustiva.

As primeiras abordagens na Fundação, ainda no último trimestre de 2009, foram bastante positivas. Durante os contatos iniciais com o Superintendente Geral e Técnico foram apresentados os objetivos e a metodologia de pesquisa, solicitando a cooperação da Fundação e de seus funcionários, bem ao *estilo cooperativo* de abordagem proposto por Bogdan e Biklen (2003). Os gestores mostraram-se prontamente disponíveis, aceitando a realização da pesquisa sem restrições, inclusive, concedendo a autorização necessária para encaminhamento ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC.

Com a autorização formal da instituição e aprovação do trabalho na instância ética, partiu-se para a coleta de informações na FME, onde surgiram algumas dificuldades em relação à não disponibilização de alguns materiais e prorrogações na entrega de documentos e algumas entrevistas. Em um primeiro momento estas dificuldades foram vistas como falta de cooperação de alguns/algumas funcionárias, mas posteriormente foi percebido que se devem, justamente, à peculiaridade do contexto investigado. O fato de ser uma instituição pública, aos moldes de fundação pública, na qual o quadro de recursos humanos e agendas políticas tendem a se renovar e se legitimar a cada gestão municipal, permite entender que a pesquisa possa vir a gerar dúvidas e inclusive desconfiança quanto aos seus reais objetivos e

intenções. Neste sentido, a cedência de uma informação ou documento sem a devida autorização poderia ser considerada prejudicial politicamente à FME, gerando desconfortos profissionais entre gestores e funcionárias.

A percepção de que se tratava, portanto, muito mais de insegurança dos próprios sujeitos, fez com que fosse adotada uma postura ainda mais paciente e compreensiva, reafirmando o caráter ético e científico da pesquisa e respeitando os tempos daquele lugar e daquelas pessoas. Colocar-se no lugar dos sujeitos contribuiu para neutralizar o desconforto e inconformidade com aquelas dificuldades, mas em nenhum momento fizeram com que se desistisse de algum material.

Outras dificuldades referem-se à própria organização do órgão. A falta e perda de arquivos, registros e materiais da Fundação, as informações incompletas ou incorretas publicadas no site oficial ou informadas por funcionárias, fizeram com que, como na montagem de um quebra cabeças, as peças fossem resgatadas uma a uma a partir de diferentes fontes que compreendem: entrevistas, conversas informais, documentos oficiais e contribuição de outros órgãos municipais para sua montagem. Por outro lado, a (des) organização, além de, por si só já dizer muito sobre a Fundação, representou um desafio, já que exigiu maiores esforços e de certa forma, criatividade para conseguir os dados.

Em virtude do quebra cabeças que a pesquisa se tornou, as técnicas para coleta de dados, que foram as entrevistas e as pesquisas documentais, serviram não somente para dar conta de responder aos objetivos, mas também para entender aspectos históricos mais ou menos relacionados com a lógica de funcionamento atual da FME. Portanto, a contextualização que segue também é fruto do processo investigatório.

*Um pouco de Florianópolis:*

*"Um pedacinho de terra, perdido no mar.  
Num pedacinho de terra, beleza sem par.  
Jamais a natureza reuniu tanta beleza,  
jamais algum poeta teve tanto pra cantar!"<sup>33</sup>*

Não é por acaso que a beleza da cidade é anunciada logo na primeira estrofe do Hino de Florianópolis. A capital do Estado de Santa Catarina possui 42 praias amparadas em rara beleza natural ao longo de

---

<sup>33</sup> Hino de Florianópolis composto por Cláudio Alvim Barbosa

cerca de 430km<sup>2</sup> de território. A geografia da cidade favorece os esportes de aventura e na natureza, modalidades como o surf, windsurf, kitesurf, mergulho, sandboard e vôo livre podem ser vistas e praticadas praticamente o ano inteiro nas praias e na famosa Lagoa da Conceição.

Todo este encantamento desperta no imaginário social um lugar de prazeres, diversões e interação com a natureza que, no entanto, nem sempre representa a realidade vivida pelas 341.781 florianopolitanas, das quais 48,4% são homens e 51,5% são mulheres<sup>34</sup>. Os atributos naturais e a manutenção da tradição e cultura açoriana contribuíram para o despertar o potencial turístico da região de tal forma que a cidade obteve o título de capital turística do MERCOSUL. Manoel Cruz (1999) explica que junto com a descoberta deste potencial turístico surgiram problemas relacionados ao crescimento populacional desordenado, a ocupação indevida e a transformação de espaços antes de pouco valor em empreendimentos imobiliários privados de tal forma que hoje a população de Florianópolis vive:

[...] em um espaço cercado de imensas belezas naturais, mas que carrega consigo o peso da concentração das funções públicas, a especulação imobiliária e as dificuldades geradas por uma organização urbana que segregou as camadas de menor renda, direcionando suas possibilidades de moradia para locais onde cada vez há menos espaços para o encontro e para o convívio (CRUZ, 1999, p. 23).

Além de a população ser “arrastada” para os lugares de menor valorização e de reduzida estrutura recreativa, seu acesso às “modalidades turísticas”<sup>35</sup>, também é restrito em virtude dos altos custos e das frágeis ofertas destas pela Fundação Municipal de Esportes. A instituição permanece focada nas modalidades esportivas tradicionais, como será exposto ao longo do trabalho, ficando as demais modalidades presas ao processo de mercadorização da iniciativa privada e como chamarizes utilizados pelas políticas de turismo, inviabilizando a democratização destes bens culturais. Quem perde é a população que se encontra na maioria excluída não apenas da vivência de uma cultura

---

<sup>34</sup> Estes dados correspondem ao censo IBGE de 2000. A Estimativa para 2009 conforme a mesma instituição era de 408.161 habitantes.

<sup>35</sup> Ao usar-se o termo modalidades turísticas, se está referindo aquelas modalidades caracterizadas como esportes de aventura e na natureza.

corporal variada, mas de momentos de prazer e diversão tão proferidos sobre “Ilha da Magia”.

No que se pôde apurar sobre a história dos esportes profissionais de Florianópolis, o remo recebeu lugar de destaque nacionalmente e grande aceitação popular nas décadas de 1960 e 1970. A tradição da modalidade tem persistido na cidade, pois ainda existem clubes formando atletas, como pode ser visto logo na chegada à parte insular da capital. Algumas das destaques da modalidade atualmente são Fabiana Beltrame, primeira brasileira a disputar as Olimpíadas nessa modalidade esportiva em Atenas-2004, e Josiane Dias de Lima, campeã mundial em Munique, medalha de bronze na paraolimpíada de Pequim 2008 e eleita a melhor atleta paraolímpica em 2009.

A evidência de atletas em níveis nacionais e internacionais na mídia contribuiu para impulsionar algumas modalidades na cidade, como a natação, cujo incentivo foi dado pela participação do nadador Fernando Scherer, e o tênis, cujo ícone é Gustavo Kuerten, classificado em primeiro lugar no ranking mundial em 2000 e permanecendo com este título por 43 semanas.

Mesmo pouco conhecido e praticado no Brasil, o rugby é um esporte presente na história e na atualidade de Florianópolis. A equipe masculina do Desterro Esporte Clube tem conquistado títulos em nível nacional e internacional desde sua fundação em 1995. A representação feminina do Clube em campeonatos incia em 1998 e também vem acumulando vitórias nacionais. Hoje já existem outros clubes e associações desenvolvendo a modalidade, tanto no naipe masculino como no feminino, havendo inclusive o Barra Esporte Clube, única entidade esportiva declarada utilidade pública em Florianópolis destinada exclusivamente a participação feminina no esporte<sup>36</sup>.

Atualmente é o voleibol e o futebol que tem mobilizado as florianopolitanas. A equipe de voleibol masculino da CIMED desde 2005 vem acumulando títulos nacionais importantes e motivando a população a acompanhar seus jogos, tendo apoio de empresas privadas e da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Os dois clubes de futebol masculino da cidade criados na década de 1920, Figueirense e Avaí, embora sem grandes repercussões em nível nacional e oscilando suas

---

<sup>36</sup> Reconhecer a entidade com o título de utilidade pública significa reconhecer que ela é prestadora de serviços relevantes e de interesse da coletividade, complementando aqueles prestados pelo Estado possibilitando que receba verbas, isenções fiscais e outros benefícios. O Barra Esporte Clube - Rugby Feminino foi declarada entidade de utilidade pública pela Lei 5532/99.

posições nas séries A e B do campeonato brasileiro, não deixam de movimentar a cidade e seus/suas torcedoras, sendo as maiores expressões esportivas da cidade atualmente. Em relação a equipes femininas, somente o Avaí mantém uma equipe ainda não profissional. Apesar dos clubes de futebol serem mantidos pela iniciativa privada, suas torcidas organizadas são declaradas entidades de utilidade pública<sup>37</sup>.

O que se pode perceber é uma relação mais estreita entre a comunidade de Florianópolis e os esportes mais conhecidos, voleibol e futebol. É interessante que o destaque feminino dos esportes na cidade se encontra nas modalidades menos conhecidas como o rugby e o remo, o que reforça a idéia de que na história das mulheres no esporte, elas têm conquistado este espaço mais por esforço próprio, sem grandes incentivos privados ou estatais.

Estas breves informações sobre a cidade, seu espaço e os esportes que se destacaram e se destacam, não tem o intuito de compor uma história, o que caberia um trabalho aparte, mas situar minimamente a realidade em que se criou e se desenvolve atualmente a Fundação Municipal de Esportes, apesar da relação entre estes esportes e a entidade não ser sempre uma relação direta.

#### *Fundação Municipal de Esportes: História e Constituição*

Antes da criação da Fundação, dois órgãos públicos eram responsáveis pelas questões esportivas da cidade. O primeiro foi a Comissão Municipal de Esportes criada em 1960, por meio da lei nº475 (FLORIANÓPOLIS, 1960a), subordinada diretamente ao Gabinete do prefeito competia à Comissão: “estudar e propor medidas capazes de influenciarem a difusão de esportes amadores do Município, bem como estimular a prática esportiva em geral”. Os membros da Comissão eram nomeados pelo Prefeito, observando-se a preferência entre os membros das federações esportivas do estado.

No entanto, as relações entre Estado e esporte já aconteciam anteriormente de outras formas, como é exemplo a doação de terreno ao Centro Esportivo Catarinense e as Declarações de Utilidade Pública às

---

<sup>37</sup> Declara utilidade pública o Grêmio Recreativo Esportivo Social e Cultural Torcida Organizada Gaviões Alvi Negros – TOGA (FLORIANÓPOLIS, 2007b) e o Grêmio Torcida Organizada Mancha Azul (FLORIANÓPOLIS, 2009i).

entidades esportivas<sup>38</sup>, ações que continuaram após a criação da Comissão.

Por meio da Lei nº1420 (FLORIANÓPOLIS, 1976), a Comissão é transformada em Conselho Municipal de Esporte, subordinando-se agora ao Gabinete do Secretário da Educação, Saúde e Assistência Social. A referida lei não faz referência a objetivos ou competências, o que significa que se mantinha o interesse sobre o esporte amador. O que está fortemente marcado no documento é o papel e o poder centralizado do prefeito sobre as decisões do órgão, pois, além de continuar escolhendo livremente seus membros, o plano de trabalho e o orçamento ficavam condicionados à sua aprovação.

De acordo com o histórico disponível no site oficial da FME, nenhum representante de entidades ligadas ao esporte aceitou o convite de assumir o então Conselho de Esporte no início da gestão do Prefeito Édison Andrino de Oliveira, em 1986, em função da falta de orçamento próprio para órgão e, a meu ver, ao fato de, até então, esta função não ser remunerada. A partir deste impasse um grupo de pessoas, sob o apelo do Prefeito da época, começou a examinar a questão e formular a criação da Fundação, que foi oficialmente instituída em 1987 pela lei nº 2600 (FLORIANÓPOLIS, 1987b).

Neste documento o objetivo da Fundação aparece sendo “executar a política de esportes do Município de Florianópolis, formulada pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes”. O que se evidencia neste documento é uma preocupação primeira com organização/ regulamentação administrativa e financeira, mais especificamente sobre a constituição do seu patrimônio, dos recursos humanos e financeiros, da utilização e exploração dos implementos esportivos, e das formas de parcerias com entidades públicas e privadas.

As referências às suas funções e objetivos relacionados a área da educação física e esportes é bastante limitada, resumindo-se apenas ao segundo artigo, nos parágrafos II e V, qual seja “organizar e desenvolver programas esportivos” e “exercer quaisquer outras atividades relacionadas com o esporte e a educação física, compatíveis com suas finalidades”.

Com a criação da Fundação, os objetivos da área esportiva e de lazer começam e se expandir como fica evidente nessa fala:

---

<sup>38</sup> A lei 405 (FLORIANÓPOLIS, 1959), autoriza a doação de terreno do patrimônio municipal ao Centro Esportivo Catarinense e a lei 438 (FLORIANÓPOLIS, 1960b) é exemplo das primeiras declarações de utilidade pública, neste caso concedida ao Caramurú Esporte Clube.

*A Fundação antes era o CMD, Conselho Municipal de Desporto, era uma salinha dentro da Secretaria de Turismo e Cultura, era uma salinha para cuidar das equipes de Florianópolis. Como foi criada a Fundação, teve que começar com o esporte escolar, esporte de participação. Então com a [criação] da Fundação acabou criando esta obrigatoriedade de fazer algumas coisas. Uma Fundação não podia ficar só no esporte de rendimento (Lucas).*

*A Fundação hoje:*

Para situar a Fundação atualmente, serão desenvolvidos brevemente tópicos referentes a legislação atual, os recursos humanos, os recursos financeiros e agenda política, para em seguida proceder-se a análise mais profunda dos dados.

*Legislação:*

Apesar de serem observados avanços na área com a instituição da Fundação em 1987, especificações e ou aprofundamentos em relação às políticas esportivas e de lazer aparecem mais claramente quando da aprovação da lei que dispõe sobre a Política Municipal de Esporte (FLORIANÓPOLIS, 2007a):

Art. 1º A política municipal de esporte tem por finalidade fomentar práticas desportivas formais e não-formais como direito de cada um, garantindo o acesso aos programas e projetos esportivos e de lazer, promovendo a qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos, o desenvolvimento das entidades de administração e prática esportiva, o desenvolvimento das ciências do esporte e o aprimoramento técnico das equipes e dos atletas do Município.

Parágrafo único. A política municipal de esporte também tem por finalidade a promoção do desporto educacional, o incremento e incentivo das práticas de lazer como forma de promoção social e fomento de práticas esportivas não-profissionais.

O documento, bem mais completo que os anteriores, amplia as competências da Fundação; se antes se ligavam quase exclusivamente ao esporte amador agora são incluídos o lazer, os projetos, as ciências do esporte e a garantia de acesso a eles. E, apesar de estar em parágrafo à parte, o esporte educacional, a promoção social e as práticas esportivas não profissionais são contempladas.

Além disso, são estabelecidos: os princípios da democratização, participação, informação e descentralização; as diretrizes de organização, gestão e dos órgãos que compreendem o Sistema Municipal de Esporte; as ações municipais divididas nas áreas social, esportiva, de lazer e de atividades físicas e manifestações esportivas compreendendo o esporte de participação e lazer, esporte educacional, esporte de rendimento e para-desporto.

Recentemente mais dois “eventos” configuraram a legislação esportiva da cidade. O primeiro trata da instituição da semana municipal de esporte a ser comemorada na semana do dia 23 de junho. Apesar de não conter os objetivos, o documento aponta o envolvimento de escolas, clubes, entidades, empresas, universidades e população por meio de atividades práticas, palestras e outros eventos. O segundo refere-se à criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, em 21 de dezembro de 2009, tendo como finalidade “formular políticas públicas e implementar ações destinadas ao fornecimento das atividades esportivas e de lazer em Florianópolis”. Ambas as leis foram promulgadas no último trimestre de 2009 e ainda não foram postas em práticas.

#### *Recursos humanos:*

Os recursos humanos da FME totalizam 38 funcionárias divididas entre a superintendência, área técnica, assessoria de comunicação, assessoria jurídica, administrativo e transporte/almoxarifado. Deste total, 13 são estagiárias de alguma destas áreas.

Assim como na Comissão Municipal de Esporte, primeiro órgão público esportivo municipal, os cargos diretivos continuam sendo escolhidos pelo Prefeito.

#### *Recursos financeiros:*

Por meio da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento teve-se acesso aos Comparativos de Despesa Autorizada com a Empenhada - Anexo TC 08, documentos referentes aos gastos públicos da FME até os meses de dezembro, dos anos de 2000 à 2009. A partir de

2002, as finanças da FME passaram a ser divididas entre as categorias de Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário, Lazer e Administração Geral.

O estudo destes documentos permitiu a visualização do panorama da distribuição financeira da FME conforme segue:

### Distribuição orçamentária da FME por ano

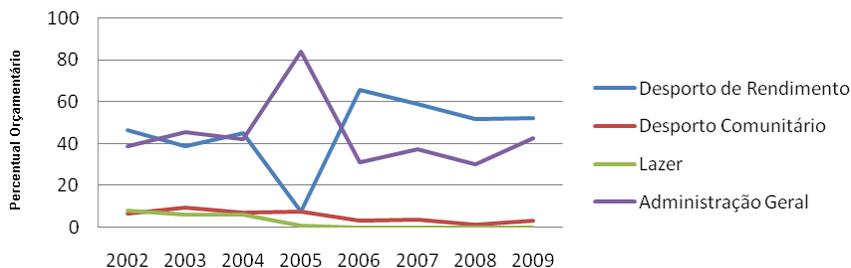


Gráfico 01 – Distribuição percentual do orçamento em relação às atividades anuais da FME

Acredita-se que a grande disparidade no ano de 2005, com grande aumento de despesas administrativas e drástica diminuição dos recursos para as demais atividades, esteja relacionada com a mudança de governo naquele ano. Outra possibilidade pode ser um investimento maior na manutenção de equipamentos esportivos e de lazer naquele ano, visto que a Administração geral inclui estas despesas.

No ano de 2009 os recursos financeiros da Fundação que somavam R\$5.036.247,52 até dezembro, foram empregados da seguinte forma: 52,18% para Desporto de Rendimento, 42,76% para Administração Geral, 2,99% para o Desporto Comunitário e 0,28% para o Lazer.

#### *Ações políticas*

Por meio do material cedido pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e pela Fundação não é possível classificar claramente as atividades da Fundação dentro das 4 categorias descritas. No entanto as entrevistas permitiram visualizar a atuação da Fundação da seguinte forma em 2009/2010:

a) *Desporto de Rendimento e de representação*<sup>39</sup>:

Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC)  
 Joguinhos Abertos de Santa Catarina (Joguinhos)  
 Para Jogos Abertos de Santa Catarina (PARA- JASC)  
 Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI)  
 Olimpíada Estudantil de Santa Catarina (OLESC)  
 Escolinhas Esportivas de Base  
 Grandes Eventos Esportivos (Ex. Ironman)

b) *Desporto comunitário:*

- *Desporto Escolar:*

Moleque Bom de Bola  
 Olimpíada Estudantil de Florianópolis (OLESF)

- *Projetos sociais:*

Projeto Karatê Cidadania  
 Projeto de Integração pelo Esporte (PIPE)  
 Projeto Samba Filhos da Lua  
 Instalação das Academias da Saúde

c) *Lazer*

Projeto Brinca Comunidade  
 Operação Verão - Evento  
 Eventos comunitários (Ex. Aniversário de Florianópolis)

d) *Administração geral*

Vencimentos dos funcionários e capacitação profissional  
 Material de consumo, equipamentos e materiais permanentes,  
 Manutenção de equipamentos esportivos e de lazer

Em relação ao primeiro grupo de ações, ou seja, o desporto de rendimento e de representação é preciso esclarecer que a maioria das atividades citadas são promoções de outras entidades, mas que a Fundação participa por meio de equipes e atletas do município. Os JASC, Joguinhos, PARA-JASC, JASTI e OLESC, por exemplo, são promovidos pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE)

---

<sup>39</sup> Florianópolis também tem uma equipe de voleibol masculino profissional - a CIMED e uma equipe de futsal masculino profissional, estas, porém, já não fazem parte da FME especificamente, pois foram incorporadas como políticas municipais da Prefeitura de Florianópolis.

entidade pública responsável pelas manifestações esportivas no estado de Santa Catarina. De acordo com Giovani Pires e colaboradoras (2010), Santa Catarina possui um sistema esportivo amador considerado bastante sólido, o que se dá por meio da articulação entre o órgão estadual, a FESPORTE, e as Fundações Municipais de Esporte, presentes na maioria dos municípios.

Estas ações ganham destaque na FME por meio de grandes investimentos financeiros e na formação de atletas por meio das escolinhas esportivas. Ainda em relação a este grupo de ações, cabe explicar que ele também é chamado de esporte de representação por referir-se mais especificamente ao fato de os participantes representarem o município, o que se dá destacadamente nas competições da FESPORTE. Embora nem toda ação relacionada ao esporte de rendimento seja de representatividade, já que há eventos de rendimento em que a FME participa como promotora, sem, necessariamente ter atletas que levem o nome do município, pode-se dizer que, no contexto da FME, todo esporte de representação está associado ao rendimento.

A partir da aproximação com a realidade, por meio do entendimento do contexto, é possível sair da postura de espectadora ou simples intérprete de informações, permitindo o desencadeamento do processo de análise dos dados de campo da FME de modo mais significativo.



## 4 ANÁLISES

*Por que prender a vida em conceitos e normas?  
O Belo e o Feio... O Bom e o Mau... Dor e Prazer...  
Tudo, afinal, são formas  
E não degraus do Ser!*

Mario Quintana – Da Perfeição da Vida

Ao organizar a análise da pesquisa por meio do processo de categorização concorda-se, numa perspectiva humanística de ciência, que ela não é neutra no sentido de que não parte somente dos dados encontrados, mas depende também da sujeita que analisa/interpreta, pois *“são os valores sociais e a maneira de dar sentido ao mundo que pode influenciar quais os processos, actividades, acontecimentos e perspectivas que os investigadores consideram suficientemente importantes para codificar”* (BOGDAN E BIKLEN, 2003 p. 229).

Esta compreensão parece pertinente em virtude de que muitas poderiam ser as categorias ou os códigos definidos como mais relevante para a construção das análises, especialmente tratando-se de uma temática ainda pouco explorada academicamente e que movimenta questões e relações que, embora rodeiem nosso cotidiano, nem sempre são refletidas. No entanto, procurou-se seguir o rigor acadêmico sendo também agente de investigar e refletir a partir da ótica da autora e do conhecimento profundo da realidade.

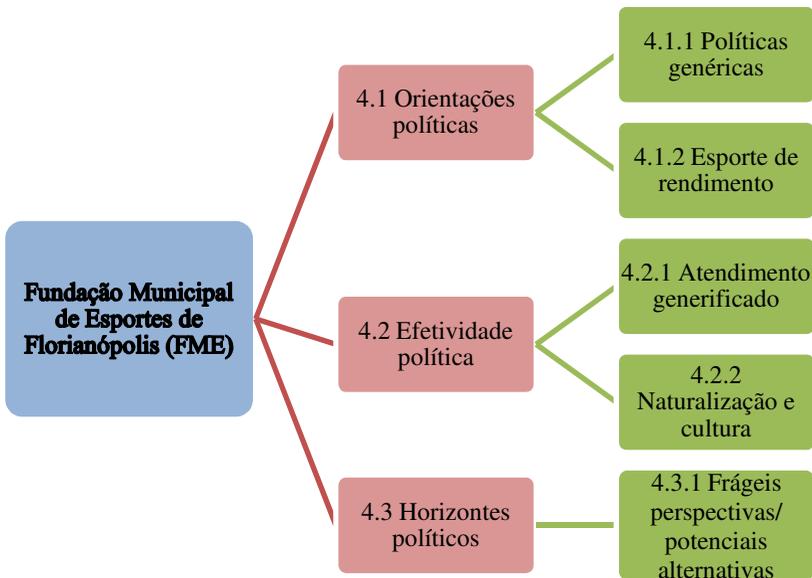
A análise foi organizada a partir de 3 eixos formados por categorias temáticas menores que se aproximam. Assim como as categorias, os eixos não são estanques e se articulam formando o que pode ser entendido como um *“enredo argumentativo analítico”*<sup>40</sup>, que dá sustentação à pesquisa por meio do encadeamento de três momentos análogos aos eixos, que são: 4.1 - Orientações políticas; 4.2 – Efetividade política e 4.3 – Horizonte político. Analisando a legislação e as entrevistas realizadas, no primeiro eixo procurou-se refletir sobre a orientação da FME pautada numa pseudo-igualdade que constitui políticas genéricas (4.1.1) e as implicações do esporte de rendimento como sentido hegemônico destas políticas (4.1.2). O segundo eixo

---

<sup>40</sup> Expressão cunhada pela autora.

aborda a efetividade das políticas da FME no atendimento de homens e mulheres, caracterizando-o como generificado (4.2.1), e as justificativas dadas pelos sujeitos para as desigualdades de gênero baseadas na naturalização de aspectos culturais (4.2.2). Para o desfecho do enredo, são discutidos os caminhos possíveis para uma igualdade de gênero nas políticas de esporte e lazer a partir das considerações dos sujeitos e estudos em outras áreas do conhecimento, que levam em consideração, destacadamente, o acesso feminino aos cargos de poder de decisão (4.3.1).

De modo ilustrativo, a análise da pesquisa pode ser representada pelo seguinte diagrama:



#### 4.1 ORIENTAÇÕES POLÍTICAS

Neste eixo serão abordadas duas orientações políticas que observou-se serem tomadas e desenvolvidas pela Fundação e que, analisadas pela perspectiva do gênero, podem refletir em desigualdades: trata-se das políticas genéricas e da prioridade conferida ao esporte na sua dimensão de rendimento.

### 4.1.1 Políticas genéricas

Fazem parte desta categoria a análise empregada sobre a legislação da FME bem como as falas dos sujeitos sobre suas percepções a respeito da formulação das ações políticas no que se refere ao gênero.

Começando com a análise da perspectiva oficial da Fundação por meio da legislação, o primeiro aspecto que “salta aos olhos” é a redação redigida na forma masculina genérica e a não menção às diversidades ou diferenças concernentes ao gênero. Por outro lado, há o destaque de princípios como democratização e participação.

O uso do masculino genérico, que significa o uso da linguagem no masculino para representar também o feminino, está presente em toda a legislação da FME, podendo ser percebido tanto nas referências aos/as beneficiárias dos serviços públicos, quanto na referência ao quadro de funcionárias e aos cargos de hierarquia, sendo exemplos:

“fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada *um*”\*

“respeitando o interesse e as potencialidades *do cidadão*” \*

“desenvolver ações voltadas *ao idoso*”\*

“valorização da inter-relação *homem/sociedade*”\*

“*os* portadores de deficiência”;\*

“*um* representante do Prefeito Municipal, que será *seu* presidente”\*\*

“*todos* nomeados pelo Chefe do poder Executivo Municipal”\*\*

“*O* superintendente da Fundação prestará contas *ao* Prefeito Municipal”\*\*\*

“*o* coordenador do departamento de Finanças”\*\*

“*o* superintendente Adjunto para assuntos técnicos”\*\*

Quando se referem ao atendimento da população, os documentos revelam uma preocupação com grupos sociais específicos, como os idosos, os portadores de necessidades especiais, as comunidades carentes e as diversas faixas etárias. O uso da escrita na forma masculina também se dá nas referências a esses grupos, de modo que as diversidades concernentes ao gênero não aparecem contempladas.

Num primeiro momento, esta questão pode não significar necessariamente algum tipo de discriminação, quando a justificativa é o ajuste às normas da língua portuguesa que estabelece o masculino como

neutro. No entanto, análises mais críticas sobre a relação da linguagem e as representações sexuais têm mostrado que este uso gera a inferioridade, invisibilidade e exclusão feminina, pois “a linguagem não é só um instrumento de comunicação, mas uma poderosa arma, já que por ser um sistema simbólico profundamente arraigado em estruturas sociais, não só reflete como também enfatiza ideologias discriminatórias” (CALDAS-COULTHARD, 2007, p.231).

Neste sentido, cabe questionar em que medida a neutralidade do uso dos termos no masculino leva em consideração as questões de gênero, por exemplo, em que medida os interesses e potencialidades femininas fazem parte das ações públicas orientadas por uma redação que se refere ao respeito dos “interesses e potencialidades do cidadão” ou da “inter-relação *homem/sociedade*”. E ainda, será que a linguagem passa não apenas pela generalização, mas também por representações que incluem, por exemplo, certa incredulidade da possibilidade de uma mulher acessar os cargos diretivos, especialmente numa área por muito tempo considerada território masculino, como é o esporte? Tanto que, como mencionado na contextualização da FME, até o momento apenas uma mulher teve acesso a um cargo técnico diretivo que foi a coordenação da área de recreação a lazer.

Claudia Vianna e Sandra Unbehaum (2004), que também observaram ênfase nesta forma de linguagem nas legislações da área da educação, também reforçam que essa utilização não é neutra e expressa discriminação sexista, explicando que:

Não se trata da defesa de um texto que mantenha necessariamente o uso “o/a” (o que dificulta a leitura), mas da menção indispensável aos direitos entre ambos os sexos, pois, se queremos construir novos significados para a prática social, precisamos reconstruir nossa linguagem, despojá-la da ideologia androcêntrica (p. 90).

Esta mudança lingüística pode ser considerada uma estratégia inicial necessária, com reflexos e implicações na prática social, pois, como explica Carmen Caldas-Coulthard (2007) para além de questões acadêmicas e lingüísticas, a linguagem é também uma questão política no sentido de possibilitar o esclarecimento e a conscientização sobre a construção dos papéis sociais e sobre mudanças necessárias nas relações entre homens, mulheres e seus contextos sociais.

Apesar desta redação generalista (supostamente neutra), dois princípios que percorrem os documentos podem ser considerados contribuições positivas no sentido de promover a igualdade de gênero nas práticas esportivas e de lazer, trata-se da co-gestão e da democratização do acesso.

O primeiro refere-se à tentativa de construção conjunta, entre poder público e população, das decisões estatais, estanto contemplado no Estatuto da FME, onde se destaca como finalidade “promover a articulação entre as entidades públicas e organizações da comunidade para a formulação e execução da política municipal de esportes” e na Política Municipal de Esporte ao apresentar como princípio a participação, “compartilhando com o cidadão o processo de integração entre comunidade e gestão pública”.

A oportunidade de participação nos processos de tomada de decisão tem sido vista como essencial para a inclusão de interesses de grupos diversos como o de mulheres e de negros nas agendas governamentais, acarretando numa melhor adequação das políticas às necessidades e direitos destes grupos (ABRAMO, 2004). Esta adequação estabelece-se pelo maior contato dos gestores com a realidade, pelo conhecimento dos interesses e aspirações da sociedade e atendimento às suas reivindicações, diminuindo as tendências de valorizar preferências pessoais e políticas (MARCELLINO, 1996), que historicamente foram as tidas como masculinas, pela presença hegemônica de representantes homens nos cargos de poder decisório.

Na área das políticas de esporte e lazer, a Conferência Nacional de Esporte é um exemplo da iniciativa pública federal que tem oportunizado a democratização no processo de construção de um sistema esportivo nacional, apesar deste ainda não ter se consolidado. No entanto, em nível municipal, alguns estudos têm apontado a existência de poucas ações neste sentido, acarretando, por exemplo, na desarticulação entre as ações do Estado com a realidade encontrada (ROCHA et al., 2007), e inclusive, indicando casos onde os mecanismos de participação são vistos como “inimigos” das gestoras (STAREPRAVO, 2007).

Mesmo tendo uma legislação favorável à participação popular, na FME não tem sido muito diferente do que foi apresentado nestes estudos. Os sujeitos relatam que a participação da sociedade civil não é promovida, ou acontece de modo muito informal. Um avanço parece ter se concretizado com a recente criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer (LEI 8090/2009), um mecanismo prático que viabiliza a

participação popular, porém, da mesma forma como verificado no estudo citado, é visto como um oponente da gestão: *Mas da maneira como está sendo criado [Conselho]<sup>41</sup> é mais para atrapalhar do que para ajudar porque é um projeto de oposição política e eles querem na verdade gerenciar a Fundação, não criar uma política pública para o esporte* (Pedro).

Além do Conselho ainda não ter sido implementado, a lei que o cria prevê que seja constituído por “doze membros, sendo cinco indicados pelo Executivo, um indicado pelo Legislativo e seis indicados por entidades representativas”. Não apenas pelo uso da linguagem redigida no masculino genérico, mas por se saber das resistências à indicação de mulheres para cargos superiores e, portanto, de poder de decisão, é que se questiona a eficácia deste mecanismo no que se refere ao atendimento de interesses femininos e mudanças políticas em prol de uma maior equidade no acesso ao esporte e ao lazer entre as categorias de classe, gênero e etnia. Por isso, além de criar canais de participação, é preciso assegurar sua permanência e aberturas que incluam demandas difusas, que não venham somente de grupos organizados (FARAH, 2003). É neste sentido que se crê na co-gestão como característica governamental importante para equidade de gênero.

A democratização do acesso às práticas esportivas e de lazer é outro princípio que percorre os documentos. De forma direta ela está representada como um princípio estabelecido na Política Municipal de Esporte que se propõe a: “proporcionar à comunidade o acesso às atividades de esporte, lazer e atividades física, dentro de um quadro humanizador, em todos os segmentos sociais, respeitando o interesse e a potencialidade do cidadão”. De forma indireta pode-se perceber a abrangência da democratização na consideração das áreas social, esportiva, de lazer e de atividades físicas como dimensões a serem atendidas pela política da FME, bem como na criação e potencialização de espaços públicos e serviços descentralizados para usufruto destes direitos como é exemplo a criação dos pólos desportivos (FLORIANÓPOLIS, 1994b), a concessão do uso de quadras esportivas das escolas para a comunidade (FLORIANÓPOLIS, 1996) e a instituição e o incentivo à implantação de áreas de esporte ao ar livre (FLORIANÓPOLIS, 2004).

---

<sup>41</sup> Os colchetes utilizados no meio das falas referem-se a informações adicionadas pela autora ou intervalos subtraídos da entrevista para uma melhor compreensão do leitor.

Estas medidas favorecem a democratização no atendimento às diferenças, incluindo as de gênero, ao passo que se propõe a levar em consideração interesses diversos no âmbito das práticas corporais, como a saúde, a diversão, a socialização e desempenho esportivo, além de facilitar o acesso aproximando os equipamentos esportivos da população.

A inclusão destes princípios e destas medidas na legislação é importante, pois pressupõem e deveriam contribuir para um acesso mais igualitário aos serviços da FME. No entanto, tal como o Conselho Municipal de Esporte, percebe-se a necessidade destas medidas ultrapassarem os discursos do âmbito legal e se efetivarem na forma de ações públicas, já que as entrevistas revelam que na realidade elas não estão sendo desenvolvidas, e as existentes tendem a enfatizar apenas uma dimensão esportiva, como será visto mais adiante, e focalizar em pontos centrais da cidade como explica Lucas:

*Hoje o que a FME faz é uma coisa muito cidade inteira, então acaba concentrando tudo num local só e às vezes tem comunidades que não conhecem o que a Fundação faz. Então eu acho que falta mais, e somos uma cidade que tem muita praia e fizemos um evento de verão só, lá na Barra da Lagoa. E o Norte da ilha? E o sul da ilha? O que eles recebem da Fundação, da prefeitura?*

Considerar a perspectiva oficial da Fundação através da visão de gênero é mais do que refletir sobre palavras ou cumprir um “protocolo acadêmico”, o estudo da legislação permitiu evidenciar a orientação pautada numa certa lógica que também foi evidenciada na análise das entrevistas e que se manifesta por aquilo que se definiu por políticas genéricas, ou seja, políticas que são tratadas na generalidade sem levar em consideração as especificidades de gênero.

Ao serem perguntados sobre como percebiam a organização/formulação e as ações políticas da FME no que se refere ao gênero, os sujeitos entrevistados expressaram que o acesso e a participação de homens e mulheres é igualmente promovido pela Fundação e por sua política como mostram as seguintes falas:

*Em relação a homens e mulheres eu acho que não tem diferença nenhuma. É aberto o mesmo espaço, mesma atenção é dada, mesma necessidade existe, então, esporte para todos (Tiago).*

*Eu vejo de uma forma muito boa a participação de todos. Os resultados também são muitos bons no geral, tanto no masculino como no feminino. A mulher tem uma boa participação. O incentivo a equipes*

*femininas e masculinas é igual, o que eu quero é que todos pratiquem* (João).

*Não tem esta questão de sexo [...] É aberto para todos, às vezes os ingressos para elas são até mais baratos* (Caio).

*[...] todo mundo é igual, todo mundo tem acesso livre* (Lucas).

*A gente quando chama para o esporte, está chamando as pessoas e não o sexo* (Raul).

A forma enfática como os sujeitos defendem que a política promovida pela Fundação é igualitária, pode supor, assim como na “neutralidade” linguística da legislação, uma desconsideração no que se refere às diferenças culturais, o que remete a um antigo debate entre as categorias igualdade e diferença (SCOTT, 1999).

No seu clássico texto “*Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*”, Joan Scott mostra os problemas de se eleger uma destas categoria como estratégia política pois “a própria antítese esconde a interdependência dos dois termos, já que igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não exclui a igualdade” (p.209). Eleger a igualdade desconsiderando as diferenças sexuais e as construções culturais produzidas a partir delas pode implicar em políticas supostamente neutras, dificultando a diminuição das desigualdades de gênero geradas histórica e culturalmente sobre as práticas corporais. Por outro lado, eleger a diferença e sentar as políticas de esporte e lazer sobre elas, pode significar o reforço aos estereótipos da área. Concordando com a alternativa apontada por Joan Scott, entende-se que a igualdade, neste caso as iguais condições de acesso e permanência de ambos os sexos nas políticas públicas de esporte e lazer, depende do reconhecimento e da inclusão da diferença. Marta Farah (2003) esclarece a real dimensão desta diferença ao explicar que “Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos ‘igual valor’, reconhecendo, portanto, que suas necessidades ‘específicas’ e nem sempre ‘iguais’ devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado” (p. 1).

Nesta linha de pensamento entende-se que para uma real igualdade de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer seja necessário reconhecer e agir em virtude dos fatores que interferem na adesão a permanência de homens e mulheres nas práticas, e que aumentam significativamente, no caso das mulheres, no que se refere à educação formal e informal diferenciada das práticas corporais (SARAIVA, 2005) falta de tempo em virtude da responsabilização sobre

as tarefas familiares (GOELLNER et al., 2009; IPEA, 2010), a fatores econômicos (SALLES-COSTA et al., 2003) e, no caso das atletas profissionais, na dupla cobrança de se adequarem as exigências de performance e aos estereótipos de feminilidade (DEVIDE; VOTRE, 2005).

Ao questionar mais profundamente como os entrevistados percebiam a igualdade mencionada, correntemente as respostas remetiam às competições e ao esporte de rendimento, já que, como explicam, as pontuações femininas e masculinas têm a mesma importância para a classificação da cidade em competições estaduais ou nacionais.

*Eu não vejo a distinção de homens e mulheres, volto a configurar a importância tanto de homens e mulheres nas atividades esportivas. Em termos de rendimento são iguais, vão trazer as mesmas pontuações, então não tem como fazer a distinção [...] O ponto conquistado pelas equipes femininas é o mesmo ponto conquistado pelas equipes masculinas. Então, numa competitividade, seja homem, seja mulher, vão ter a mesma importância dentro de um grupo para a delegação de Florianópolis (Davi).*

*[...] é que a Fundação na representatividade depende do maior número de modalidades na competição, lembra que eu te falei que tinham 14? Hoje das 27 ou 28 modalidades que tem nos Jogos, nós temos todas elas, equipes nas modalidades, todas elas masculina e feminina (João).*

Todavia, posteriormente, João explica que a FME possui todas as equipes nos naipes feminino e masculino apenas nas modalidades com pontuação para a cidade nas competições.

*[sobre não haver equipes de futebol feminino na cidade] A única que eu digo é o futebol, o futebol tem a nível estadual nos jogos, mas não há participação com pontuação, então vai três, quatro equipes para participar do futebol feminino. A maioria das cidades não tem equipes (João).*

Assim, outras modalidades femininas que não fazem parte dos Jogos Abertos, principal competição da Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE)<sup>42</sup>, também não são desenvolvidas em nível de equipes de competição:

---

<sup>42</sup> A Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) é o órgão responsável pelo esporte no estado de Santa Catarina e organiza as principais competições esportivas das quais a FME participa tais como: Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC) e Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC).

*Então a participação delas também é boa aqui na Fundação. Na verdade é que tem mais provas que são masculinas, no caso do remo, do ciclismo né, o tiro. São três troféus que são só masculinos, que na verdade é livre mas participa só homem. Mas a participação delas aqui na Fundação é boa, mesmo tendo todo o esquema de estudo e trabalho ... (Pedro).*

O que se percebe a partir destas falas é que a importância e o desenvolvimento dos esportes femininos estão condicionados ao retorno que podem proporcionar, em pontuação e classificação da cidade, nas competições, e que, portanto, a igualdade mencionada pelos sujeitos é pautada numa política esportiva externa, qual seja, as competições estaduais e nacionais, especialmente ao JASC. Assim, o parâmetro para a igualdade proferida pelos sujeitos é, na maioria das vezes, a participação da FME em todas as modalidades (femininas e masculinas) previstas, e com pontuação, naquela competição. Não é refletido e considerado, por exemplo, o fato e os fatores de haver menos equipes femininas de cada modalidade participando das etapas anteriores a etapa final, além do fato de não haver naipes femininos em algumas modalidades nas competições estaduais, o que justifica a falta de desenvolvimento da modalidade em níveis de base (iniciação esportiva) ou como lazer. A centralidade com que o esporte de rendimento apareceu nesta pesquisa, fez com que algumas reflexões a este respeito fossem desenvolvidas em categoria específica, conforme o próximo ítem.

A legislação redigida no masculino genérico, a inclusão, mas insuficiente viabilidade prática de princípios como a participação popular e a democratização, além da defesa de políticas de esporte e lazer “igualitárias” para homens e mulheres, faz pensar que a orientação da FME caminha mais no sentido da promoção de políticas genéricas, do que sensíveis ao gênero, para utilizar o termo sugerido por Nelly Stromquist (1996).

Entende-se que a FME poderia superar os interesses políticos presentes nas competições e trabalhar também no sentido de criar, fazer desenvolver práticas tanto femininas quanto masculinas, e para ambos juntos, que não dependam dos grandes eventos ou retorno político. Com o discurso apresentado pelos sujeitos, percebe-se que a responsabilidade de não haver equipes femininas em determinadas modalidades é transferida para a FESPORTE, ou para outras instâncias que promovem competições, o que não deveria ser motivo para inviabilizar o desenvolvimento de determinadas modalidades ou naipes.

#### 4.1.2 Esporte de rendimento

O esporte de rendimento é uma das formas pelas quais hoje o esporte se manifesta, juntamente com o esporte entendido enquanto atividade de lazer (BRACHT, 2005). Esta dimensão esportiva tem sido por muito tempo o carro chefe das políticas esportivas brasileira, tanto como instrumento de manutenção de uma ordem social como forma de legitimar o Estado, e na qual, pode-se dizer, o acesso feminino deu-se tardiamente.

Na esfera municipal, alguns estudos também vem apontando este direcionamento (LINHALES et al., 2008), da mesma forma como foi fortemente caracterizado nas políticas desenvolvida pela FME. Não apenas nas falas, como ver-se-a a seguir, mas também na proporção do investimento financeiro, como foi apresentado na contextualização do estudo, o esporte de rendimento é uma orientação política marcante no desenvolvimento das políticas da FME.

Conforme os sujeitos investigados, com excessão de um, todos entendem que esta manifestação esportiva é a prioridade da FME, em especial os campeonatos estaduais JASC, PARA-JASC, JASTI, Joguinhos e OLESC, aos quais os sujeitos se referem como esporte de representatividade, devido ao objetivo central que é a representação do município por atletas e equipes em competições.

Apesar de nem sempre estarem de acordo com esta orientação política esportiva, os sujeitos a justificam devido ao fato de que esta dimensão esportiva é a que legitima e confere reconhecimento para Fundação, sendo por isso também enraizada na cultura esportiva de Florianópolis.

*Infelizmente dentro da nossa política o desporto de rendimento é o que te dá a grande visão e a maior parcela do orçamento... Então talvez a maior, não a maior razão, talvez seja esta porque sempre teve esta cultura de maior recurso para o rendimento, então eu vou ter que tirar do rendimento para dar para a inclusão social e isso eu não quero, eu quero dar mais para a inclusão social sem ter que tirar de ninguém entendeu? (Pedro).*

*Os eventos da FESPORTE, o esporte de representação, a maior parte do investimento vai nisso. [Por quê?] Todos estes eventos são competições entre cidades, é cultural. O Secretário de Blumenau que não ganhar os Jogos Abertos fica marcado (Caio).*

*Se der um problema no rendimento, aí a imprensa pega em cima, nas outras coisas se não fizer...ah... (Lucas).*

*A prioridade é a representatividade da cidade. A formação de equipes para representar o município. É a prioridade principal pelo valor que tem pelo lado da socialização e busca de resultados a nível de estado. O que se busca é uma melhor representatividade da cidade nos jogos do estado porque já está sólida no estado a prática dos esportes. Então, vai Florianópolis aí nuns Jogos Abertos e fica em quinto lugar para você ver...todo mundo vai falar. Quando o Superintendente chegou na Fundação ele disse para mim: olha, a prioridade vai ser fazer escolinhas nas comunidades, nos Jogos Abertos não precisa ter resultados. Eu disse para ele assim: tu queres cair? Vai mal nos Jogos Abertos, fica em terceiro ou, terceiro o pessoal até aceita, fica em quarto para você ver se não vão cair em cima no dia seguinte. É a realidade, entendeu? (João).*

Também constata-se nas falas a atribuição de um “valor social” e “papel motivador” para justificar a prioridade no esporte de rendimento, mas que não se sobrepõe às justificativas anteriores, parecendo mais uma alternativa “politicamente correta” para justificar tal investimento.

*Para você ter as escolinhas também precisa ter o alto nível, porque o alto nível vai fazer com que aquela criança tenha vontade de praticar o esporte. Quando você não tem o espelho lá na frente, um sentido, uma motivação para ir mais longe, você não vai ter resultado nenhum [...] Tu não podes esquecer o resultado do adulto, porque o resultado do adulto é que dá a verba para você fomentar o esporte, porque se tu não ganha os Jogos Abertos, eles dizem que você não fez nada, que você é isso e aquilo. Esta é a realidade da coisa. E isso é em todas as cidades de Santa Catarina, pode botar na cabeça (João).*

As falas são importantes para que se tenha a real dimensão da força e da hegemonia com a qual o esporte de rendimento se estabeleceu nas políticas públicas da Fundação, cabendo discutir sobre como esta orientação política pode implicar nos aspectos que se referem ao acesso e aos interesses de homens e mulheres nas práticas corporais.

Positivamente falando, ao mesmo tempo que o esporte, particularmente o de rendimento, pode representar mais um espaço de empoderamento feminino, no qual a afirmação de corpos fortes e livres possam contribuir para desestabilizar padrões estabelecidos de feminilidade (ADELMAN, 2003), a visibilidade das atletas pode ser considerada um motivador e encorajador da participação de novos adeptos, e especialmente adeptas destas práticas, aspecto destacado na última fala.

Nesta linha de reflexão, seria preciso considerar e problematizar os aspectos de gênero que interferem nesta dimensão esportiva e que compreendem por exemplo menor visibilidade e patrocínio das atletas do que dos atletas (OLIVEIRA; VOTRE, 2007). Estas questões, no entanto, não são consideradas pelos sujeitos, o que faz pensar que passam despercebidas numa lógica onde a igualdade é avaliada mais em termos de classificação e retornos políticos, pois como afirmado, *“vão trazer as mesmas pontuações, então não tem como fazer distinção”*.

No entanto, a problemática que se vislumbra é a centralidade, ou a quase exclusividade, de esforços e investimentos destinados a esta dimensão esportiva, especialmente no que se refere aos jogos da FESPORTE, o que acontece devido aos retornos que proporcionam em reconhecimento e prestígio para a Fundação e para o município já que *“o desporto de rendimento é o que te dá a grande visão”* como afirmado anteriormente.

Acompanhando esta prioridade política encontra-se o favorecimento aos empreendimentos esportivos na forma de grandes eventos tais como Ironman, WQS (World Qualifying Series - divisão de acesso ao Circuito Mundial de Surf) e a meia maratona. Conforme afirma Pedro *“nós temos este compromisso com os grandes eventos, de dar apoio financeiro e logístico para estes eventos”* e como complementa Caio: *Nesta gestão cresceu mais os eventos. A cidade é um lugar iluminado, todas as empresas querem realizar um evento aqui.*

As escolinhas esportivas de base, que são desenvolvidas pelo modelo terceirizado para baratear as despesas públicas e potencializar as habilidades das (futuras) atletas, são outro exemplo da implantação dos “códigos” do esporte de rendimentos. Neste modelo, não há uma intervenção direta da FME, que firma convênios com entidades e instituições e, apesar de haver um discurso de que esta atividade teria um cunho socializador do esporte, na realidade desenvolvem o trabalho de treinamento esportivo nas modalidades com as quais a Fundação compete.

*Através dos clubes e associações são feitos convênios, parcerias, porque na verdade a FME não é clube. É através de parcerias e convênios que ela apóia e dá condição para estas seleções e atletas representarem o município* (Matias).

Nesta mesma lógica está a concessão de bolsa atleta, que é um dos estímulos financeiros que garantem que a atleta representará o município nas competições e a contratação de atletas de outros municípios para a mesma função.

*Então é neste momento, nesta ânsia de vencer Blumenau, ou outro município, é que começa a desvirtuar o trabalho comunitário para o rendimento a todo custo. Lembro da contratação de um profissional tri atleta, que vinha de Brasília, chegava no dia da competição, terminava, retornava para o avião e voltava para Brasília. Ele é um caso de muitos atletas que vem competir e vão embora deixando nada, nada, nada em absoluto para a cidade. Um cara que poderia ter usado o conhecimento que ele tinha para ensinar a pedalar, correr, ensinar a nadar [...] Mas era um atleta importado, como continua até hoje, contrato individual ou de equipe (Davi).*

Além do reconhecimento político, as preocupações e ações empregadas a todo custo pela FME para ganhar visibilidade, conquistar títulos, melhores resultados e classificações são compreensíveis se reconhecermos que na governamentalidade neoliberal a ação governamental também está permanentemente sendo analisada a partir de termos econômicos:

Trata-se de ancorar e justificar uma crítica política permanente da ação política e da ação governamental. Trata-se de filtrar toda a ação do poder público em termos de jogo de oferta e procura, em termos de eficácia quanto aos dados desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção do poder público no campo do mercado (FOUCAULT, p. 338, 2008a).

Mesmo as políticas sociais - ou as que o deveriam ser<sup>43</sup> - estão sujeitas às formas racionalizadas de análise que, ao contrário de avaliar mudanças ou avanços qualitativos dos fenômenos sociais, recaem sobre os aspectos quantificáveis, julgando em termos de eficácia e custo das intervenções estatais para o mercado. Assim, não é de estranhar as proporções que o esporte de rendimento representa na política esportiva da FME, já que este mostra-se como uma alternativa que agrega respostas tanto para o reconhecimento político, como foi visto, quanto para demandas de mercado, ao passo que esta é a dimensão mais legitimada socialmente e portanto valiosa para a indústria cultural, que promove o consumo de produtos e serviços privados.

---

<sup>43</sup> Diz-se que as políticas sociais deveriam, de fato, ser sociais, porque muitas vezes assumem em maior medida características de políticas econômicas ou eleitoreiras.

Esta centralidade no esporte de rendimento não parece contribuir para minimizar as desigualdades de gênero, já que, além de criar um nicho de quem tem habilidade, onde historicamente os homens tiveram mais vantagens, também, como foi visto, não são promovidas a nível de formação de equipes de base ou de práticas de lazer as modalidades femininas em que não há competições a nível de Jogos Abertos de Santa Catarina, como é exemplo o futebol e o ciclismo. No entanto, o futebol e/ou o futsal femininos aparecem nas competições estaduais e municipais escolares, caracterizando positivamente a abertura para a mobilização das escolas, mas não o desenvolvimento direto desta modalidade pela Fundação. No caso dos homens, também há prejuízos, por exemplo, no que se refere à ginástica rítmica: como ainda é oficialmente um esporte exclusivamente feminino e portanto não integra as atividades competitivas que a FME participa e realiza, também não é desenvolvida apesar de já existirem experiências destas práticas com o público masculino (GAIO; SANTOS, 2010).

Nessa linha de pensamento, pode-se citar a dança, prática que aparece como interesse feminino nas pesquisas destacadas no capítulo precedente e nas próprias experiências do cotidiano, mas que não aparece nas competições que a FME participa, nem para homens e nem para as mulheres<sup>44</sup>. Acredita-se que este não pode ser um fator impeditivo para o desenvolvimento da modalidade. Nesta lógica, outras práticas e dimensões da cultura corporal de movimento ficam prejudicadas como as ginásticas aeróbicas, as caminhadas, e as atividades de lazer.

Além de se entender necessário desenvolver modalidades femininas e masculinas que não abarquem as competições representativas, seria importante pensar na ampliação da promoção de práticas inseridas nas dimensões do lazer, esportivas ou não, cujos sentidos e significados podem ser diversificados e plurais, não modelando-se ao rendimento (BRACHT, 2005), impedindo uma “monocultura” esportiva e implicando consequentemente na contemplação de uma maior diversidade de público e interesses esportivos e de lazer, como também afirma Meily Linhales (2008), e onde pode-se incluir mais enfaticamente as mulheres, aspecto que será abordado também na primeira categoria do segundo eixo.

---

<sup>44</sup> Sabe-se que há festivais e competições de dança, por exemplo, na área da cultura em Florianópolis, mas apesar de haver diversas correntes que discutem sobre em que campo ela pertenceria, aqui tem-se a opinião que ela faz parte da cultura corporal de movimento e que por isso deveria ser contemplada nas políticas da FME.

Por isso entende-se que o modo como a FME tem priorizado o rendimento pouco favorece as relações equitativas entre os gêneros na cultura esportiva, pois valoriza determinadas práticas e interesses historicamente mais afinados com o masculino. O fato das políticas não considerarem o atendimento dos interesses e das condições de diferentes grupos impede o estabelecimento da igualdade, caracterizando novamente as políticas da FME como políticas genéricas.

## 4.2 EFETIVIDADE POLÍTICA

Após discutir algumas das orientações da política esportiva da FME, segue-se para uma reflexão que permeará ainda mais o plano da concretude, ou seja, pode-se pensar até em efeitos destas orientações, partindo tanto da perspectiva dos sujeitos entrevistados sobre o atendimento de homens e mulheres pela FME, como dos dados levantados por meio do estudo dos relatórios de atividades disponibilizados. Em seguida reflete-se sobre a justificativa dos sujeitos para as participações desiguais entre homens e mulheres enquanto beneficiários e beneficiárias dos serviços públicos da FME.

### 4.2.1 Atendimento generificado

Se, por um lado, como foi apresentado, os sujeitos consideraram que a política da Fundação é igualitária, sem levar em conta as diferenças de gênero, por outro, concordam que, de uma maneira geral, há mais homens participando como beneficiários destas políticas.

*A participação dela vem crescendo, mas sempre tem mais homens (Caio).*

*Mas é natural que tenham mais homens, até porque tem mais modalidades masculinas, por exemplo, no tiro só participa homem, remo também (Matias).*

*Mas no esporte eu acho que a participação ainda é maior do homem (Pedro).*

Esta constatação fica mais evidente quando acrescenta-se as informações concretas sobre o número de atendimentos de homens e mulheres em algumas ações da FME, às quais teve-se acesso nos relatórios (FLORIANÓPOLIS, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2009f, 2008) e em contatos diretos com coordenadoras de projetos:

TABELA 02 – Quantidade de atendimentos de homens e mulheres pela FME em 2009.

<b>Atividades</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Projeto Samba Filho da Lua Modalidade: Futsal Idade: 7 à 17 anos	0	200
Projeto Karatê Cidadania Modalidade: Karatê Idade: 7 à 17 anos	195	305
Projeto de Integração pelo Esporte (PIPE) Modalidade: voleibol Idade: 10 à 16 anos	35	30
Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) Modalidade: várias Idade: aberto	80	191
Joguinhos Abertos Modalidade: várias Idade: de 15 a 19 anos	167	184
Olimpíadas Estudantis de Santa Catarina (OLESC) Modalidade: várias Idade: de 14 a 16 anos	48	59
Jogos Paradesportivos de Santa Catarina (PARA JASC) Modalidade: várias Idade: aberto	22	39
Olimpíada Estudantil de Florianópolis (OLESF) Modalidade: várias Idade: 11 à 16 anos	772	1003
Moleque Bom de Bola Modalidade: futebol de campo Idade: 11 à 14 anos	120	400
<b>TOTAL</b>	1.439 – 37,4%	2.411 - 62,6%

A respeito da Tabela construída é preciso ressaltar que ela expressa somente as informações as quais se teve acesso, mostrando as diferenças nas participações de homens e mulheres nos projetos sociais, nas competições de rendimento e representatividade, que já foram analisadas na categoria anterior (item 4.1.2) e nas competições de desporto escolar. A Tabela não representa, portanto a totalidade de atendimentos, por não ter sido possível verificar esta questão, por exemplo, nos eventos, nas escolinhas esportivas de base e nem no JASTI – Jogos Abertos da Terceira Idade, prática comumente associada a um maior número de participantes mulheres.

A Tabela 02 trata-se de uma tentativa de visualizar diferenças no atendimento de homens e mulheres, no entanto, sabe-se que as políticas públicas não se resumem a atividades e que não são apenas elas que podem representar a inclusão/exclusão de homens e mulheres, devendo-se aí incluir, por exemplo, as diretrizes, os equipamentos esportivos e de lazer, os horários dos serviços públicos e o modelo com o qual são implementadas e executadas, portanto, as condições com as quais os serviços são disponibilizados.

Em relação aos eventos, teve-se acesso apenas a um relatório geral (FLORIANÓPOLIS, 2009g), informando o nome e a data de um total de 260 eventos. Verificou-se que em sua maioria caracterizam-se por serem torneios e campeonatos de diversos níveis e abrangência (municipal, estadual, nacional). Neste documento há pouca referência ao naipe (feminino ou masculino) das competições, o que pode significar que ambos tenham sido atendidos, sendo, porém, questionáveis as proporções deste atendimento já que, conforme informações repassadas por um dos entrevistados, no Ironman (campeonato de triathlon de longa distância), por exemplo, participaram cerca de 1600 homens e 100 mulheres naquele ano. Pelas características dos eventos acredita-se que em sua maioria aproximam-se do esporte de rendimento, apesar de que quando realizados em menores níveis de desempenho e abrangência, e se considerada a atividade contemplativa por parte do público, podem se aproximar mais das dimensões do lazer. Por outro lado, mas em menor medida, também há eventos onde o lazer é promovido diretamente, como festas em datas comemorativas, evento de skate, capoeira, entre outros. Conforme relatos de entrevistas quase a totalidade destes eventos não são promoções próprias da FME, são promoções de outras instituições com apoio material, burocrático ou técnico da FME. Sobre as escolinhas esportivas também não se conseguiu acesso ao número de

atendimento de meninos e meninas em função do modo particular como funcionam, na forma de convênio como foi explicitado.

Os Projetos Sociais atendem crianças e jovens entre os 7 e os 17 anos de idade aproximadamente e, assim como as escolinhas esportivas, são realizados por meio de convênios nos quais fica a cargo do Estado o repasse financeiro e por parte da entidade conveniada a implementação e execução do projeto. Entre os três que estavam em desenvolvimento no ano de 2009, o mais antigo é o Karatê Cidadania, que estava em seu 9º ano de funcionamento. Este Projeto promove a aprendizagem da modalidade de karatê no contra turno de diversas escolas de Florianópolis com turmas mistas (meninos e meninas), tendo uma participação significativa de meninas, embora ainda não equitativa em relação aos meninos. A adesão e a incorporação feminina nesta modalidade de luta, tida como masculina e até proibida para as mulheres em dado momento (BRASIL, 1965), pode ser reflexo da sua gradativa inserção no cotidiano dessas meninas e pelo tempo de funcionamento do Projeto. Já o Projeto Samba Filhos da Lua ocorre nos espaços públicos, em uma comunidade menos favorecida economicamente desenvolvendo a prática do futsal e atendendo, desde o seu início, apenas o público masculino. Por meio de um trabalho monográfico realizado concomitantemente a esta dissertação, soube-se que, por reivindicação das meninas, no ano de 2010 foram abertas turmas femininas que totalizam 40 participantes, e cuja aprendizagem da modalidade acontece no período noturno, já que durante o dia o espaço é reservado para os meninos (SILVESTRI, 2010). O Projeto PIPE iniciou no último trimestre de 2009 com um número de meninas um pouco superior ao de meninos, relação que se inverteu com a efetivação do Projeto em 2010, de modo que atualmente são atendidas 69 meninas e 84 meninos. O Projeto é realizado em um Ginásio Municipal no contra turno escolar e é voltado para a população em vulnerabilidade social. Juntamente com a prática esportiva do voleibol, são desenvolvidos cursos profissionalizantes de informática, administração e conhecimentos gerais. Por meio do mesmo estudo citado anteriormente, sabe-se que neste Projeto houve avanços em relação ao gênero com a criação de uma turma mista, as demais permanecendo separadas quanto ao sexo. Apesar de estar se apontando este avanço, observações no PIPE revelam que, na prática, ainda prevalece o distanciamento e a formação de grupos homogêneos de meninos e meninas e o tratamento diferenciado para cada sexo (SILVESTRI, 2010), o que já vem sendo apontado em outros estudos sobre a educação física escolar.

Nos contatos estabelecidos com as coordenadoras dos Projetos para fins de coleta de informações sobre o número de participantes, aproveitou-se para manter uma conversa informal, quando foi evidenciada também a afinidade dos Projetos com a futura profissionalização das crianças. Além de ser destacada a possibilidade de ascensão destas crianças como atletas, ficou evidente a preocupação com a capacitação e preparação para o mercado de trabalho, com a inserção de cursos profissionalizantes como acontece no PIPE.

Pelo modo de organização e execução dos eventos, das escolinhas e dos projetos sociais verifica-se que na relação entre Estado e esporte, na FME, permanece o modelo político neocorporativista onde, como já apontado por Valter Bracht (2005) o papel do Estado aparece como “repassador de recursos” às organizações representativas dos interesses particulares. É a partir deste modelo que a Fundação transfere suas funções para outras instituições que, ao mesmo tempo em que assumem a responsabilidade de executar as políticas, tendem a combiná-las com seus interesses privados. O papel auto-limitado do Estado pode ser verificado quando, ao serem perguntados sobre questões mais específicas destas atividades, os sujeitos limitavam-se a dizer que eram atividades abertas para todas e solicitavam que, para mais informações, fosse consultada a instituição ou organização conveniada ou promotora. Sendo o Estado apenas financiador e as instituições definidoras dos métodos, tendo objetivos externos aos sociais, não é de se estranhar que os grandes eventos cobrem inscrição dos participantes e entrada do público, que as escolinhas e os projetos sociais mantenham como objetivos principais a formação de atletas, mesmo sendo financiadas pelo setor público e que, sob o olhar de gênero, sejam realizadas competições masculinas em maior quantidade e modalidades, e as aulas nos projetos e nas escolinhas permaneçam, em sua maioria, separadas quanto ao sexo.

Mesmo demonstrando não conhecer o trabalho executado por estas entidades de perto, parece que para os sujeitos a questão de gênero não é passível de discussão, por manifestarem em geral que não há desigualdades de gênero; quando as reconhecem tendem a ser naturalizadas como será visto à frente.

A questão que fica é: como transformações que visem uma maior equidade de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer são possíveis se, em muitos momentos, o Estado tem transferido suas funções? Talvez, se o Estado reassumisse, juntamente com a sociedade, a função também de desenvolver suas políticas, em vez de apenas

distribuir recursos para que outros as desenvolvam, seria um primeiro passo na direção da igualdade.

Além do reconhecimento de maior atendimento masculino nas atividades, de um modo geral, os sujeitos também observam diferenças nas preferências de homens e mulheres, confirmando os dados das pesquisas apontadas nas construções teóricas do presente trabalho (SALLES-COSTA et al., 2003; GOELLNER et al., 2009; BIM, 2007). Referem-se à maior participação masculina em eventos esportivos competitivos e em modalidades como remo, futebol, ciclismo, corridas e lutas e maior participação feminina em atividades de cunho mais cooperativo, como as ginásticas, as atividades para terceira idade e de lazer.

Como visto no primeiro eixo de análise, a prioridade da FME são as competições esportivas de rendimento, as quais contemplam em maior medida as atividades que os sujeitos relacionam a maior participação masculina, o que é reforçado pela Tabela 02, acrescentando-se também esta maior participação no desporto escolar, que não deixa de ser competitivo e representativo para o município, apesar de não ser de alto rendimento, e os projetos.

Os sujeitos salientam a presença e o gradativo aumento das mulheres nas competições e em modalidades tidas como masculinas, o que também pode ser visualizado na Tabela 02, sendo exemplificado pelo significativo número de meninas participantes do Campeonato Catarinense Escolar de Futebol - “Moleque Bom de Bola”, promovido pela FESPORTE, na qual a FME organiza a etapa municipal. Porém, ainda destacam a maior participação de mulheres nas demais atividades e nos eventos comunitários, seja participando como beneficiárias, espectadoras ou levando os filhos, conforme apontam os relatos de entrevista:

*Aí nos projetos, no Câmara Cidadã, vi muita participação da mulher mas na seguinte situação, trazendo os filhos para participar das atividades. Então a mulher ela participa levando os filhos. Aí se fizer atividades de desfile, de produtos recicláveis, aí a mulher é mais efetiva. Já em termos de corrida a participação da mulher já é menor. (Pedro)*

*As mulheres são muito mais abertas para esta questão de participar, e tem também aquela coisa de gostar de fazer ginástica, de caminhar. Eu vejo que as mulheres participam bastante, se abrir espaço, ela participa e elas são muito mais participativas nestes eventos de lazer do que de competição, porque eu vejo na competição esta questão mais do conflito, do confronto, nesse grupo... (Lucas).*

No caso das atividades citadas como de maior público feminino as principais ações que a FME promove são o Projeto Brinca Comunidade, a participação nos Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI) e as academias da saúde.

O Projeto Brinca Comunidade é a única atividade de lazer desenvolvida continuamente pela FME, as demais são os eventos esporádicos já comentados. Trata-se de um projeto itinerante, que na forma também de pequenos eventos leva atividades de conteúdo recreativo para crianças nos mais variados espaços da cidade. Devido ao grande número de eventos e de público, não são produzidos relatórios que contenham informações sobre a quantidade de beneficiários e beneficiárias desta atividade, porém, o coordenador do Projeto, que é um dos entrevistados desta pesquisa, relata que há equidade no acesso e nas relações de gênero. Apesar desta atividade ser uma ótima oportunidade de compartilhamento entre os gêneros nas práticas corporais, os entrevistados relatam pouco investimento nesta e em outras atividades deste caráter, além de que, nos últimos anos, o atendimento do Projeto Brinca Comunidade tem sido feito conforme a demanda de solicitações de instituições, impedindo uma maior proximidade com as comunidades como explica o coordenador: *Normalmente se manda algum estagiário, alguns brinquedos mas não é aquilo que a gente queria, que eu gostaria de fazer, que é levar o projeto e fechar o bairro junto com a comunidade, não ta funcionando assim, porque este mês por exemplo, todo dia tem dois ou três lugares, então não tem mais data, está tudo fechado.* Isso significa que o único Projeto de lazer da FME em muitos momentos é desenvolvido como parte de atividades já existente, como as festas de escolas, igrejas e outras entidades, não expressando um espaço, um tempo, uma prática a mais de lazer, nem tampouco um lazer construído, aproximando-se portanto das ofertas de lazer do mercado.

O JASTI é um evento promovido pela FESPORTE na qual pessoas acima de 60 anos competem em modalidades como dança de salão e coreografada, jogos de carta, dominó, bocha, bolão entre outras. Mesmo após muitas investidas de solicitação, não se teve acesso aos relatórios desta atividade, porém, acredita-se que possa haver, conforme relato dos sujeitos, maior participação feminina. No entanto, trata-se de um evento que acontece uma vez ao ano e não há programas ou projetos permanentes que atendam a terceira idade.

As academias da saúde são equipamentos para exercício físico instalados ao ar livre destinados à população adulta e com

monitoramento de professoras/estagiárias de educação física durante alguns períodos do dia. Esta ação representa uma boa iniciativa da FME que favorece a participação de toda a comunidade, especialmente a feminina, tanto devido a localização dentro de 12 bairros, como pela flexibilidade de horários para sua utilização.

O que fica evidente é que as atividades identificadas como de maior participação feminina carecem de maior desenvolvimento, seja em relação à ampliação dos serviços, seja na diversificação destes.

Não apenas as atividades citadas como de maior interesse feminino, mas a maioria das desenvolvidas pela Fundação, com excessão dos projetos sociais e escolinhas, acontecem na forma de evento, inclusive o Projeto Brinca Comunidade, que apesar de ser um projeto é executado na forma de pequenos eventos independentes entre si, e as competições esportivas (JASC, JASTI, OLESF...), prioridade da Fundação, que são realizadas em uma semana cada uma em média. Sendo assim, encontra-se na FME a “cultura dos eventos” criticada por alguns/algumas autoras por não possuir reflexos sociais contínuos e consistentes na comunidade (ZINGONI, 2009; MARCELLINO, 1996) e onde, portanto, pouco pode-se fazer em termos de mudanças de concepções que visem transpor as tradicionais divisões de gênero nas práticas corporais. Por isso, averigou-se a necessidade de ampliação destas atividades quanto à sua frequência, com o desenvolvimento, por exemplo, de programas e projetos permanentes. Questão que também é pertinente para Davi, ao explicar sobre o pouco impacto social e os altos custos da Fundação nas competições:

*É a competição dos Joginhos, do JASC, do próprio PARA-JASC, se gasta um dinheiro muito grande com a manutenção de equipes, com técnicos, na “importação” de atletas. Dinheiro esse que poderia ser aplicado num trabalho social que teria para a cidade um valor maior, durante todo o ano e, que simplesmente uma competição de uma semana como é o PARA-JASC ou Jogos Abertos, onde se banca, se mantém uma equipe o ano todo com preço muito elevado, para disputar uma única competição, que tem o prazo de uma semana, que tem uma repercussão na mídia de 3, 4 dias, e que depois se esquece.*

O que prevalece na FME é, portanto, a oferta de eventos passageiros e que são onerosos tanto para homens quanto para mulheres, porém em maior medida para as mulheres, o que nada contribui para a afirmação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, como afirma Nelson Marcellino (1996) ao criticar a substituição das discussões e planejamento estratégico para a formulação das políticas públicas no

setor pelos famosos Calendários de Eventos ou pacotes de atividades pré-estabelecidas.

A ampliação das atividades consideradas de preferência feminina também se refere às ações que tem o lazer como característica principal, já que se constatou apenas o Brinca Comunidade com esta particularidade e alguns eventos listados no Relatório de Eventos da FME 2009. Claro que a ampliação desta perspectiva ultrapassa a questão de preferências de gênero, ganhando cada vez mais importância como objeto de reivindicação para a qualidade de vida, o que não vem sendo acompanhado pelo poder público, como explica Marcellino (1996) e como relatam os sujeitos entrevistados:

*Na realidade em Florianópolis tem muito lazer, agora não é uma coisa muito da Fundação, a Fundação tem o Projeto Brinca Comunidade, o restante são atividades com as próprias equipes de competição (João).*

*Já o lazer, nós temos muito o que fazer, se a FME faz hoje 10% do que poderia fazer é muito. Nós já tivemos, em anos anteriores, muito mais em contato com a comunidade. Hoje estamos muito afastados da comunidade, precisaria estar muito mais forte na comunidade, estar promovendo eventos na comunidade (Lucas).*

Quando diz que o lazer em Florianópolis não é “uma coisa muito da Fundação”, João pode estar remetendo a políticas de lazer de outros setores públicos, às oportunidades de atividades proporcionadas pela natureza e geografia da cidade, mas acredita-se que se refere principalmente à exploração mercadológica deste segmento nestes espaços. Apesar de o lazer ser um conteúdo intersetorial, com interfaces, por exemplo, com a educação e o turismo, não pode ser apenas transferido a outros setores ou reduzido a incentivos para empreendimentos privados, por ser conteúdo e dimensão indispensável a cultura de movimento.

O desfavorecimento estatal do lazer tem sido apontado em muitos estudos sobre políticas pública na Educação Física/Ciência do Esporte, o que se deve por ser frequentemente considerado um “problema” menor em relação aos demais direitos (MARCELLINO, 1996 e 2001), e também pela sua desvalorização política, por não ter a visibilidade e o reconhecimento proporcionado pelo esporte, particularmente o de rendimento. Por configurar entre os últimos elementos numa hierarquia de necessidades políticas e sociais, Nelson Marcellino (2001) explica que em nossa sociedade, o lazer só é justificado quando atrelado a outros fins, por exemplo, aqueles ligados a

educação e o combate da violência. Estes deveriam ser consequência e não justificativa para as políticas de lazer, já que o prazer e a felicidade deveriam bastar-se para o desenvolvimento desta dimensão.

Inclusive, autores vem apontando que as práticas de lazer<sup>45</sup>, incluindo o esporte, devem se configurar entre as prioridades estatais. Bracht (2005) argumenta que se trata de uma possibilidade de reconstruir e conferir diferentes sentidos às práticas corporais, em vez desta ser apenas consumida e reproduzida aos moldes do rendimento. Para Florismar Thomaz (2005) essa dimensão do lazer favorece a humanização pelo desenvolvimento de laços afetivos, conforme explica:

As atividades lúdicas são ferramentas favoráveis à abertura de espaços para a elaboração de saberes, identificados com o ser e o viver, que favorecem condições para a construção de espaços sociais mais justos e mais solidários, resgatam valores que respeitam as diversidades culturais étnicas, as questões de gênero e as opções sexuais, religiosas e políticas e estimulam a elaboração de regras que fortalecem a convivência e a integração (p. 326).

Não apenas por configurar entre as preferências femininas, mas pelas suas características que se distanciam das exigências de desempenho, que muitas vezes inibem a participação, principalmente das mulheres que tiveram menos oportunidades de movimento, o lazer pode ser uma interessante via de acesso para a cultura esportiva e para relações mais justas entre os sexos nesta cultura.

A diversificação das ações desenvolvidas pela FME, com a inclusão por exemplo, da caminhada orientada e das ginásticas (aeróbica, localizada...), é outro fator que poderia favorecer a uma maior inclusão das mulheres nas políticas esportivas e de lazer, já que representam práticas de maior interesse feminino.

Com esta análise, não se pretende de maneira alguma reforçar os estereótipos sexuais das práticas, defendendo que hajam práticas e serviços públicos femininos ou masculinos. O que se quer mostrar é que se de fato há uma preferência das mulheres por estas atividades, a FME tem atendido menos a estas expectativas, aí se encontra mais um

---

<sup>45</sup> O entendimento de lazer adotado neste trabalho é aquele expresso no início da dissertação (p.14) e que compreende tanto atividades como o ócio, associado aos sentimentos de satisfação de quem o escolhe.

empecilho para a inserção das mulheres na cultura corporal e, conseqüentemente, a menor participação delas também nas instâncias de rendimento esportivo.

Quanto a ginástica, não há nenhuma ação da FME, e no caso da caminhada, foram encontradas duas referências<sup>46</sup> a ela no Relatório de Eventos da FME 2009, mas na forma, portanto, de eventos isolados. Por outro lado, se reconhece que Florianópolis tem espaços públicos que favorecem esta prática, como por exemplo, o caminhódromo da Avenida Beira Mar, do Parque Florestal do Córrego Grande<sup>47</sup> e a recente Praça de Esporte da Costeira do Pirajubaé. Esses equipamentos esportivos, com excessão das Academias da Saúde, são pouco citados pelos sujeitos como pertencentes à política da FME, e quando o são, verifica-se um papel secundário da Fundação na sua construção e manutenção, como fica claro na fala de Caio: “[...] *quando a Secretaria de Obras vai fazer uma obra [referindo-se aos equipamentos esportivos], pedimos para ser consultados, fizemos tipo uma consultoria, acompanhando as obras*”.

Por isso e por questão de delimitação do estudo deu-se preferência para refletir sobre as questões e os equipamentos (Academias da Saúde) que emergiram com maior vigor do campo. Assim, não se estudou as condições físicas e as práticas corporais que todos os equipamentos de esporte e de lazer possibilitam, o que sem dúvida pode trazer ainda mais elementos para se pensar sobre gênero. Mas verificou-se, por exemplo, a necessidade de se ampliar os serviços de atendimento à população nas Academias da Saúde – o que acontece em horários e locais restritos - e em outros espaços públicos, para que se possa superar a tendência de criarem-se espaços sem políticas específicas, destacadamente para o público adulto como, também, foi observado por Cathia Alves (2007). Com objetivo de verificar os significados e as possibilidades de vivências de momentos lúdicos na vida adulta, a autora entrevistou homens e mulheres na cidade de Americana, no estado de São Paulo, e observou a falta de políticas específicas para esta faixa etária nos espaços públicos, já que neste âmbito o que prevalece é apenas a cedência de espaços.

Sabe-se que a ginástica, a caminhada, e as atividades físicas para a terceira idade, são atividades que guardam estreita relação com a preocupação com a saúde e a aparência (SALLES-COSTA et al., 2003), e são estimuladas pelos discursos de verdade estabelecidos pelo

---

<sup>46</sup> As referências á caminhada no Relatório de Eventos da FME em 2009 são: Inauguração da Trilha da Lagoa da Conceição e Caminhada Pró-Conscientização Sócio Ambiental.

<sup>47</sup> O nome oficial é Parque Ecológico Municipal Professor João David Ferreira Lima.

mercado e muitas vezes corroborados pelo Estado. Apesar da manutenção da saúde como medida profilática e o enquadramento à um modelo de beleza contemporâneo estarem impostos para ambos os sexos, incidem especialmente sobre as mulheres sob o reforço dos inúmeros produtos e serviços da indústria cultural, amplamente fetichizados por meios de comunicação de massa (ALBINO; VAZ, 2008). A preocupação com a saúde e a beleza feminina, que sempre estiveram presentes na história das práticas corporais, como mostram os estudos de Goellner (2003 e 2005b), no contexto neoliberal aparecem atualizadas na forma de autoresponsabilização das sujeitas, num modelo biopolítico muito mais eficiente para moldar comportamentos e indivíduos agentes do consumo e da concorrência.

Ao evidenciar-se pouca atenção do Estado para com estas práticas, não se está sugerindo que ele deva reproduzir os interesses construídos pela indústria cultural, ao contrário, entende-se que é possível que o Estado atenda aos interesses lúdicos desportivos dos diferentes grupos sociais igualmente, o que implica igual valorização destes interesses, conferindo-lhes sentidos e conteúdos intrínsecos à eles mesmos, na tentativa de livrar-se das amarras de mercado. Será que a FME não poderia caminhar no sentido da ressignificação dessas práticas?

É inegável a influência da indústria cultural e dos meios de comunicação na produção dos gêneros, mas isso não significa que todos os interesses femininos sejam frutos de tais processos, afinal, as mulheres, assim como todos os indivíduos, não absorvem passivamente o que passa diante de si. Tratando-se, especialmente, do processo de mediação dos meios de comunicação, que envolve a produção e recepção de formas simbólicas, tais como as representações de gênero, John Thompson (1995) explica que as receptoras dão diferentes sentidos às mensagens que recebem de acordo com variáveis temporais, espaciais e de poder, de modo que “o processo de apropriação é um processo ativo e potencialmente crítico, no qual as pessoas estão envolvidas num contínuo esforço para entender, um esforço que procura dar sentido às mensagens que recebem, responder a elas e partilhá-las com os outros” (p.37)<sup>48</sup>.

Sendo assim, ao falar-se de preferências masculinas e femininas quanto às práticas corporais, não se está fazendo generalizações, pois

---

<sup>48</sup> Em vista da importância que os meios de comunicação ganham no contexto contemporâneo, entende-se que os aspectos relacionados às formas mediadas de comunicação rendem trabalhos específicos e, por isso, este trabalho aborda apenas aspectos bastante gerais deste tema.

também há mulheres que apreciam atividades competitivas e modalidades como lutas e futebol, como também há homens que apreciam as atividades corporais de cunho mais cooperativo ou expressivas, mesmo que estas não sejam as configurações predominantemente disseminadas e aceitas socialmente. Por isso, ao mencionar a diversificação das ações compreende-se que é preciso pensar em abrir espaço e dar condições para as mulheres acessarem tanto as atividades consideradas de maior interesse feminino, o que não significa que estas não sejam abertas para os homens, como aquelas consideradas masculinas como o futebol, o ciclismo e o remo. Da mesma forma, observa-se a necessidades da oferta de atividades corporais para ambos juntos, a fim de que as políticas públicas sejam de fato inclusivas. Esta idéia parte da concepção de que homens e mulheres podem ter interesses diversos, não necessariamente diferentes. Isto precisa ser levado em consideração pelas políticas estatais para que homens e mulheres tenham iguais condições de acesso, não apenas àquilo que se tem como interesses de cada grupo, mas àquilo que se tem como interesses humanos sobre os conteúdos da cultura corporal.

Sendo assim, se num primeiro momento destaca-se a necessidade de ampliar a frequência e a diversidade das ações da FME, num segundo momento seria preciso pensar a organização destas, de modo a darem reais condições de acesso e permanência, especialmente para as mulheres, aos serviços de esporte e lazer. Assim, considerando as limitações de tempo das mulheres, em virtude da responsabilização familiar e da dupla jornada de trabalho (SALLES-COSTA et al., 2003; GOELLNER et al., 2009), é preciso refletir se os horários das atividades são adequados e planejados de forma a contemplar esta realidade, como aponta Goellner (2010). As análises sobre estas questões ficam restritas a algumas atividades da Fundação, pois, como foi visto, a maioria das ações segue o modelo dos eventos e campeonatos.

No caso dos projetos sociais, os horários para meninos e meninas compreendem de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 11 horas no período da manhã e das 13 horas e 30 minutos às 18 horas no período da tarde. A excessão é o horário noturno estabelecido para as meninas no Projeto de Futsal Samba Filhos da Lua em 2010.

O trabalho de monitoria realizado por estagiários e professores de educação física nas Academias da Saúde ocorrem entre as 8 horas e 12 horas no período da manhã e entre as 14 horas e 18 horas no período da tarde em dias variados da semana.

Os horários ampliados no período da manhã são positivos se for pensado que, no caso das meninas e donas de casa, a responsabilização em fazer o almoço muitas vezes dificulta-lhes participarem de atividades em horários próximos ao meio dia. Também é positivo que nenhuma das atividades é realizada somente nas sextas-feiras, já que este dia configura-se, para muitas mulheres, como o dia de limpeza da casa. Já pensando no caso das mulheres e homens que trabalham fora de casa, os horários das Academias da Saúde poderiam ser estendidos de forma a atendê-las após o expediente. Certamente, o atendimento às meninas participantes do Projeto de Futsal no período noturno pode ser um fator dificultador do acesso e da manutenção destas na prática, pois, mesmo que localizado em sua comunidade, este período, pode ainda ser um interdito para elas, além de acarretar em preocupações relacionadas a segurança.

Sob o aspecto da segurança e dos locais de realização, a distribuição das Academias da Saúde em diversos bairros da cidade, tornando-as mais próximas das residências, de modo que o tempo com deslocamento não seja muito longo, principalmente à noite, pode ser decisivo, também para a participação daquelas que possuem pouco tempo para as práticas corporais. A descentralização dos locais é pouco considerado no caso dos Projetos, já que apenas o de karatê atende em locais variados, dentro das escolas.

O Projeto Brinca Comunidade acontece em horários bem variados, porém segue mais uma organização logística do que uma elaboração que considere questões de gênero. Neste Projeto e em outros que poderiam ser elaborados, seria interessante pensar também em atividades para adultas, de modo que pais/mães e filhos fossem atendidos nos mesmos horários, evitando que as primeiras não levassem os filhos por não ter serviços que lhes atenda, ou que deixassem de acessar a prática por não terem com quem deixar as filhas.

Especificamente em relação aos meninos/homens, as atividades também podem ser pensadas em virtude de frequentemente desempenharem, além do trabalho formal, os chamados “bicos” para reforçar a renda familiar (GOELLNER, 2010). Neste sentido, poderiam estar sendo pensadas atividades, na forma de projetos, em horários diferenciados e que privilegiassem os finais de semana.

Certamente seria mais profícuo uma mudança no modelo tradicional da participação doméstica, com relações e funções mais equitativas entre homens e mulheres neste ambiente. A conscientização também deveria acontecer no mercado de trabalho, com a igual

valorização do trabalho entre os sexos, já que ainda há situações em que a mulher recebe menos do que o homem pelo mesmo trabalho realizado. Esta mudança traria melhores condições econômicas para as mulheres favorecendo a sua prática esportiva e de lazer por permitir a aquisição de produtos e serviços que as liberam do serviço doméstico (SALLES-COSTA et al, 2003).

Ainda pensando na organização das atividades, acredita-se que a abertura de todas as modalidades para ambos os sexos, e com turmas mistas, contribuiria para desconstruir idéias como, por exemplo, a de que há práticas indicadas para meninos e outras para as meninas, que a prática inversa a esta lógica indicaria, necessariamente, mudanças na orientação sexual de quem as pratica, e que a orientação sexual “normal” seria a heterossexual. Nesse sentido, o papel dos projetos e programas permanentes é fundamental, pois permite uma formação mais consciente, que pode incluir o respeito, a aceitação e a valorização das diferenças de igual forma.

\*\*\*

Pelo que foi exposto nas duas últimas categorias evidencia-se que a FME tem acompanhado as novas instâncias normativas e de gestão governamental neoliberal apresentadas por Foucault (2008a) através da produção de uma *cultura de empresa* (PETERS, 1994) ou *cultura de empreendedorismo* (COSTA, 2009) a partir do esporte:

A disseminação dessa cultura, sempre em estreita conexão com a educação, com as escolas, com projetos sociais e assistenciais, esportivos e de formação técnico- profissional, vem sendo feita de tal modo a ampliar-se progressivamente, como estando associada a virtualmente tudo o que seria *decisivo* e *bom* não só para o sucesso dos indivíduos, em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade (COSTA, 2009, p. 181).

A cultura do empreendedorismo é, segundo esse autor, efeito da governamentalidade neoliberal, baseada na racionalização de mercado, ou seja, na análise e condução racionalizada e estrategicamente

calculada dos comportamentos humanos e das áreas sociais de modo a serem eficientes economicamente (FOUCAULT, 2008a). No campo das políticas de educação os desdobramentos deste modelo são, por exemplo, a competição desenfreada e as avaliações de aprendizagem medidas por índices de produtividade (COSTA, 2009). Estes mesmos aspectos parecem estar constituindo as políticas públicas da FME. A importância e a necessidade do esporte e do lazer como direitos sociais e constituintes da cultura corporal, adquire contornos econômicos ao serem expressos e avaliados por números e cifras exaltando títulos, vitórias, quantificação de atletas e desempenhos em medidas quantitativas. Independentemente da compreensão que se procura fazer, seja de gênero, classe, raça, relações humanas ou elementos culturais, neste modelo de governo as políticas de esporte e lazer apontam para a racionalização de mercado, ou seja, a avaliação do grau de utilidade e da relação custo e benefício, para o indivíduo e para a sociedade.

O caráter de rendimento frequentemente presente na relação entre Estado e os fenômenos do esporte e do lazer, como mostram estudos (CASTELLANI FILHO, 1988; LINHALES, 1996), tem sua aplicação atualizada, neste novo paradigma de governo, pela terceirização das escolas esportivas de base, pelo incentivo aos grandes eventos, o pagamento de bolsas e contratação de atletas de outros municípios para representação em competições. No entanto, a cultura do empreendedorismo se expressa, também, para além do que é tido como esporte de rendimento na FME, como na profissionalização das integrantes dos projetos sociais e na realização de eventos efêmeros de lazer.

Estas ações são os meios pelos quais as pessoas são levadas a construir seu capital humano, que na FME caracteriza-se mais como um “capital esportivo”, mas que igualmente orienta para a formação do “homo economicos”, indivíduo moldado para a concorrência da sociedade empresarial e que “vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio”, que é “eminente governável”, porém por meio das políticas de esporte (FOUCAULT, p. 369, 2008a).

Aqui cabe refletir que, assim como as políticas de educação (COSTA, 2009), as políticas de esporte, incluindo as privadas, passaram a adequar as pessoas à sociedade empresarial e de concorrência. Pode-se dizer que o Estado, por meio da FME trabalha estimulando para que as sujeitas sejam “empresárias de si” ao adquirirem um capital esportivo útil em níveis econômicos, tanto para seu próprio benefício enquanto atletas

(ou profissionais de outras áreas, como no caso do investimento em outros cursos nos projetos sociais) como para o desenvolvimento econômico do Estado e da sociedade como um todo.

Esta política não apenas estimulará que a conduta das sujeitas esteja adequada à sociedade empresarial, mas significará, também, a legitimação do Estado, pois, como se mostrou na segunda categoria do primeiro eixo, a mesma análise baseada em princípios econômicos que recai sobre as condutas dos indivíduos, recai também sobre a ação estatal. O problema avistado não está quando as políticas esportivas agregam este tipo de análise, o problema é quando esta passa a fundamentar todas as ações, sendo renegado o esporte e o lazer como direitos, cultura e fruição humana, por isso questiona-se, na contramão desta política, se o Estado não poderia assumir *“uma postura que reivindica a possibilidade de julgar sobre a relevância humana de determinadas práticas culturais e buscar agir pedagogicamente de acordo com tal avaliação”*, como propõe Valter Bracht (2005, p. 94).

Tamanha é a importância dada pela política da FME para a aquisição do “capital esportivo”, perspectivado sob a dimensão do rendimento, que outras dimensões das práticas corporais que inicialmente justificavam a intervenção estatal no esporte, como a saúde (BRACHT, 2005), aparecerem atualmente enfraquecidas no setor. Porém, esta dimensão aparece sendo desenvolvida, ora até mais enfaticamente em outros setores estatais do município. Por exemplo: a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social atendem 15 comunidades promovendo aulas de ginástica para idosas, por meio do Programa Viver Ativo, e a Secretaria Municipal de Educação desenvolve o Programa de Saúde e Bem-Estar do Servidor, com atividades corporais diversas para funcionárias do setor, além do Programa Saúde do Escolar que dentre outras ações executa avaliações nutricionais e física nas estudantes das escolas municipais.

Assim, entende-se que o objetivo do governo da população por meio das políticas de esporte e lazer da FME concentra-se na produção do “capital esportivo”, entendido como o conjunto de elementos esportivizados adquiridos pelos indivíduos (habilidade, técnica..sob os códigos do esporte de rendimento), por meio do exercício biopolítico (estímulo/condução) com a dupla finalidade de formar a sujeita empreendedora ao mesmo tempo que fortalece o poder político estatal. Outros setores, também por via das práticas corporais, adequam suas políticas à aquisição de outras competências para a produção do capital humano exigidas pelo mercado neoliberal que são: produção de corpos

saudáveis, belos, intelectualmente produtivos... expressão da força da análise baseada na racionalidade de mercado, aplicada à todos os aspectos da vida contemporânea e corroborada pelo Estado.

As estratégias de intervenção deste novo papel biopolítico das políticas públicas de esporte e lazer são, destacadamente, o estabelecimento do esporte de rendimento como prioridade e o modelo de organização neocorporativista, ou seja, são os números, as classificações, os rendimentos que estabelecem as “verdades” sobre a FME e a legitimam. Porém, neste trabalho, mais importante que entender o uso que é feito destes “indicadores”, é entender como os discursos e uma organização política baseada neles produzem realidades e indivíduos que, no que se refere à participação equitativa de gênero na FME, implica: na falta de desenvolvimento de determinadas modalidades (futebol, ciclismo, remo feminino) por não pertencerem às competições representativas, no desfavorecimento de práticas tidas como de maior interesse feminino e, principalmente, na desconsideração das influências das diferenças culturais de gênero para o acesso e permanência nas práticas.

Conforme a análise *foucaultiana* sobre a governamentalidade neoliberal, que tem na sociedade empresarial e concorrencial suas instâncias normativas, é conseqüente, apesar de inaceitável, que questões como a igualdade de oportunidade, sejam de qualquer ordem, sofram um recuo, pois como explica Peters (1994), esta forma de gestão não pretende diminuir desequilíbrios ou desigualdades já que, “diferentemente da alternativa social-democrática, ela não adota a linguagem da igualdade de oportunidades ou do multiculturalismo” (p.222).

#### **4.2.2 Naturalização e Cultura**

Tanto os números, como a análise realizada são reveladores de uma realidade na qual existem desigualdades de gênero, mesmo que de formas sutis. No entanto, as perspectivas dos sujeitos trazem contribuições ainda mais significativas para entender estas desigualdades, quando as justificam ora apontando certa naturalização das representações, papéis sexuais e estereótipos sobre práticas corporais, ora apontando fatores culturais.

Sinalizando para primeira perspectiva, os sujeitos justificam as diferenças na participação de homens e mulheres nas atividades da FME da seguinte forma:

*Mas é natural que tenham mais homens, até porque tem mais modalidades masculinas, por exemplo, no tiro só participa homem, remo também. Claro que tem o campeonato estadual de remo feminino, tiro também, mas é uma modalidade cara, só quem vai fazer isso geralmente é só depois dos 40 anos de idade e a mulher geralmente não participa, não sei por que, não tem tradição.[...]Acho que homens têm mais disposição. Ele tem mais energia eu acho. Mas não é nada de machismo, mas tem esse lado aí, uma predisposição para determinadas situações (Matias).*

*Tem mais opções para meninas do que para meninos, talvez isso possa ser uma coisa que possa interferir nisso [maioria de homens nas atividades da FME]. O número de atividades que existe para meninas, faz com que elas acabam indo para outras ações né, outras atividades, dança, coral.... (Pedro).*

*Existe um pouco sim, mas talvez exista, acredito eu, pela própria cultura da mulher, de ela participar menos, de procurar menos, mas não por problemas nossos, nem do educador, nem da FME. Isso é bem aberto, sempre foi, nunca vi nada que pudesse discriminar (Raul).*

*A participação dela vem crescendo, mas sempre tem mais homens. Tem evento que ela tem mais identificação, no vôlei elas vão para ver os jogadores bonitões, famosos (Caio).*

Pelo uso de termos como “predisposição” e “identificação” e, também, pela forma como foram indicados comportamentos de cada sexo e até quando era falado em “cultura da mulher”, as entrevistas parecem indicar a defesa de certa “naturalização” das práticas e das formas de ser homem e ser mulher. Nisso, fica evidente que as concepções aprendidas e interiorizadas por meio de processos sociais e instituições, seja escola, família, Estado, meios de comunicação, acabam tornando-se “naturais”, como se a sexualidade biológica determinasse os comportamentos e as preferências humanas. A justificativa pautada na “naturalidade” colada a cada gênero é fruto do pensamento dicotômico binário (BOURDIEU, 1999), no qual masculino e feminino são pensados como únicos, fixos, opostos e hierarquizados, pensamento que, também, perpassa nos modos de vivenciar as práticas corporais. Isso caracteriza uma “divisão arbitrária”, que acaba adquirindo reconhecimento e legitimação. Legitimação que, segundo Goellner (2007), perde força quando é entendida associada a mecanismos de poder:

O poder, por exemplo, de indicar as modalidades que homens e mulheres podem/devem praticar, de classificar níveis de performance possíveis de serem desenvolvidos, de inferir as habilidades e capacidades físicas de cada um, de nomear aquelas/aqueles que correspondem a essas expectativas ou, ao contrário, quem delas escapa” (GOELLNER, 2007, p. 188).

A naturalização, que aparece como justificativa para explicar as desigualdades concernentes aos gêneros nas práticas corporais, é reforçada quando sujeitos relacionam algumas modalidades com a identidade sexual das praticantes.

*Eu não sei, acho que ainda está muito no inconsciente coletivo que mulher que joga futebol é homem...[...] Só que, se eu trabalhar com pessoas que, dentro de um grupo eu tenha pessoas voltadas para este lado, eu que trabalho com crianças e adolescentes, certamente eles vão dar em cima destas meninas, então estas meninas vão se tornar mais uma pessoa do lado, do caso, do homossexualismo[...]. Então o futebol feminino é o que me preocupa (João).*

*A participação é basicamente igual, mas eu acho que tem esporte para homens e esporte para mulheres, porque pela própria constituição física dos dois [...] Cada macaco no seu galho, homem é homem, mulher é mulher, um complementa o outro, tanto o homem precisa da mulher, como a mulher precisa do homem. Só que tem essa diferença natural, ou cultural. Imagina um homem lançando fitinha, maçã...(risos). Como esporte é educação não podemos misturar, eu acho que cada um é cada um. Nada contra homossexual, mas dentro de 4 paredes, não tem esse negócio de se expor (Matias).*

Os relatos confirmam que as representações esportivas, definidas por padrões de feminilidade e masculinidade, continuam presentes para os sujeitos e constituem-se definidoras de ações políticas. Sobre esta preocupação com a homossexualidade feminina e masculina, que pode constituir-se no cerne da falta de incentivos e competições destas modalidades, Louro (1997) explica que ela está especialmente imersa na Educação Física e, pode-se acrescentar, nas práticas corporais como um todo, já que a área está voltada ao domínio do corpo e à atribuição de grande parcela no papel da construção das masculinidades e feminilidades. Amparada em alguns estudos, a autora mostra que, no caso dos homens, esta construção se dá pela quase obrigação de

praticarem e de terem bom desempenho nos esportes – especialmente no futebol, na nossa realidade – como algo “natural” e símbolo da masculinidade, enquanto que, para as meninas/mulheres esta construção se dá, por exemplo, na vivência do menor contato físico, na contenção da agressividade, na proteção dos corpos e na limitação do uso dos espaços - aspectos que condiziriam com um ideal heterossexual – nas práticas corporais. Aqui as dicotomias naturalizadas também são a base para estabelecer o normal heterossexual, tanto para homens como para mulheres, e o homossexual patológico.

Em relação ao futebol feminino, processos históricos como as proibições do Estado, por meio de decretos e deliberações, colaboraram para esta situação, impedindo inclusive que políticas privadas incluíssem as mulheres na modalidade, o que não impediu totalmente que estas conseguissem de alguma forma praticar o esporte (GOELLNER, 2005b).

Apesar da revogação dos impedimentos estatais e das conquistas do futebol feminino a nível internacional, vê-se que os preconceitos em relação ao esporte não foram totalmente quebrados, como também mostra o estudo de Marinez Hillebrand (2007). Em entrevista com 43 mulheres adultas participantes de um programa esportivo universitário a autora constatou que as dificuldades atribuídas à esta prática eram justamente a falta de apoio familiar, decorrente do preconceito em relação à masculinização atribuída ao esporte, o que se manifestava em menos patrocínios e a ausência de apoios financeiros e de campeonatos.

As cobranças por um modelo corporal compatível com os padrões de feminilidade é um tema que sempre esteve presente no esporte para as mulheres, mas que tem ganhado destaque atualmente com a supervalorização e exposição dos corpos femininos, especialmente pela mídia. Juntas, estas questões constituem um verdadeiro dilema, como explicam Devide e Votre, (2005), pois ao mesmo tempo em que as atletas precisam desenvolver a melhor performance esportiva, acarretando nas mudanças corporais vistas como masculinas, precisam manter a aparência feminina como condição para conseguir patrocínios e outras vantagens profissionais.

O poder público não pode ser complacente com esta situação que é fruto de um modo de pensar ocidental e patriarcal refletido nas práticas corporais: “se admitirmos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens

e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e seus desejos” (LOURO, 1997, p. 82).

As justificativas para as desigualdades de gênero no esporte e nas ações da FME pautadas numa “natureza” imersa num sistema de oposição associado à mecanismos de poder reafirmam a necessidade de desnaturalizar os discursos e as práticas que acarretam estas marcações. Conforme Louro, (1997) uma das principais conseqüências desta desconstrução é a “possibilidade que se abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente” (p. 34), assim como, a pluralidade das identidades e interesses, inclusive os de caráter esportivo. Isso significa reconhecer que o futebol, por exemplo, mesmo sendo uma preferência masculina, também figura entre as preferências de algumas mulheres, seja para a finalidade do rendimento ou para o lazer; o mesmo pode-se dizer das modalidades tidas como femininas. É nestes múltiplos interesses que a política deve se pautar, ou seja, na “desgenerificação” das práticas, em vez de reforçar as representações existentes.

Por outro lado, é positivo que tenha sido reconhecido, por alguns sujeitos, a influência dos processos educacionais diferenciados para meninos e meninas e até a divisão sexual do trabalho no acesso e a participação desigual.

*[...] Eu atribuo isso[maior participação de homens no esporte na FME] a todo início do processo, quando tem as escolinhas, a família leva o filho né, porque a menina tem que estudar, tem que ajudar a mãe nos afazeres domésticos, já os meninos podem jogar futebol, lutas, mas as meninas também podem, mas as famílias não incentivam..... Tem dois fatores aí, um é da família incentivar o menino a fazer esportes e o outro é o número de atividades, opções, para as meninas (Pedro).*

*Eu acho que é ainda um pouco devido a cultura machista, talvez os pais tenham medo, porque criança teria que começar em escolinha, esporte de base. Então muitos pais têm medo e tiram porque não querem que a filha namore. Então a mulher sempre é mais protegida nesta área, os pais sempre têm mais medo em relação a mulher do que do homem. Homem eles acham que tudo bem, que pode soltar e fazer o que quiser, a mulher já é vista de outra maneira (Raul).*

*[Sobre o aumento da participação feminina nas práticas corporais] Eu vejo esta questão assim, de sair daquela rotina de casa, dos filhos. Acaba que o pai e a mãe são responsáveis para cuidar dos filhos, mas acaba ficando muito nas costas da mãe. Por mais que ela acaba trabalhando como o homem, não tem diferenciação, às vezes*

*sustenta a casa, mas é aquela coisa que o homem acaba tendo mais facilidade de sair de casa para jogar uma bola e as mulheres às vezes... [...] Mas deve ter uma série de motivos sociais, culturais, familiares, tem mulheres que foram criadas pelos pais de uma forma, ah mulher faz isso e homem vai para a rua ficar correndo atrás de bola e mulher fica em casa cuidando da casa. Hoje ela se descobre olhando para netas, filhas e pensam: ah minhas filhas fazem tudo isso. E as próprias filhas dizem para as mães fazerem, para participarem. É uma questão de liberdade, de mudar um pouco a vida porque esporte tem toda aquela função de desestressar, toda aquela questão hormonal..Então, isso tudo é um prazer diferente que ela ta experimentando agora e não quer ficar de fora (Lucas).*

De fato, o comportamento sexual retraído feminino e a manutenção do seu papel social ligado ao universo da família estão no cerne de muitos discursos sociais, nos quais o esporte tem sido visto como um desestabilizador, como observado por Joyce Gelb e Marian Palley (apud STROMQUIST, 1996). As autoras descobriram que a iniciativa relativa à igualdade de gênero de menor sucesso nos Estados Unidos era relativa ao acesso de meninas ao esporte, devido ao receio que este poderia resultar em políticas de mudanças do papel feminino de esposa, mãe e dona de casa, ou ainda favorecendo uma maior liberdade sexual e sua independência em contextos variados.

O reconhecimento destes aspectos é importante, saber que eles existem e que são construções culturais é um primeiro passo para se compreender que mudanças são possíveis. No entanto é preciso considerá-los no momento da formulação e efetivação das políticas públicas o que, como se viu no primeiro eixo de análise, não acontece, acarretando nas políticas genéricas e num atendimento genericado, baseado numa perspectiva naturalizada dos gêneros.

Embora alguns sujeitos possam reconhecer algumas questões culturais, o que fica mais evidente na grande maioria das falas dos sujeitos é a centralidade nos estereótipos e no que se pode chamar de naturalização dos aspectos culturais para justificar as desigualdades de gênero. Esta naturalização encobre as desigualdades construídas historicamente, além de supor, mesmo que de forma velada, certa culpabilização da mulher, ou seja, ela não participa por causa de si própria, elemento que se verá marcado também no tópico a seguir quando os sujeitos relacionam a menor quantidade de mulheres como gestoras à características como iniciativa e competência, tidas como intrínsecas no homem. Entende-se que a lógica da naturalização dos

aspectos culturais, presente na fala dos sujeitos, como suas compreensões sobre a naturalização destes aspectos na sociedade, acaba, de certo modo, por desresponsabilizar as instituições, fazendo com que assumam uma posição supostamente neutra.

É neste sentido que o conceito de gênero tem contribuído, pois ao conjecturar que de fato não há uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, permite que as desigualdades sejam reduzidas em diversos espaços, inclusive nas políticas públicas de áreas como educação e saúde (FARAH, 2003), podendo, assim, ser pensado também no âmbito das políticas públicas de esporte e do lazer.

Para isso, é fundamental reconhecer-se que muitas diferenças no que se refere a incentivos e interesses femininos na área provêm de processos culturais como informaram dois sujeitos. Porém, a igualdade só se concretizará se este entendimento for levado em conta no momento da elaboração e implementação das políticas.

#### 4.3 HORIZONTES POLÍTICOS

Este terceiro eixo analítico é também um encaminhamento para se refletir sobre a questão que alimenta e desafia este e futuros estudos: relações mais equitativas e democráticas entre homens e mulheres seriam possíveis no terreno das políticas públicas de esporte e lazer?

##### 4.3.1 Frágeis perspectivas/potenciais alternativas

Apesar deste trabalho centrar-se mais numa descrição analítica da realidade das políticas públicas de esporte e lazer da FME através dos “olhos de gênero”, cabe refletir e compartilhar de contribuições de outras áreas que já se debruçaram e produziram análises e encaminhamentos de propostas que visem a igualdade de gênero nas políticas das suas respectivas áreas. Como explica Laura Pautassi (2007), considerar a igualdade de oportunidades é um importante avanço em planos nacionais de igualdade, mas há necessidade de mecanismos efetivos que contribuam para sua concretização. Destaca-se que para estas reflexões também se partiu do campo empírico e articula-se com ele.

Retomando a perspectiva *Foucaultiana* pela qual o Estado não age por si só, mas por um correlato de forças, entende-se que, por mais

crítica que seja qualquer postura frente a política pública de esporte e lazer, há limitações de diversas ordens para que se estabeleça uma política como se almeja. No entanto, mesmo que os gestores e técnicos estejam pressionados a agir de acordo com fatores externos, seja o mercado ou interesses partidários e organizacionais, eles são intervenientes e podem propor mudanças que possibilitem a difusão de um tipo de cultura esportiva e de lazer que seja efetivamente democrática. Por isso, considerou-se importante ouvir quais os anseios que eles têm para o presente e o futuro no que se refere à temática abordada.

Os elementos apresentados ao longo deste trabalho, incluindo-se a orientação da FME para políticas genéricas e a maioria das justificativas sobre as desigualdades pautarem-se numa suposta natureza do ser, já anunciaram que a maioria dos sujeitos não acredita ser necessário mudanças no que se refere às relações de gênero na FME e em suas políticas:

*Eu acho que o problema não é da Fundação, o problema ta na mulher mesmo. Talvez se a FME tivesse mais equipamentos, mais estruturas, poderia ter mais treinos (Matias).*

*É aberto para todos, às vezes os ingressos para elas é até mais barato (Caio).*

*Em função disso [relações de gênero] eu acho que não porque estão sendo contemplados tanto homens quanto mulheres, não há disparidades (João).*

*O que eu vejo é que há uma grande participação da mulher, tem modalidades que a gente tem que dar uma melhorada. Tênis de mesa, por exemplo, nós temos o adulto, mas na OLESC e nos Joguinhos a participação das meninas não é muito boa. Mas isso é uma questão da modalidade. Então estamos organizando melhor esta modalidade, no masculino e feminino (João).*

*A mudança que eu gostaria que a Fundação fizesse independe da questão homem e mulher. A mudança que eu gostaria de ver a Fundação fazendo é atender homens e mulheres nas comunidades. Indo para a comunidade. Visualizar homens e mulheres sob o ponto de vista lúdico e depois competitivo (Davi).*

Mesmo Davi entendendo que não se trata de uma questão de gênero, acredita-se que a mudança que ele propõe poderia contribuir para minimizar as desigualdades, incluindo-se a de gênero. Além dos aspectos discutidos no primeiro e segundo eixo, o lazer, no amplo âmbito das suas atividades, incluindo-se o esporte, é uma prática que

permite uma maior democratização do acesso à cultura corporal de movimento: por possuir características como não exigir altos níveis de desempenho, poder acontecer em horários e locais mais flexíveis e acessíveis, pelo maior envolvimento e conseqüente capacidade de motivar a comunidade, além do próprio fator expresso por alguns sujeitos, que há mais interesse das mulheres em atividades deste caráter. É preciso deixar claro que mesmo que esses interesses sejam frutos de construções culturais, são expressões de interesses reais e por isso devem ser igualmente atendidos.

Outras falas positivas foram constatadas, como a exemplo de João, que apesar de expressar que não nota necessidade de mudanças na FME, no que se refere ao gênero, em outro momento explica: *Então é necessário que se crie escolinhas e é isso que a gente tá procurando fazer lá no Avaí, de modo que tenha o ciclismo feminino* (João). Também Pedro, mesmo não reconhecendo necessidades de mudanças nas políticas, expressa uma idéia para motivar a participação e atendimento das mulheres por meio da mídia: *O que pode haver quanto a isso, o que nós podemos fazer é termos que motivar, criar alguma coisa na televisão: ah, meninas, vamos praticar esportes!* (Pedro).

A abertura de escolinhas esportivas, proposta por João, é, sem dúvida, um passo fundamental, pois o acesso só é possível se há um serviço disponível, claro que este serviço também deve ser pensado nas diversas dimensões esportivas. Em relação a proposta de Pedro, apesar de estudos terem apontado que a mídia tem privilegiado aspectos relacionados ao corpo e à sexualidade das atletas, preservando estigmas e estereótipos (SOUZA; KNIJNIK, 2007), o uso deste canal também pode ser uma alternativa positiva, se outras imagens de atletas passarem a ser veiculadas, principalmente se ligadas à desconstrução destes estereótipos. Considerando o alcance e a influência desta estratégia, ela pode repercutir na mudança de concepções sociais sobre as representações de gênero, traduzindo-se, no universo das práticas corporais, tanto na valorização dos esportes femininos de alto rendimento, no que se refere a patrocínios e premiações, como no incentivo à participação de crianças e jovens (meninos e meninas) nos mais diversos esportes.

Quanto à dificuldade dos sujeitos em visualizarem desigualdades e por isso demonstrarem resistência à mudanças, Nelly Stromquist (1996) ajuda a pensar nesta questão ao explicar que o Estado tem relatado para se engajar em ações transformadoras como a inclusão das questões de gênero, pois elas “ameaçam tanto o *status quo* quanto

sua própria hegemonia” (p.29), e mudanças neste padrão de comportamento só serão possíveis se encontrarem pressões suficientes.

As pressões sob as formas de dominação, seja por parte de instituições ou de ideologias, remetem a idéia de que o poder só existe onde há possibilidade de resistência (FOUCAULT, 1988). É justamente esta possibilidade que confere o caráter relacional do exercício das relações de poder, de forma que, “não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (MACHADO, 1992, p. XIV). Esta visão *foucaultiana* sobre o poder serve para mostrar que o Estado, o Mercado ou outras grandes instituições têm um poder relativo, posto que a sociedade exposta a estas forças é, antes de tudo, formada por sujeitas capazes de fazer escolhas e de estabelecer estratégias de resistências.

A mobilização de movimentos sociais, os abaixo assinados contra ou a favor de projetos de lei são exemplo de estratégias organizadas fruto de resistências à processos de dominação e orientação biopolítica estatal. Neste sentido, estudos focados nas políticas sociais e, portanto também nas políticas de esporte e lazer têm destacado a intersetorialidade, a descentralização do poder decisório e dos interesses de determinados grupos, como princípios e proposições que visem uma maior democratização na decisão e nos acessos aos bens públicos. São direcionamentos que permitem uma redefinição das relações estatais com a sociedade, ao passo que criam novas instâncias de poderes e, portanto, de resistências.

Acompanhando estas perspectivas, os estudos sobre políticas públicas e igualdade de gênero apontam que, para que se modifique a situação da desigualdade, é fundamental o acesso de mulheres aos processos de decisão política (ABRAMO, 2004; STROMQUIST, 1996; FARAH, 2003; AVELAR, 1996), tanto com a abertura de canais de participação para a sociedade civil, como pelo acesso de mulheres a cargos de comandos e diretivos. Sendo estas instâncias espaços de tomada de decisão e de formulações de políticas públicas, Lúcia Avelar (1996) dá a dimensão da importância da representação feminina, pois:

Conforme as especificidades do desenvolvimento histórico, o Estado opera tendo os interesses dos grupos masculinos dominantes. Se é das estruturas do Estado que emanam as regras de opressão conforme o gênero, é também daí que as políticas específicas voltada as mulheres podem ou não ter lugar, conforme o

sucesso que possa vir a ter a luta feminista (AVELAR, p. 87, 1996).

Sobre a participação popular, constatou-se no primeiro eixo que, apesar deste princípio ser recorrente na legislação da FME, e da criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, estes processos não estão sendo desenvolvidos. Quanto à temática da equidade de gênero no acesso a cargos diretivos, a informação de que até o momento apenas uma mulher havia acessado um cargo diretivo/técnico na FME provocou questionamentos e curiosidades por parte desta pesquisadora e causou surpresa nos próprios sujeitos:

*E na Fundação, este dado que tu me passou [sobre cargos femininos] é um dado que eu nunca tinha pensado (João).*

*Mas é uma pergunta boa, nunca tinha pensado nisso (Matias).*

As reações dos sujeitos mostram como uma temática que circunda o espaço e as relações do cotidiano nem sempre são refletidas, causando surpresa e até um “dar-se conta” a respeito das relações de gênero.

As justificativas, dadas pelos sujeitos, para as desigualdades neste aspecto também remeteram à naturalização de comportamentos e modos de ser de homem e mulher, além de se perceber uma ênfase dada para uma certa responsabilização das próprias mulheres pela falta de acesso delas à política:

*[...] eu acho que é da iniciativa da mulher.... Acho que ela tem que se meter na política, se não tiver na política não tem indicação (Matias).*

*Para mim é competência, entendeu? Mas só para tu entender como realmente funciona: política. Eu estou na Fundação, com um cargo comissionado, poucas são as mulheres que estão em cargos comissionados, ou melhor, que esteja na política e no esporte e que esteja lá brigando pelo esporte. Tu não tem. Então, para tu pegar estes cargos tu tem que estar na política e tem que realmente lutar pelas coisas.... Mas eu vejo que assim ó, tudo é competência, quem gosta, quem desenvolve e quer fazer ... (João).*

*Vejo por competência, sexo não. Mulheres são até mais organizadas, se tu vê quantas coisas erradas, desvios de dinheiro.. já foram feitas por homens...Mulheres são até mais sérias, mais competentes. Então porque não estão nos cargos? Acho que é a mesma situação do treinador. A quantidade que sai para o mercado querendo ser dirigente é menor de mulheres. Nos eventos, nos cursos de gestão, tu*

*vê bem mais homens sempre. Acho que elas procuram áreas que tem mais identificação com elas. [...] Acho que a mulher tem que se preparar, estudar, ter experiência, porque o mercado é aberto para todos. Como mulher tem aquela coisa de organizar a casa, ela tem este tino, ela pode ter sucesso neste caso [de ser dirigente, técnica] (Caio).*

O reconhecimento de que o pouco acesso das mulheres a cargos diretivos provem do frágil envolvimento delas na política é importante, porém, é necessário também entender que este distanciamento feminino é fruto de uma cultura patriarcal que não associa as mulheres aos espaços públicos e que gera dificuldades que envolvem “fatores de ordem motivacional, padrões diferenciais de socialização política, regras institucionais e as estruturas do estado que, por seu lado, normatizam os “códigos culturais de representação”, excluindo aqueles peculiares à representação das mulheres” (AVELAR, 1996, p. 19). O reconhecimento da política como um espaço tido como masculino por excelência, é bem representado na fala de Davi:

*Por que não tem mulher? Porque eu vejo que a participação da mulher também no contexto político é muito pequena. Então se ela não tem uma participação política intensa, ela automaticamente deixa de ocupar estes cargos de Secretaria, e isso não é só na Fundação,..... Poxa vida! A mulher sempre foi deixada fora do processo político. Ela só começa a participar do processo eleitoral a partir do governo de Vargas. Até então o voto e a participação política, eram uma atitude essencialmente masculina (Davi).*

Apesar das eleições de 2010 representarem um grande avanço para uma maior visibilidade e presença de mulheres nos espaços de poder e decisão, com a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, no sistema governamental como um todo a representação feminina ainda é pequena<sup>49</sup>, e quando considerado o campo esportivo, outro espaço considerado hegemonicamente masculino, a situação do cenário nacional, assim como na FME, tende a ser ainda mais delicada. O estudo de Euza Gomes (2006) demonstrou que a participação das mulheres na liderança dos principais órgãos da gestão esportiva brasileira representa 7,7% dos cargos previstos, são 63 dos 813 mapeados. Apesar da hierarquia e do poder baseado no sexo ser um dos entraves na gestão, a

---

<sup>49</sup> Conforme estudo da ONU intitulado “As Mulheres do Mundo 2010”, se o Brasil fosse avaliado apenas pela participação política das mulheres, ficaria em 112º do “Índice Global da Igualdade de Gênero”, entre 134 países. As informações foram disponibilizadas pelo site da Campanha Mais Mulheres no Poder da Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal: [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br) em 26 de outubro de 2010.

autora salienta que as gestoras são profissionais experientes, autônomas e conhecedoras de toda a burocracia do trabalho, demonstrando estarem prontas para liderar o esporte no país.

Como medida para diminuir as desigualdades de gênero nas posições de tomada de decisão no esporte, o Comitê Olímpico Internacional estabeleceu a meta de chegar a cota de 20% de mulheres em cargos de gestão do esporte até o ano de 2005, o que não foi alcançado pelo Brasil que somou apenas 10,9%, contando-se o Ministério dos Esportes e o Comitê Olímpico Brasileiro (OLIVEIRA; VOTRE, 2007). No estudo realizado pelas autoras com seis ex-atletas e atuais gestoras, a importância do acesso de mulheres aos cargos de gestão esportiva foi apontado também como uma forma de equacionar os investimentos e a visibilidade esportiva para homens e mulheres.

O sistema de cotas é um dos meios para transpor as barreiras e aumentar a oportunidade de acesso das mulheres aos altos cargos, o que pode aumentar a representação feminina em posições de destaque em instituições públicas. No Brasil, a partir de 1997<sup>50</sup> foram instituídas as cotas eleitorais de forma que cada partido deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. No entanto, além de não estarem sendo adequadamente cumpridas, devido a falta de mecanismos de punição - apenas 17% dos partidos garantiram o percentual mínimo de candidaturas femininas nas eleições de 2010 -, as cotas não têm sido vistas como suficiente para reverter o quadro de desigualdade entre os sexos. Por isso, as medidas de democratização e de incentivo para ascensão de mulheres nos altos cargos de comando precisam vir acompanhadas de uma conscientização e formação das atoras envolvidas. Especificamente para as mulheres, tem se apontado que outras medidas também são importantes, como o seu encorajamento, recrutamento, treinamento e formação política, o desenvolvimento de lideranças, a equidade na distribuição de recursos financeiros nas campanhas e a formação de grupos femininos com força de pressão (AVELAR, 1996).

Ao entender que os sistemas de cotas, como integrantes de políticas afirmativas, têm como finalidade reverter o quadro de desigualdades e nesse sentido, “reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem” (GROSSI; MIGUEL, 2001), é possível cogitá-los para além da equidade da representação feminina a cargos diretivos, mas também no amplo

---

<sup>50</sup> Art. 10, § 3º, da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, Brasil, 1997.

âmbito das ações políticas de esporte e de lazer. Nesta linha de pensamento vislumbra-se, por exemplo, a abertura de número igual de vagas para meninos e meninas nos projetos sociais e nas escolinhas de base, a divisão equitativa de recursos financeiros para as equipes de rendimento femininas e masculinas, e ainda o uso de mecanismos como o de condicionar a participação de equipes masculinas à participação de equipes femininas no desporto escolar. Contudo, volta-se a salientar que somente a garantia do acesso não é suficiente para a igualdade nas práticas corporais, devendo-se aí incluir iguais condições de permanência e valorização.

Há de se considerar, também, que a ascensão de mulheres nestes cargos não significa que os interesses deste grupo sejam atendidos, já que estas podem estar mais identificadas com valores patriarcais e outros tipos de interesses. Sendo assim, considera-se fundamental a promoção da consciência política da mulher por meio de uma *“educação política que introjete valores relativos aos direitos e deveres cívicos, tornando-a cônica de sua capacidade e direito à participação”* (AVELAR, 1996, p. 8).

De qualquer forma, concorda-se que enquanto as mulheres não tiverem oportunidade de acessar cargos decisórios, dificilmente o Estado irá desenvolver políticas que atendam aos seus interesses ou alterar as políticas que reforçam as desigualdades entre homens e mulheres (AVELAR, 1996).

Como pré-requisito às mudanças rumo à igualdade tem-se, portanto, dois desafios iniciais, um que se dá em nível de conscientização, incentivos e formação das atores/atrizes políticos e sociais para a inclusão da temática de gênero na pauta política e outro em nível das ações e medidas de democratização para ascensão de mulheres nos altos cargos de comando e acesso aos bens e serviços públicos, tal como sugere Abramo (2004):

Não basta ter sensibilidade para a questão de gênero, sensibilidade para a questão de raça, isso é importante, mas não suficiente. Fundamental é saber como traduzir essa sensibilidade em programas e políticas concretas, em ferramentas concretas, e isso exige um grande esforço de formação e capacitação dos gestores públicos e dos demais atores sociais e a criação de espaços e mecanismos de diálogo social e

de concentração em torno ao tema (ABRAMO, 2004).

Para Stromquist (1995) as questões do Estado e da política ainda são motivo de pouca preocupação dos grupos de mulheres, que tendem a direcionar as reivindicações nas questões de trabalho e maternidade. Apesar de este perfil estar mudando, e a prova é a ampliação dos temas trabalhados pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial o incentivo à participação política; o esporte e o lazer se encontram, ainda, mais à margem das discussões e reivindicações enquanto um direito, se comparado com outros. Portanto, no caso específico das políticas públicas de esporte e lazer, além da conscientização e capacitação de gestoras da área, é fundamental que mulheres da sociedade e as organizações civis reconheçam as práticas corporais como aspectos relevantes nas suas vidas, de forma a reivindicá-las como direitos, não como obrigação ou mercadoria.

Pelo esforço empreendido de estar sempre aproximando o campo empírico com a teoria, sem fazer deles pares binários, mas complementares, é justo encaminhar para as considerações finais citando uma fala que vem do campo, é compartilhada pela autora e reflete argumentos teóricos sobre a necessidade de se aprofundar o tema em questão:

*Eu falo que nós temos uma alegria e uma tristeza, a tristeza é que a gente não faz o que deveria fazer, e a alegria é que ainda tem muito a ser feito. Então tem motivação para continuar lutando, sonhando, que tem coisa para fazer (Lucas).*



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A resposta certa, não importa nada:  
o essencial é que as perguntas estejam certas.*

Mário Quintana – As indagações

Estudar, investigar, refletir sobre relações de gênero não é e nunca será tarefa fácil, visto a complexidade e multiplicidade de análises da própria categoria. O mesmo pode ser dito das políticas públicas, em especial as de esporte e de lazer, que ainda caracterizam-se por um demasiado empirismo. No entanto, isto não diminui a responsabilidade acadêmica e social de continuar estudando e refletindo sobre o tema, nem a estatal de agir em busca de uma maior igualdade de gênero, que tenha como premissa o respeito e a valorização dos direitos inerentes aos sexos. Como infelizmente tal premissa não é regra, as ações estatais que podem reforçar ou reduzir as desigualdades, assumem diferentes papéis e influenciam de diferentes formas as relações de gênero por meio e nas práticas esportivas e de lazer. Identificar os espaços de desigualdades parece um primeiro passo para a conscientização e para se poder pensar em formas de intervenção e estratégias para incluir e implementar ações que visam minimizá-las.

Em virtude das características pluralistas dos temas deste trabalho, em especial dos diversos entendimentos do que seja a melhor forma de governar, neste momento final do processo investigativo a proposta é apresentar considerações finais que, assim como os versos de Mário Quintana, não pretendem dar respostas certas e conclusivas, mas apontar o que foi considerado importante, num dado momento, num determinado contexto e por esta pesquisadora, tendo como ponto de partida as perguntas que motivaram este estudo e que por si só possibilitam desestabilizar certezas e descortinar o que muitas vezes fica encoberto pela tradição.

Com o objetivo geral de compreender como as questões de gênero estão incorporadas (ou não) nas políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis, lançou-se mão de estudar os documentos desta instituição e entrevistar 8 sujeitos diretamente ligados a elaboração das políticas. Ao destacar a primeira pergunta norteadora sobre os modos como as questões de gênero estão

contempladas nos documentos oficiais evidenciou-se a presença da co-gestão e da democratização do esporte e do lazer como princípios influenciadores positivos para a igualdade de gênero na área, inclusive a criação de medidas que viabilizem estes princípios, como a abertura dos espaços das escolas municipais e o Conselho Municipal de Esportes. No entanto, tais medidas não estão sendo efetivadas, conforme relataram os sujeitos. Outra observação sobre os documentos foi o uso da linguagem redigida na forma masculina genérica e a falta de menção às diversidades ou diferenças concernentes ao gênero.

Estas evidências permitem compreender que, se apenas o que já está legalmente instituído fosse colocado em prática, uma maior igualdade de gênero poderia ser promovida. Porém, a falta da perspectiva de gênero nestes documentos, assim como nas ações públicas, reflete a manutenção de uma relação de poder do masculino sobre o feminino que se expressa na linguagem e conduz ao estabelecimento de políticas genéricas, que são organizadas para todas, mas não “servem” para todas, já que as diversidades são desconsideradas.

Quanto à segunda pergunta norteadora, que se refere às percepções dos sujeitos (dirigentes e técnicos da FME) sobre as políticas públicas de esporte e lazer que desenvolvem em relação ao gênero, evidenciou-se que eles apressam-se em afirmar que as políticas públicas da FME são desenvolvidas igualmente para homens e mulheres, porém esta igualdade está baseada mais na participação de equipes femininas e masculinas da FME em competições, do que nas diferenças internas destas atividades e nas diferenças culturais de gênero referentes a interesses, condições e oportunidades de acesso ao esporte e ao lazer de homens e mulheres. Nesse momento vê-se que a importância e o desenvolvimento dos esportes femininos estão mais condicionados ao retorno que proporcionam em termos de visibilidade para a FME, do que alicerçados na ampliação desse direito às mulheres.

Apesar de acreditarem estar desenvolvendo as políticas igualmente para ambos os sexos, os sujeitos reconhecem que, de uma maneira geral, há mais homens participando como beneficiários destas políticas e que estes têm preferências esportivas e corporais diferenciadas das mulheres, aspectos que justificam baseados mais na naturalização dos aspectos culturais, do que nos efetivos processos culturais e educacionais. Neste sentido, verificou-se também que alguns sujeitos ainda associam determinadas modalidades esportivas à identidade sexual de quem as pratica.

A perspectiva da falsa igualdade, em outras palavras, das políticas genéricas, e da natureza como determinante dos comportamentos e interesses esportivos de cada sexo faz com que a maioria dos sujeitos não acredite ser necessário mudanças no que se refere às relações de gênero na FME e em suas políticas, por outro lado, outros sujeitos, mesmo que ainda reiterando a “igualdade” de gênero promovida pela FME, apontam alternativas para contribuir neste sentido.

Em relação a este segundo objetivo, percebe-se que, de um modo geral, os sujeitos aparentam disposição e intenção de atenderem igualmente homens e mulheres, o que acreditam que já fazem de fato. Sendo assim, o que se evidencia é a falta de conhecimento que permita um olhar atento e treinado para perceber novas dimensões das desigualdades de gênero nas práticas corporais e que concretizem políticas sensíveis ao gênero. Para tanto, compreende-se necessário, e urgente, ultrapassar a justificativa da desigualdade de gênero baseada no determinismo biológico, o que só faz aumentar a desigualdade, pois desresponsabiliza a instituição e culpabiliza as mulheres.

As políticas genéricas e a perspectiva naturalizada encaminham para um atendimento generificado, característica que define a resposta a terceira pergunta norteadora sobre como homens e mulheres são contempladas no atendimento da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis.

Reiterando a fala dos sujeitos, as informações disponíveis nos relatórios de atividades da FME mostram que, de fato, apesar de visualizar-se números positivos de atendimentos ao público feminino, a quantidade de homens sendo atendidos ainda é superior. No entanto, a generificação não se dá apenas pelo número diferenciado de atendimentos de cada sexo, mas também pela valorização diferenciada das dimensões esportivas e, conseqüentemente, dos interesses de cada gênero, pelo (não) desenvolvimento de modalidades esportivas conforme estereótipos sexuais e pela forma de organização que prevê a separação dos sexos em quase todas as atividades da Fundação.

O trabalho da Fundação, praticamente todo organizado com ênfase nas competições representativas de rendimento, dificulta o desenvolvimento de modalidades que não estejam neste circuito, destacadamente algumas femininas tal como o futebol e o ciclismo. Com isso, outras práticas de menor visibilidade, que geralmente figuram-se como de maior preferências feminina, o que foi reiterado pelos sujeitos, entre elas as atividades de lazer, as ginásticas e as

caminhadas, também carecem de desenvolvimento, principalmente na oferta de serviços permanentes. A cultura dos eventos esporádicos e o modelo neocorporativista das relações estatais impedem, de certa forma, uma intervenção estatal que poderia estar voltada para uma educação corporal de movimento ampla e desgenerificada. As Academias da Saúde merecem ser destacadas como um investimento importante em termos de equipamentos esportivos para o atendimento do público feminino em virtude da localização e do tipo de atividade.

Também é positiva a organização de turmas mistas evienciadas em alguns projetos, mesmo que no interior da prática educativa o princípio co-educativo não esteja totalmente consolidado e que o atendimento separado por sexo prevaleça na maioria das atividades da Fundação. Essa organização por sexo reflete não só os códigos do esporte de rendimento, mas principalmente a manutenção do entendimento estereotipado das práticas corporais que determina modelos corporais e identidades sexuais, o que também é motivo para não serem oferecidas práticas esportivas tidas tradicionalmente como masculinas para as meninas e da mesma forma para os meninos.

O atendimento é considerado generificado também pela desconsideração das diferenças de gênero que se referem à divisão social do trabalho e suas implicações no acesso e permanência de homens e mulheres nas atividades da Fundação. O fato de não se levar em consideração aspectos de gênero ajuda a desenvolver uma teia de relações que perpetua a permanência de privilégios e promoção das áreas de interesse de determinados grupos, geralmente aqueles formados por homens, e a manutenção do poder político, sobretudo nas mãos masculinas, já que tais privilégios são reconhecidos como possibilidades rentáveis em termos de retorno político.

Pelo que foi apresentado ao longo do trabalho, o que pode ser observado é um movimento que faz girar a roda da desigualdade numa lógica que se inicia nas interdições sócio-culturais e legais à participação feminina nos esportes, se renova por meio de novas barreiras sociais nas quais as preocupações referem-se a “desvios” sexuais e o corpo deve tornar-se também espetáculo, intimidando a inserção feminina neste universo e por fim, por meio de políticas genéricas, promove o discurso da igualdade, consolidando um atendimento estatal generificado. No caso dos homens acontece o contrário: as práticas esportivas originariamente associadas à masculinidade foram e são constantemente incentivadas e alvos de interesse do Estado, também com desigualdades, mas em proporções

muito menores. Portanto, as políticas da FME podem ser entendidas como uma forma de agir estatal que vem demarcando/reforçando a idéia de que homens e mulheres têm lugares diferentes na cultura esportiva.

Estas considerações que evidenciam uma reduzida e frágil incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas da FME são em grande medida conseqüências do novo paradigma biopolítico de governo tematizado por Michel Foucault. Se as relações de gênero podem não estar mais explicitamente no cerne da intervenção estatal por meio das práticas esportivas, estas são afetadas e influenciadas pela forma neoliberal do exercício do poder estatal que, por meio das regras da economia de mercado, observadas no modelo organizacional da Fundação, direciona os indivíduos para a construção do capital esportivo, moldado na cultura do empreendedorismo. Aspectos como a demasiada centralidade na competição, na disputa, no rendimento, na relação linear de custo/benefício e na análise e avaliação quantitativa dos serviços públicos sociais, pelo modo como foram evidenciados na FME, não privilegiam relações equitativas, o atendimento as diversidades de gênero, seja de interesses, condições e oportunidades de acesso, nem o rompimento de estigmas e estereótipos calcados sobre as práticas corporais, com prejuízos mais evidentes para as mulheres.

Tendo como base outros estudos, tem se elementos para acreditar que é possível um atendimento que respeite as diversidades humanas e de gênero, de modo a oportunizar iguais condições para a inserção e participação de homens e mulheres na cultura corporal e esportiva. De uma perspectiva geral pode-se citar como alavancas deste processo a descentralização do poder decisório com abertura de canais que permitam a participação dos diversos segmentos sociais no planejamento e na avaliação das ações públicas e o acesso de mulheres aos altos cargos de comandos e eletivos, além da conscientização e capacitação das atores/atrizes políticos e sociais para a inclusão da temática de gênero nas políticas públicas. Mais especificamente pode-se citar a diversificação das práticas quanto a seus conteúdos e dimensões, a ampliação da frequência e duração do atendimento e a adequação de horários e locais das atividades a partir da perspectiva do gênero.

Fazendo um paralelo com o passado recente observa-se que as desigualdades no atendimento de homens e mulheres parecem cada vez mais sutis, passando quase que invisíveis a “olho nu”. Hoje as desigualdades escondem-se em lugares ainda mais difíceis de serem encontradas e percebidas, com destaque para o discurso da igualdade que não reconhece as diferenças e as diversidades. Isso pode ser

percebido na leitura das entrelinhas dos discursos, que revelam como o poder público faz a sua parte, abrindo o atendimento para “todas”, mas deixando a cargo das próprias mulheres/cidadãs a forma, os meios para acessá-los e coordená-los, apesar de todas as demais exigências sociais que lhes são atribuídas, e eximindo-se, assim, do cumprimento dessa responsabilidade social.

As considerações aqui apresentadas não pretendem ser “fechadas”, dona de uma verdade absoluta, visto que muitas interpretações ainda podem ser feitas a partir dos dados levantados e de outras verificações. A ida a campo nos projetos, nas competições, nos espaços públicos destinados ao esporte e lazer pode contribuir com outras evidências ainda mais reveladoras e consistentes, mas que se constitui em perspectivas para estudos futuros.

Cabe ressaltar a repercussão deste estudo no exercício de investigar da pesquisadora, ampliando a capacidade de escutar não somente as palavras, mas também as expressões e o “*tudo influenciador*” que cerca a FME. Surpresa, negação, dúvida e curiosidade puderam ser percebidas de modo combinado nas entrevistas com os sujeitos, indicando como a temática abordada ainda é bastante nebulosa naquele contexto.

Tendo em vista as evidências encontradas na FME, entende-se que há uma necessidade iminente da incorporação efetiva da perspectiva de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer, já que a concepção exposta pela maioria dos sujeitos que elaboram e executam estas políticas dificulta uma mudança de perspectiva e, juntamente com os dados revelados, reiteram as desigualdades de gênero pelo atendimento estatal.

Por mais necessária e urgente que pareça a incorporação do gênero e as mudanças efetivas nas políticas da FME e por melhores que possam vir a ser tais políticas, não serão condições suficientes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, no entanto, isto não significa que a instância estatal deva ignorá-la ou que estudos deixem de ser realizados, afinal....

*Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana – Das utopias

## REFERÊNCIAS

### Livros e Artigos

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Capoeira Angola**: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. 2004. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ABRAMO, Laís. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. IPEA. Mercado de trabalho. Nota Técnica. 25 nov. 2004. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_25e.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_25e.pdf) Acesso em 10 jul. 2010.

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n. 2, jul./dez. 2003.

ALBINO, Beatriz; VAZ, Alexandre. O corpo e as técnicas para o embelezamento feminino: esquemas da indústria cultural na Revista Boa Forma. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 199-223, jan./abr. 2008.

ALVES, Cathia. **O papel do profissional de educação física como intermediário entre o adulto e o componente lúdico**. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), São Paulo, 2007.

AMARAL, Silvia C. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas pública de lazer em Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 03, p. 9 – 26, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/issue/view/223/showToC>. Acesso em: 2 jun. 2009.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder. **Pesquisas**. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer –

Stiftung, 6, 1996. Disponível em: <http://www.adenauer.org.br/prefor.asp>  
Acesso em: 24 de novembro de 2010.

BETTI, Mauro. Esporte, telespetáculo e mídias: implicações para qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner; SIMÕES, Regina. (Orgs.). **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: Unimep, 2002.

BIM, Cintia Raquel. **Avaliação da qualidade de saúde da mulher no município de Guarapuava-Paraná**. 2007. (Resumo). Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Savi. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Traduzido por Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Khuner- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. Conferência do Prêmio Goffmann: a dominação masculina revisitada. **A dominação masculina revisitada**. In: LINS, Daniel (org.). Campinas, SP: Papirus, 1998. p.11-27.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: Exclusão Lingüística e Invisibilidade. **Discurso & Sociedade**, v. 1(2) p. 230-246. Jun. 2007. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v01n02/DS1%282%29Caldas-Coulthard.pdf> Acesso em 10 out. 2010.

CASTELLANI FILHO. Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. In: GARCIA, Carla; HÚNGARO, Edson; DAMASCENO, Luciano (Org.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação,

esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. p. 129-144.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai./ago. 2009.

CRUZ, Manoel Luís M. **Políticas Públicas de Lazer em Florianópolis**: um estudo das propostas da Frente Popular. 1999. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CUPANI, Alberto. **A crítica do positivismo e o futuro da filosofia**. Florianópolis: EDUFSC, 1985.

DALSIN, Karine; GOELLNER, Silvana. O Elegante Esporte da Rede: o protagonismo feminino no voleibol gaúcho dos anos 50 e 60. **Movimento**, Porto Alegre. v. 12, n 1, p. 153 – 171, jan./abr. 2006.

DEVIDE, Fabiano; VOTRE, Sebastião. Doping e mulheres no esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 123-138, set. 2005.

DUNNING, Erik; MAGUIRE, Joseph. As relações entre os sexos no esporte. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 5, n.2, p. 321-348, 1997.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Feira e Congresso Internacional de Cidades. **SEMINÁRIO NACIONAL DE COORDENADORIAS DA MULHER NO NÍVEL MUNICIPAL**: o Governo da Cidade do ponto de vista das Mulheres. São Paulo, 2003. Disponível em: [http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos\\_e\\_coordenadorias/coordenadoria\\_da\\_mulher/Políticas\\_Genero\\_2.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenadoria_da_mulher/Políticas_Genero_2.pdf). Acesso em 10 mai. 2010. p. 1-17.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade.** Tradução de Maria E. Galvão São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.285-315.

\_\_\_\_\_. Poder-Corpo. In: **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992a. p. 145-152.

\_\_\_\_\_. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992b. p.179-192.

\_\_\_\_\_. Governantabilidade. In: **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992c. p.277-293.

\_\_\_\_\_. **Historia da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAIO, Roberta C.; SANTOS, Ana Paula. Ginástica e discussões de gênero: a ginástica rítmica na formação profissional em Educação Física. In: FAZENDO GÊNERO 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais Fazendo Gênero 9.** Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-8.

GAMBOA, Silvio. Quantidade-Qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, Jose Camilo; GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa educacional:** quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995.p. 84-111.

GOELLNER, Silvana V. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE,** Goiânia, v. 1, p. 71-83, mar. 2010.

\_\_\_\_\_ et al. Lazer e gênero: considerações iniciais a partir da experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: FRAGA et al. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre, Gênese, 2009. p.53 - 61.

\_\_\_\_\_. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.171-196, mai./ago., 2007.

\_\_\_\_\_. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, abr./jun. 2005a.

\_\_\_\_\_. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia. v. 8, n 1, p. 85 – 100, jan./jun. 2005b.

GOELLNER, Silvana; FRAGA, Alex B. Antinoüs e Sadwina: encontros e desencontros na educação dos corpos brasileiros. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n 3, p. 59 – 82, set./dez. 2003.

GOMES, Euza M. P. **Participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro**: desafios e perspectivas. 2006. (Resumo). Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, 2006.

GONZÁLES, Fernando J. Esportivização. In: GONZÁLES, Fernando J.; Fensterseifer Paulo E. **Dicionário crítico de Educação Física** (orgs). Ijuí: Unijuí, 2005. p. 170-174.

GROSSI, Miriam. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis, p. 1 – 14, 1998.

GROSSI, Miriam; MIGUEL, Sônia. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.1, 2º semestre 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010). Acesso em 17 de novembro de 2010.

HÉRITIER, Françoise. Janos de duas faces: implicações conceituais da fertilidade feminina. In: RIAL, Carmen; TONELI, Maria Juracy. **Genealogias do silêncio: feminismo e gênero**. Florianópolis: Ed Mulheres, 2004. p. 15-28.

HILLEBRAND, Marinez. **Dando voz as mulheres participantes do esporte universitário: contradições e desafios para a prática esportiva**. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Mensal de Emprego-PME. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas, 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf). Acesso em 8 mar. 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. Censo demográfico e contagem da população 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=cd&o=4&i=P> Acesso em: 10 mar. 2010.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Sinopse Preliminar Censo Demográfico, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1 – 5-5, 2000.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**. Comunicado do IPEA nº 40. Mulher e Trabalho: avanços e continuidades, 2010. Disponível em: [http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100308\\_comu40mulheres.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100308_comu40mulheres.pdf). Acesso em 8 mar. 2010.

KUGELMANN, Cláudia. Educação física e pesquisa sobre gênero: uma perspectiva da educação física orientada para os sexos. In: KUNZ, Elenor; TREBELS, Andreas. **Educação física crítico-emancipatória: com uma perspectiva da pedagogia alemã do esporte**. Ijuí: Unijuí, 2006. p.75-96.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LAZZAROTTI FILHO, Ari et al. O termo “práticas corporais” na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2009, SALVADOR. **Anais XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Salvador, 2009, p. 1-12.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

\_\_\_\_\_ et al. Esporte e lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões políticas? In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily (org).

**Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008. p. 13-58.

LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUZ JÚNIOR. Agripino Alves. **Educação Física e gênero**: olhares em cena. São Luís: Imprensa Universitária/UFMA/CORSUP, 2003.

LYRA-DA-FONSECA, Jorge Luiz Cardoso. **Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil**: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006). 2008. X f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. VII-XXIII.

MARCELLINO, Nelson. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2006. 4ª Ed.

\_\_\_\_\_. **C. Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

MASCARENHAS, Fernando. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Lazer. In: GARCIA, Carla; HÚNGARO, Edson; DAMASCENO, Luciano (Org.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. p. 95-114.

MELO, Victor Andrade; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drumond. **Introdução ao Lazer**. Barueri. Manole, 2003.

MENICUCCI, Telma. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily (org). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação**: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008.p. 179-202.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily (org). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de saber. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006. p. 136-164.

MINAYO, Maria Cecília de Souza . **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo; São Paulo:Hucitec-Abrasco, 2006.

MONTAÑO, Carlos. Políticas Sociais: Seus fundamentos lógicos e suas circunstâncias históricas. In: GARCIA, Carla; HÚNGARO, Edson; DAMASCENO, Luciano (Org.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. p. 77-94.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, ano VII, n. 13, p. 5-18, 2000.

OLIVEIRA, Gabriela; VOTRE Sebastião Assimetria de gênero na distribuição das mulheres na gestão esportiva. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007. Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/viewFile/477/631> Acesso em: 15 jun. 2009. p.1-15.

PAUTASSI, Laura. Há igualdade na desigualdade? abrangência e limites das ações afirmativas. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 4, n. 6, p. 70-93, 2007. Disponível em: [http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18204/H%c3%a1\\_Igualdade\\_na\\_Desigualdade.pdf?sequence=4](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18204/H%c3%a1_Igualdade_na_Desigualdade.pdf?sequence=4) Acesso em: 20 de setembro de 2010.

PYRLO, Simone; ROSSETTI, Cláudia. Atividades lúdicas, gênero e vida adulta. **Psico-USF**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 77-86, jan./jun. 2005.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla B. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (org). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p.264-309.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e Educação. In: SILVA, Tomaz (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 211-224.

PIRES, Gionani de Lorenzi; BIANCHI, Paula; BITENCOURT, Fernando. O discurso midiático-esportivo por seus produtores: estudo com jornalistas sobre a cobertura dos Jogos Abertos de Santa Catarina/2007. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 37 – 57, jan./jun. 2010.

RIAL, Carmem. Rúgbi e Judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam P. **Masculino, feminismo**,

**plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 229-258.

RIGO, Luiz Carlos et al. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 173-188, mai. 2008.

ROCHA, Luiz C. et al. Ordenamento legal e políticas públicas de esporte e lazer: o abismo entre gestão cidadina e participação popular. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd>. Acesso em: 10 mai. 2009. p. 1-5.

SALLES-COSTA, Rosana et al. Gênero e prática de atividade física de lazer. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2, s325 – s333, 2003.

SARAIVA, Maria do Carmo. Por que investigar gênero na educação física, esporte e lazer? **Motrivivência**, Florianópolis, Ano XIII, n. 19, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Co-Educação Física e Esportes:** quando a diferença é mito. 2ª Ed. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Debates Feministas:** cidadania e feminismo. México: Metis Productos Culturales SA, 1999.

SILVESTRIN, Júlia M. P. **Relações de gênero nos projetos sociais da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis (SC)**. 2010. Monografia (Graduação em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, J. S.; KNIJNIK, J.D.. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 35-48, jan./mar. 2007.

STAREPRAVO Fernando. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2007, Recife. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd>. Acesso em: 10 mai. 2009. p.1-9.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. Tradução de Vera M.D. Renoldi. Trabalho apresentado no II Simpósio Anual de Missouri sobre Pesquisa e Política Pública Educacional, Universidade de Missouri/Columbia, 30 a 31 de março de 1995. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 27-49, jan./fev./mar./abr., 1996.

SUASSUNA, Dulce et al. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o lazer. In: SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo. **Política e Lazer: Interfaces e perspectivas** (org.). Brasília, Thesaurus, 2007. p. 13-42.

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert. **Introduccion a los metodos cualitativos de investigacion: la busqueda de significados**. Barcelonas: Paidós, 1987.

THOMAZ, Florismar O. Políticas de lazer. In: GONZÁLES, Fernando J.; Fensterseifer Paulo E. **Dicionário crítico de Educação Física** (orgs). Ijuí: Unijuí, 2005. p.325-327.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna** : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petropolis: Vozes, 1995.

VAZ, Alexandre F. Lazer, política e subjetividade: lazer, indústria cultural, biopolítica. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily A.

(Org.) **Sobre lazer e política**: Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.19-40.

VIANNA, Claudia P.; UNBEHAUM Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em 20 agosto de 2010.

ZINGONI, Patrícia. O princípio das parcerias na gestão pública do lazer. In: NORONHA, Vânia (Org<sup>a</sup>). **Pensando sobre políticas públicas de lazer em contextos de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora, 2009. p. 35-42.

WERLE, Verônica. **Políticas públicas municipais de esporte e lazer**: um estudo de caso. Monografia de conclusão de curso. Curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Lajeado: UNIVATES, 2006.

## Documentos

BRASIL. Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm)>. Acesso em 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988) . Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8 do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:**

promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>.

Acesso em: 17 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Deliberação nº 10** de 1979. Baixa instruções às Entidades Desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. Conselho Nacional dos Desportos, 1979.

\_\_\_\_\_. **Deliberação nº 07**, de 1965. Baixa instruções às Entidades Desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. Conselho Nacional dos Desportos, 1965.

\_\_\_\_\_. **Decreto- Lei n. 3.199** de 14 de Abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/sicon/#/> > Acesso em 5 mar. 2009.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 8090** de 21 de dezembro de 2009. Cria Conselho Municipal do Esporte e Lazer. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2009a.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Balço sócio ambiental de 2009**. Florianópolis: FME, 2009b.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Relatório Final PARAJASC 2009**. Florianópolis: FME, 2009c.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Relatório JASC Estadual 2009**. Florianópolis: FME, 2009d.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Relatório OLESC 2009**. Florianópolis: FME, 2009e.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Relatório OLEF 2009**. Florianópolis: FME, 2009f.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Relatório Eventos FME 2009**. Florianópolis: FME, 2009g.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Projeto Brinca Comunidade**. Florianópolis: FME, s/d.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8003** de 21 de outubro de 2009. Institui a Semana Municipal do Esporte. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2009h.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8026** de 09 de novembro de 2009. Declara utilidade pública o Grêmio Torcida Organizada Mancha Azul. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2009i.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 355** de 17 de agosto de 2009. Desvincula a FME da Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Esporte e a vincula ao Gabinete do Prefeito. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2009j.

\_\_\_\_\_. Fundação Municipal de Esportes. **Programa de participação classificatória Joguinhos 2008**. Florianópolis: FME, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7279** de 14 de março de 2007. Dispões sobre a Política Municipal de Esporte. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7297** de 04 de abril de 2007. Declara utilidade pública o Grêmio Recreativo Esportivo Social e Cultural Torcida Organizada Gaviões Alvi Negros (TOGA). Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 150** de 05 de outubro de 2004. Institui e incentiva a implantação de áreas de esporte ao ar livre. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5532** de 29 de setembro de 1999. Declara utilidade pública o Barra Esporte Clube – Rugby Feminino. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4858** de 24 de abril 1996. Concede o uso das quadras esportivas das escolas para a comunidade. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4465** de 20 de julho de 1994. A FME instituirá a Escola Municipal de Jogos de Xadrez e Dominó. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4347** de 28 de março de 1994. Cria pólos desportivos nos distritos. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1994b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4277** de 22 de dezembro de 1993. Possibilita abate de 4% dos impostos devido a investimentos no esporte. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 163**. Estatuto Municipal de Esportes. Florianópolis: Fundação Municipal de Esportes, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2600** de 16 de junho de 1987. Institui a Fundação Municipal de Esportes. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1987b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1420** de 20 de abril de 1976. Transforma a Comissão Municipal de Esporte em Conselho Municipal de Esportes. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1976.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 475** de 02 de janeiro de 1961. Cria Comissão Municipal do Esporte. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1960a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 438** de 28 de junho de 1960. Declara Utilidade Pública o Caramurú Esporte Clube. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1960b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 405** de (sem informação). Autoriza a doação de terreno do patrimônio municipal ao Centro Esportivo Catarinense. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1959.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 165** de 17 de agosto de 1953. Declara Utilidade Pública o Clube Atlético Catarinense. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 1953.



## APÊNDICE A

### Autorização da Fundação: Comitê de Ética em Pesquisa



#### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da instituição Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis, tomei conhecimento do Projeto de Pesquisa “A questão do gênero nas políticas públicas de esporte e lazer de Florianópolis” e cumprirei os termos da resolução CNS/196/96 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Florianópolis, 16 de março de 2010.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Edio Manoel Pereira".

Edio Manoel Pereira  
Superintendente Geral da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis



## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Identificação:

Nome:

Idade:

Trajatória profissional e formação:

Tempo de trabalho na Fundação:

Cargo/função/setor:

Tempo nesta função?

2. O que você compreende por esporte? E lazer? Como você observa a participação de homens e mulheres nestas atividades?

3. Na sua opinião, qual é o papel da Fundação Municipal de Esportes?

4. Quais são as políticas públicas desenvolvidas pela FME? Quais as finalidades e objetivos destas políticas?

5. A Fundação tem alguma prioridade? Por que?

6. Quais são as ações desenvolvidas pelo seu setor? Há quanto tempo são desenvolvidas? Fale como foram elaboradas, sobre os objetivos, o público alvo e a frequência com que são desenvolvidas.

7. Homens e mulheres têm o mesmo acesso as atividades da Fundação e do teu setor? Explique.

8. Como você avalia a participação de homens e mulheres nas políticas públicas da Fundação e no seu setor? Explique.

9. Você acha que alguma política poderia/deveria ser modificada no que se refere ao atendimento de homens e mulheres?

10. Como se dá o processo de elaboração das políticas e das ações desenvolvidas pelo seu setor, quem as define e como isto acontece? Estabelece-se alguma relação com a sociedade civil neste processo? Como?

11. As políticas públicas da FME são avaliadas? Em caso afirmativo, como se dá este processo? Quem participa? Porque ele ocorre, ou não?

12. Há algum aspecto relevante que você gostaria de comentar?